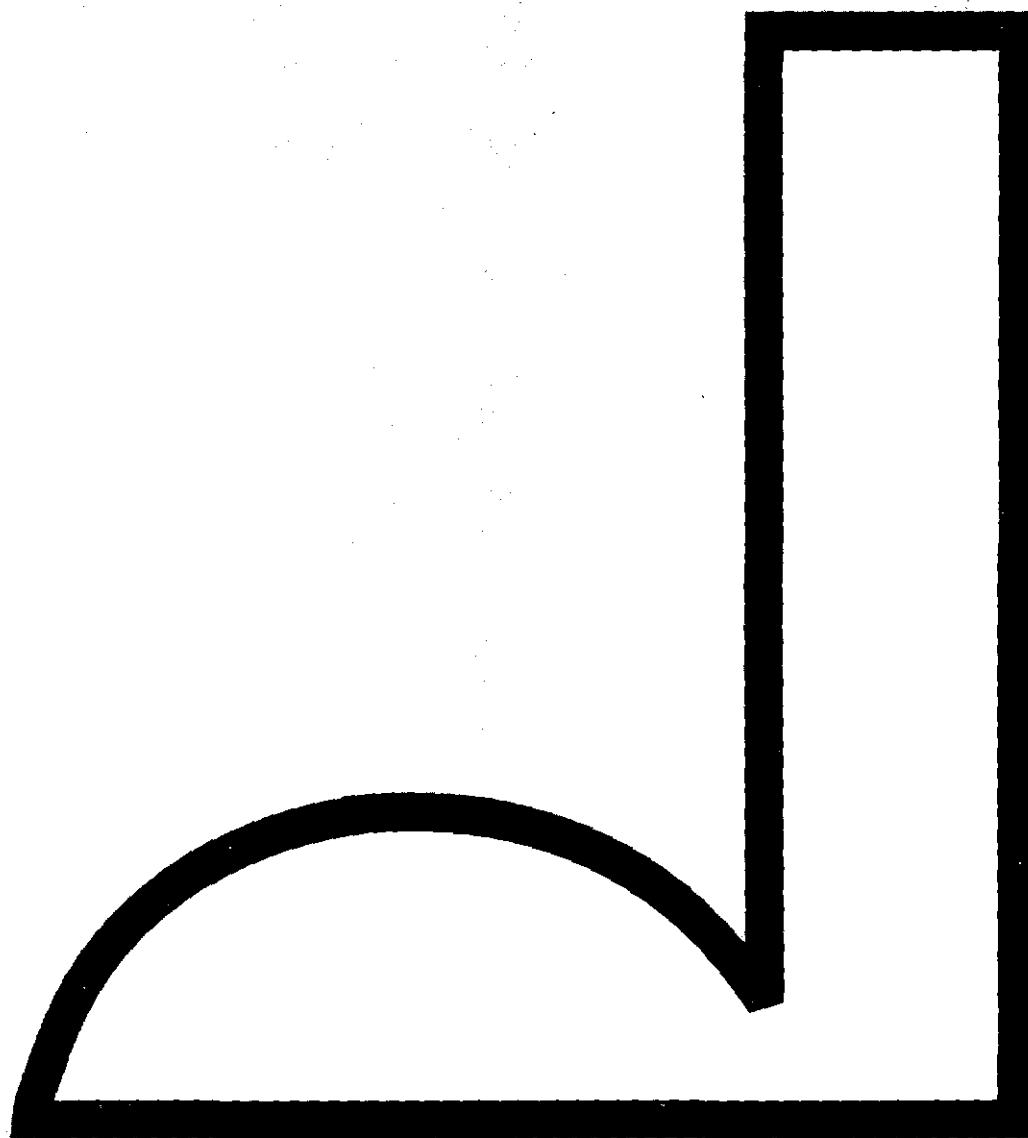




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúcio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Mereira Mendes</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Motacilda Cavalcanti</i> Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10</p> <p>Líder <i>Heloisa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agacil da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Warner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 36ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE ABRIL DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 349, de 2000-CN (nº 499/2000, na origem), de 13 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1999. Ao Tribunal de Contas da União, para parecer prévio, de acordo com o disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal.

07334

1.2.2 – Pareceres

Nº 337, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Aviso nº 43, de 1999 (nº 1.246/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 276 a 278, de 1999, bem como os respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nas Secretarias de Saúde dos Estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul. (Requerimento nº 202, de 2000)

07343

Nº 338, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, de autoria do Senador Nabor Júnior, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Acre.

07344

Nº 339, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais.

07346

Nº 340, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 660, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que torna obrigatória concessão de empre-

go a pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

07349

Nº 341, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as Emendas nºs 1 a 3-Plen, oferecidas em turno suplementar ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1998 (nº 4.556/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.

07353

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Despacho à Mesa, para decisão, do Requerimento nº 202, de 2000, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona; resultante de parecer lido anteriormente.

07353

Recebimento do Ofício nº S/13, de 2000 (nº 1.108-3/2000, na origem), de 12 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca do pedido da Prefeitura Municipal de São Gabriel – RS, para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social – FUNDOPIMES, administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL, no valor de dois milhões e cem mil reais, a preços de setembro de 1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana. À Comissão de Assuntos Econômicos.

07353

Recebimento do Ofício nº S/14, de 2000 (nº 1.108-4/2000, na origem), de 12 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Ubatã – PR, para contratar operação de crédito com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano administrado pelo Banco do Estado do Paraná – BANESTADO, no valor de novecentos mil reais, a preços de setembro de 1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana. À Comissão de Assuntos Econômicos.

07353

Recebimento do Ofício nº S/15, de 2000 (nº 1.108-6/2000, na origem), de 12 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca do pedido do Gover-

no do Estado do Rio Grande do Sul para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do Estado – COHAB/RS, e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul – CEE-RS, nos respectivos valores de oitocentos e onze milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos, a preços de 1º de setembro de 1999, e quarenta e dois milhões, vinte e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e dois centavos, a preços de 1º de agosto de 1999. À Comissão de Assuntos Econômicos... 07353

Recebimento do Ofício nº S/16, de 2000 (nº 1.108-7/2000, na origem), de 12 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca do pedido do Governo do Estado do Rio de Janeiro para assunção formal de dívidas da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro – CEHAB/RJ, e do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A – em liquidação extrajudicial, nos valores de trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos, e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e oitenta e sete reais e dez centavos, respectivamente, a preços de 1º de fevereiro de 2000. À Comissão de Assuntos Econômicos. 07354

Recebimento do Ofício nº S/18, de 2000 (nº 1.108-5/2000, na origem), de 12 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando a relação das prefeituras que descumpriram o disposto no art. 17 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, referente à liquidação de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO). À Comissão de Assuntos Econômicos. 07354

Recebimento do Ofício nº S/19, de 2000 (nº 1.108-2/2000, na origem), de 12 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para assunção formal de dívida da Companhia de Habitação do Estado – COHAB/SC, no valor de cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos, a preços de janeiro de 2000. À Comissão de Assuntos Econômicos. 07354

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 203, de 2000, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as informações que menciona. À Mesa para decisão... 07354

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2000, de autoria da Senadora Marina Silva, que estabelece, para o ex-diretor, a obrigatoriedade da vinculação e a proibição de prestar serviços a

empresas sob regulamentação ou fiscalização de agência reguladora de serviços públicos. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 07354

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Homagem à revista *Palavra*, da Editora Gaia, de Belo Horizonte, pelo transcurso do primeiro ano de circulação..... 07357

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Comentários às reportagens publicadas no *Jornal do Brasil*, ontem, sobre o consumo de alimentos transgênicos na Europa..... 07359

SENADOR MOREIRA MENDES – Pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* do dia 23 de março último, segundo a qual o Ministro Rafael Greca ocupa o 5º lugar em prestígio junto à população. . 07360

SENADORA MARLUCE PINTO – Necessidade de uma política governamental que atenda aos interesses indígenas..... 07362

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Defesa da aprovação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, que auxiliará a expansão dos serviços de telecomunicações para as comunidades distantes..... 07368

SENADORA MARINA SILVA – Críticas ao atual modelo de desenvolvimento da região amazônica. Retrospecto do processo produtivo amazônico. 07370

1.2.7 Leitura de requerimento

Nº 204, de 2000, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1995 (Substitutivo), seja examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente. 07375

1.2.8 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR AMIR LANDO – Considerações sobre as privatizações no País. Defesa da aprovação de projeto de decreto legislativo, de sua autoria, que proíbe a participação de capital estrangeiro na privatização do Banespa. 07376

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Críticas ao processo de privatização brasileiro..... 07380

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Comentários ao posicionamento dos partidos públicos políticos para a votação da medida provisória que institui o novo salário mínimo. 07384

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Homagem de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Rocha Filho, Congratulações ao Dr. Canrobert Oliveira pela técnica cirúrgica utilizada em opera-

ções de correção visual. Expectativa com a mobilização para votação do novo salário mínimo.....	07387	ceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.....	07390
SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Satisfação com o acordo entre o Ministério da Fazenda, o Tesouro Nacional e os estados para renegociação de dívidas.	07388	1.2.13 – Leitura de recurso	
SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre o acordo firmado pela bancada governista durante a votação do Orçamento de 2000, para garantir quorum à votação do salário mínimo. Registro de manifestação na cidade de Belém/PA, em repúdio à chacina de Eldorado do Carajás, durante o transcurso, no próximo dia 17, do Dia Internacional de Combate à Impunidade. ..	07388	Nº 7, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, no sentido de que o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais, seja apreciado pelo Plenário.....	07390
1.2.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação		1.2.14 – Comunicação da Presidência	
Nº 6/2000, de 28 de março último, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, de autoria do Senador Nabor Júnior, que denomina "Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos" o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Acre, em reunião realizada naquela data.	07390	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999.....	07390
1.2.10 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais		1.2.15 – Discursos encaminhados à publicação	
Nº 26/2000, de 5 do corrente, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 660, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, em reunião realizada no dia 20 de março de 2000.	07390	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro dos resultados do primeiro Encontro Nacional de Militares Parlamentares, realizado em Florianópolis/SC, no início do corrente ano.	07390
1.2.11 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos		SENADOR GILVAM BORGES – Apoio à devolução do empréstimo compulsório sobre a compra de veículos e de combustíveis, instituído durante o Governo do Presidente José Sarney.	07392
Nº 48/2000, de 11 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, que altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais, em reunião realizada naquela data.	07390	1.3 – ENCERRAMENTO	
1.2.12 – Comunicação da Presidência		2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 320, 660 e 676, de 1999, cujos pare-		Convocação de reunião para o dia 19 de abril do corrente, quarta-feira, às 9h, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.	07393
		3 – PARECER	
		Nº 9, de 2000-CN, da Comissão Mista, sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.011-6, de 28 de março de 2000, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.....	07393
		4 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 441, de 2000.	07395
		5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PERMANENTES	
		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	
		7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 36ª Sessão Não Deliberativa em 14 de abril de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

**Presidência dos Srs.: Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, da Sra. Marluce Pinto
e dos Srs. Leomar Quintanilha, José Fogaça e Amir Lando**

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

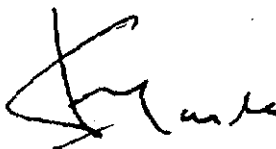
EXPEDIENTE MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 349, DE 2000-CN (nº 499/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao preceito constitucional do art. 84, inciso XXIV, encaminho para exame de Vossas Excelências os volumes anexos, que compreendem as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1999, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 13 de abril de 2000.



E.M. n.º 252/MF

Brasília, 11 de abril de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência os Balanços Gerais da União - BGU, representando as Contas do Governo Federal relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1999, estruturadas em quatro volumes.

2. O BGU compõe-se das demonstrações contábeis que refletem a utilização dos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual do exercício de 1999 e seus Créditos Adicionais, a favor dos ministérios ou órgãos equivalentes e das entidades da Administração Indireta, além do Relatório das Atividades desenvolvidas no período citado.

3. O Volume I – Relatório - contém informações sobre a execução orçamentária, a Política Econômico-Financeira e as atividades do Poder Executivo. Os Volumes II e III apresentam os Balanços e Demonstrações Orçamentárias, em vários níveis de detalhamento, enquanto o Volume IV apresenta comentários gerais e a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

4. Convém ressaltar que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, também, com a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações.

5. Nesse contexto, impõe-se à contabilidade aplicada à administração pública como técnica indispensável ao registro dos atos e fatos administrativos, e conseqüente

produção das informações, essenciais ao adequado exercício do controle financeiro e à competente tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

6. Na consolidação dos dados que compõe o BGU, a contabilidade teve no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal o instrumento de suporte para o ordenamento dos registros de forma segura, tempestiva e consistente.

7. Em 31 de dezembro de 1999, o SIAFI contava com cerca de 5 mil Unidades Gestoras Executoras conectadas ao equipamento central de grande porte instalado em Brasília, com aproximadamente 30 mil usuários habilitados, efetuando mais de 464.822 milhões de transações e cerca de 13.274 milhões de documentos contábeis registrados, no período compreendido entre janeiro a dezembro de 1999.

8. O referido sistema responde pela execução orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do governo federal. Configura-se em instrumento de administração das finanças públicas e serve de modelo para países da Europa e das Américas Central e do Sul e, ainda, para estados e municípios brasileiros, além do Distrito Federal.

9. Após essas considerações de caráter geral, apresento a Vossa Excelência, de modo particular, as informações de maior relevância contidas nas demonstrações contábeis instituídas pela Lei n.º 4.320/64 já mencionada, representadas pelos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Variações Patrimoniais, e que se prestam a avaliar os resultados do exercício de 1999.

10. **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** - O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, permitindo conhecer o resultado do orçamento, se superavitário ou deficitário. Essa demonstração possibilita aferir o desempenho do gestor na efetiva aplicação dos recursos orçamentários consignados à sua unidade.

Em resumo, a Execução Orçamentária assim se comportou:

R\$ milhões			
RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	226.240	218.021	8.219
Receita Tributária	76.319	74.690	1.629
Receita de Contribuições	109.960	113.728	(3.768)
Receita Patrimonial	11.491	9.140	2.351
Receitas Agropecuária e Industrial	224	160	64
Receita de Serviços	16.629	11.483	5.146
Transferências Correntes	830	107	723
Outras Receitas Correntes	10.787	8.713	2.074
RECEITAS DE CAPITAL	409.478	388.395	21.083
Operações de Crédito	359.309	356.222	3.087
Alienação de Bens	20.781	2.104	18.677
Amortizações de Empréstimos	8.920	12.536	(3.616)
Transferências de Capital	6	24	(18)
Outras Receitas de Capital	20.462	17.509	2.953
TOTAL	635.718	606.416	29.302
DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES	240.065	228.336	11.729
Aplicação Direta e Transf. Intergovern	240.065	228.336	11.729
Pessoal e Encargos Sociais	51.980	51.571	409
Juros e Encargos da Dívida Interna	42.544	37.018	5.526
Juros e Encargos da Dívida Externa	9.565	8.337	1.228
Outras Despesas Correntes	135.976	131.410	4.566
Transf. a Estados, DF. e Municípios	42.433	41.920	513
Benefícios Previdenciários	58.159	58.159	0
Outras Correntes	35.384	31.331	4.053
DESPESAS DE CAPITAL	395.640	360.200	35.440
Aplicação Direta e Transf. Intergovern	395.640	360.200	35.440
Investimentos	9.082	6.956	2.126
Inversões Financeiras	60.750	56.821	3.929
Amortização da Dívida Interna	314.542	287.378	27.164
Amortização da Dívida Externa	11.266	9.045	2.221
Outras Despesas de Capital	0	0	0
Outras Despesas de Capital	0	0	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13	0	13
SUBTOTAL	635.718	588.536	47.182
DÉFICIT CORRENTE	0	(10.315)	10.315
SUPERÁVIT DE CAPITAL	0	28.195	(28.195)
TOTAL	635.718	606.416	29.302

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

12. A Receita Orçamentária Líquida (deduzidas as Restituições e os Incentivos Fiscais) alcançou o montante de R\$ 606.416 milhões, resultando em arrecadação inferior à previsão em R\$ 29.302 milhões, representada, em sua quase totalidade, pelo alongamento do perfil da dívida e inflação menor que o previsto (DPMF-i) e, também, em decorrência da melhor performance da arrecadação dos tributos federais. Para a realização da Receita da União foi utilizada a rede bancária de acordo com a disposição constante do art. 74 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e, ainda, a Conta Única do Tesouro Nacional, regulamentada pela IN/STN n.º 04, de 30 de abril 1998.

13. As Receitas Correntes participaram com 35,9% das Receitas Orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital a complementação de 64,1%. Neste percentual, estão incluídas as provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento e Resgate da Dívida Pública da União, totalizando emissão líquida de R\$ 269.066 milhões.

14. A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 588.538 milhões, representando 92,6% do total dos créditos autorizados para o período.

15. Nesse montante está incluída a importância de R\$ 341.778 milhões relativa às despesas com Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa, perfazendo 58,1% do total realizado.

16. A Lei Complementar n.º 96, de 31 de março de 1999, estabelece que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais da União não poderão exceder a 50% das receitas correntes líquidas durante o exercício. Em observância a este dispositivo legal, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais atingiram 38,0% em 1999, situando-se, dessa forma, abaixo do patamar estabelecido.

17. Conforme definido no art. 212 da Constituição Federal, os gastos do Governo Federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino não podem ser inferiores a 18% da receita líquida arrecadada dos impostos, obtida após a dedução das Transferências Constitucionais, mais as deduções para o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF. Em 1999, os gastos do Governo com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, incluídos todos os projetos e atividades que se enquadram nesta classificação, atingiram 20,5%, acima do limite mínimo estabelecido.

18. **BALANÇO FINANCEIRO** - O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Essa demonstração tem o objetivo principal de evidenciar os saldos que se transferem de exercício, ao mesmo tempo em que permite analisar a movimentação financeira do período.

19. Em síntese, assim se processou a Execução Financeira do exercício de 1999:

		R\$ milhões	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ORÇAMENTÁRIOS	1.695.717	ORÇAMENTÁRIOS	1.677.837
Receitas Orçamentárias	606.416	Despesas Orçamentárias	588.536
Receitas Correntes	218.021	Despesas Correntes	228.336
Receitas de Capital	388.395	Despesas de Capital	360.200
Transferências Orçamentárias	1.089.301	Transferências Orçamentárias	1.089.301
Transferências Recebidas	1.038.243	Transferências Concedidas	1.038.243
Correspondência de Débito	51.058	Correspondência de Débito	51.058
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	802.481	EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	799.209
Transferências Recebidas	477.067	Transferências Concedidas	477.067
Ingressos	325.414	Dispêndios	322.142
DISP. PERÍODO ANTERIOR	61.422	DISP. PERÍODO SEGUINTE	82.574
TOTAL	2.559.620	TOTAL	2.559.620

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

20. Os ingressos oriundos de Transferências Orçamentárias, no valor de R\$ 1.038.243 milhões, refletem a movimentação de recursos financeiros transferidos de Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, em cumprimento à execução do Orçamento. Esses valores são compensados com os dispêndios de Transferências Orçamentárias.

21. As Transferências Extra-Orçamentárias indicaram movimentação de recursos financeiros no montante de R\$ 477.067 milhões, sem vinculação com o Orçamento do exercício, recebidos pelos Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta. São movimentações efetuadas para fazer face aos pagamentos ou para devolução de recursos de terceiros.

22. As Disponibilidades para o Exercício Seguinte representam os recursos financeiros para imediata aplicação no exercício subsequente, atingindo o montante de R\$ 82.574 milhões, num crescimento de 32,3% em relação ao exercício anterior, o que se compatibiliza com o esforço fiscal na gestão do governo.

23. **BALANÇO PATRIMONIAL** - Essa demonstração ressalta a posição patrimonial do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial ou o patrimônio líquido da unidade gestora.

24. De forma resumida, assim se apresentou o patrimônio dos Órgãos da Administração Direta e das Entidades da Administração Indireta no período:

		R\$ milhões	
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	168.840	PASSIVO FINANCEIRO	111.640
Disponível	82.574	Depósitos	5.250
Crédito em Circulação	85.618	Obrigações em Circulação	105.742
Valores Pend.a Curto Prazo	648	Valores Pend.a Curto Prazo	648
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	862.411	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	751.591
Realizável a Curto Prazo	68.254	Obrigações em Circulação	294.407
Valores Pend.a Curto Prazo	1.609	Valores Pend.a Curto Prazo	1.607
Realizável a Longo Prazo	617.907	Exigível a Longo Prazo	455.526
Permanente	174.641	Resultado de Exerc.Futuros	51
Investimento	68.387		
Imobilizado	106.076		
Diferido	178		
ATIVO REAL	1.031.251	PASSIVO REAL	863.231
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	168.020
		Patrimônio/Capital	67.918
		Reservas	5.844
		Resultado Acumulado	94.258
ATIVO COMPENSADO	433.487	PASSIVO COMPENSADO	433.487
TOTAL	1.464.738	TOTAL	1.464.738

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

25. Nessa demonstração, estão os Haveres e os Créditos da União. Esses, constituídos majoritariamente pela Dívida Ativa da União que atingiu R\$ 183.781 milhões.

Destacam-se, no Passivo, as Operações de Crédito Internas e Externas, registradas no Passivo Não-Financeiro, no montante de R\$ 294.118 milhões, vencíveis no prazo de até doze meses. São significativas, também, as operações com prazo de resgate superior a doze meses, no Exigível a Longo Prazo, sendo as internas no valor de R\$ 253.318 milhões e as externas no valor de R\$ 119.672 milhões.

26. Os Restos a Pagar no valor de R\$ 38.094 milhões representaram 36,0% das Obrigações em Circulação. O montante de R\$ 4.039 milhões foi registrado em Restos a Pagar Processados, sendo representado pelas despesas liquidadas e não pagas, lançadas, em sua maior parte, nas contas de Fornecedores e Pessoal a Pagar. Nos Restos a Pagar Não Processados, foi registrado o valor de R\$ 34.055 milhões, correspondentes às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro. Foram registrados em conformidade com o que preceitua os artigos 36 e 103 da Lei n.º 4.320/64.

27. O Patrimônio Líquido da Administração Federal está representado pelo somatório dos correspondentes valores nos Ministérios, Órgãos e Entidades constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e é a diferença entre o Ativo e o Passivo, após a apuração do resultado .

TABELA II.47 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO - 1999 E 1998

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ milhões			
	1999		1998	
	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	67.918	40,4	139.997	65,4
Reservas	5.844	3,5	3.608	1,7
Resultado Acumulado	94.258	56,1	70.575	33,0
TOTAL	168.021	100,0	214.179	100,0

FONTE - Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

28. Neste exercício, o PL embora tenha apresentado situação positiva, no valor de C\$ 168.020 milhões, revelou um decréscimo de 21,5% em relação ao ano anterior, em decorrência do decréscimo de 25% no Patrimônio /Capital. Este fato revela na análise da Administração Direta, um crescente registro das obrigações, notadamente Operações de Crédito.

29. **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** - Esta demonstração evidencia as alterações (incorporação ou desincorporação de elementos ativos e passivos) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício, se lucro ou prejuízo.

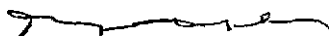
30. O resultado patrimonial referente ao exercício de 1999 assumiu um déficit no montante de R\$ 48.781 milhões, derivado do confronto entre as variações ativas e passivas, resultante, basicamente, da atualização das obrigações com dívidas, juros e encargos financeiros, vencidos sobre empréstimos, por operações de crédito interna e externa, em títulos, em contratos e outros e do registro dos empréstimos e financiamentos tomados além da regularização de saldos financeiros e não financeiros das obrigações, em decorrência da conversão de moeda.

		R\$ milhões	
VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
ORÇAMENTÁRIAS	2.126.251	ORÇAMENTÁRIAS	2.099.307
Receitas Orçamentárias	606.416	Despesas Orçamentárias	588.536
Receitas Correntes	218.021	Despesas Correntes	228.336
Receitas de Capital	388.395	Despesas de Capital	360.200
Interferências Ativas	1.089.301	Interferências Passivas	1.089.301
Mutações Ativas	430.534	Mutações Passivas	421.470
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.026.576	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.102.301
Rec. Extra-Orçamentárias	2.282	Desp. Extra-Orçamentárias	2.389
Interferências Ativas	622.769	Interferências Passivas	622.768
Acréscimos Patrimoniais	401.525	Decréscimos Patrimoniais	477.144
DÉFICIT	48.781		
TOTAL	3.201.608	TOTAL	3.201.608

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

31. Finalmente, cumpre-me ressaltar que o Balanço Geral da União, na forma ora elaborada, deve ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal.

Respeitosamente



PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda

A matéria que acaba de ser lida vai ao Tribunal de Contas da União, para parecer prévio, de acordo como disposto no inciso I do art. 71 da Constituição Federal.

PARECERES

PARECER Nº 337, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Aviso nº 43, de 1999, (nº 1.246/99 – TCU, na origem) que encaminha ao Senado Federal cópias das Decisões nºs 276 a 278, de 1999, bem como os respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nas Secretarias de Saúde dos Estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul.

Relator: Senador José Alencar

I – Relatório

Vem à apreciação desta Comissão de Assuntos Sociais o Aviso nº 43, de 1999, (Aviso nº 1.246, de 3-12-99 – SGS – TCU, na origem) que encaminha ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 276 a 278, de 1999, bem como os respectivos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas nas Secretarias de Saúde dos Estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul.

Trata-se de atividades conduzidas no âmbito do Programa de Ação na Área de Saúde, mantido por aquele Tribunal, referentes a auditorias realizadas em várias instituições de saúde daquelas três unidades federadas: secretarias de estado da saúde, secretarias de saúde de municípios selecionados, gerências estaduais do Ministério da Saúde, regionais da Fundação Nacional de Saúde, comissões intergestores bipartite, conselhos estaduais e municipais de saúde, instâncias colegiadas estaduais de saneamento e escritórios de negócios da Caixa Econômica Federal.

Os documentos enviados não informam as datas de realização das auditorias. No entanto, as decisões que delas decorrem foram tomadas na sessão de 2 de dezembro de 1999.

As decisões concluem por determinações e sugestões feitas a praticamente todas as autoridades à frente das citadas instituições, destacando-se, entretanto, algumas que são recorrentes, o que caracteriza um padrão de deficiências do setor. Entre essas destacam-se:

- ausência de plano municipal ou estadual de saúde e de relatórios de gestão (três dos municípios e um dos estados auditados receberam determinação nesse sentido);
- conselhos estaduais e municipais de saúde que não exercem plenamente atribuições legais e regimentais, ressaltando-se entre as determinações e

recomendações feitas, a de participarem da elaboração e apreciação de planos de saúde e de relatórios de gestão; de apurarem as denúncias trazidas a seu conhecimento; de definirem quantitativos de serviços ambulatoriais e – em um dos casos – “participar mais nos assuntos de saúde do estado;

- inexistência de planos de cargos e carreiras;
- ausência ou insuficiência do sistema de auditoria;
- desenvolvimento insuficiente do sistema de vigilância epidemiológica, em nível estadual e municipal; ausência de implantação e/ou funcionamento dos principais sistemas de informação (Sistema de Informação sobre Mortalidade; Sistema de Informação de Agravos Notificáveis); ausência de avaliação de impacto de ações, planejamento sem base epidemiológica;
- desenvolvimento insuficiente do sistema de vigilância sanitária, sendo que – neste como no caso anterior – a situação decorre da insuficiência de efetivos, de infra-estrutura e de recursos financeiros e materiais para a atuação;
- ausência ou desatualização de cadastro de unidades assistenciais sob gestão da instituição;
- ausência de política de assistência farmacêutica ou de definição de recursos para a atividade;
- não-observância de diretrizes para aplicação dos recursos do Piso de Atenção Básica, com desvio de recursos para financiamento de atividades administrativas;
- insuficiência de serviços para assistência psiquiátrica;
- ociosidade de leitos públicos;
- atrasos no pagamento de prestadores de serviços.

II – Voto

Manifestamo-nos pela adoção das seguintes providências, de parte deste Comissão:

1. encaminhar requerimento de informação ao Ministro de Estado da Saúde sobre as providências tomadas e resultados obtidos em relação a duas determinações feitas, respectivamente, ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Executiva (para promover auditoria em unidades de saúde do Município de Conceição do Araguaia) e à Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Pará (para que coopere com a Secretaria Municipal de Saúde);

2. encaminhar às Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores respectivas cópias das decisões, dos relatórios e votos, para conhecimento e providências fiscalizadoras devidas.

Sala da Comissão, 29 de março de 2000. –
Osmar Dias, Presidente – **José Alencar**, Relator –

Tião Viana – Moreira Mendes – Emília Fernandes (sem voto) – Jonas Pinheiro – Marina Silva – Lúcio Alcântara – Eduardo Siqueira Campos – Luiz Pontes – Juvêncio da Fonseca – Djalma Bessa – Marluce Pinto – Pedro Piva – Carlos Bezerra – Luzia Toledo – Sebastião Rocha – Geraldo Cândido – Geraldo Althoff – Heloísa Helena.

REQUERIMENTO Nº 202, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em vista das Decisões nºs 276 a 278, de 1999, bem como dos Relatórios e Votos que as fundamentam, sobre auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União nas Secretarias de Saúde dos Estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul, requeremos sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre as providências tomadas e resultados obtidos em relação a duas determinações feitas, respectivamente, ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Executiva (para promover auditoria em unidades de saúde do Município de Conceição do Araguaia) e à Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Pará (para que coopere com a Secretaria Municipal de Saúde);

Sala das Sessões, 14 de abril de 2000. – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

(À Mesa para decisão.)

PARECER Nº 338, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, de autoria do Senador Nabor Júnior, que denomina “Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos” o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Acre.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Submete-se à Comissão de Educação, para apreciação em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, do Senador Nabor Júnior. A iniciativa, segundo o autor, visa denominar “Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos”, o novo aeroporto em construção, localizado na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Determina ainda o projeto que a placa inaugural deverá conter, além das citações de praxe, dizeres que expressem o reconhecimento do povo acreano para com o Senador, “por sua luta pela liberdade, pelo

fortalecimento da Amazônia e pela consolidação da democracia no Brasil”.

Na Comissão de Educação, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

A indicação do nome do Senador Oscar Passos para dar nome ao novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco é, sem dúvida, um dos mais justos tributos que pode render o povo acreano a esse valeroso homem público.

Entretanto, informações obtidas junto à Assessoria Parlamentar da Aeronáutica dão conta de que a construção não se refere a um novo aeroporto para a cidade de Rio Branco, mas ao mesmo aeroporto em um novo sítio. Como tal, será o único aeroporto da cidade e continuará a ser identificado como Aeroporto Internacional de Rio Branco nas cartas aeronáuticas, mapas e códigos entre outros documentos.

Nesse caso, recomenda-se que o nome da pessoa que se quer homenagear seja acrescido à denominação em vigor, como forma de preservar inalterados os dados que identificam as atuais instalações aeroportuárias. A manutenção da designação original é um item fundamental para a confiabilidade das comunicações com as aeronaves e, conseqüentemente, para a segurança das operações. Além disso, trata-se de uma regra internacionalmente consagrada dar-se ao aeroporto o nome da localidade onde se situa.

III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, na forma da seguinte:

EMENDA Nº 1-CE

(Substitutivo)

Denomina “Aeroporto Internacional de Rio Branco – Senador Oscar Passos” o aeroporto da cidade de Rio Branco, Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Aeroporto Internacional de Rio Branco – Senador Oscar Passos” o aeroporto da cidade de Rio Branco, no Estado do Acre.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2000. – **Freitas Neto**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Romeu Tuma** (abstenção) – **Geraldo Cândido** (contrário) – **Emília Fernandes** (abstenção) – **Geraldo Althoff** – **Djalma Bessa** – **Luiz Otávio** – **José Fogaça** – **Agnelo Alves** (abstenção) – **Saturnino Braga** (contrário) – **Maria do Carmo Alves** – **José Jorge** – **Luzia Toledo** – **Marina Silva** (contrário).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 320 1.1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO				MAGUITO VILELA			
AGNELO ALVES			X	NEY SUASSUNA			
GERSON CAMATA	X			RAMEZ TEBET			
ÍRIS REZENDE				ALBERTO SILVA			
JOSÉ SARNEY				JADER BARBALHO			
PEDRO SIMON				VAGO			
ROBERTO REQUIÃO				JOSÉ FOGAÇA	X		
GILVAM BORGES				VAGO			
LUÍZ ESTEVÃO				VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUGO NAPOLEÃO				GERALDO ALTHOFF	X		
FREITAS NETO				FRANCELINO PEREIRA			
DIALMA BESSA	X			JONAS PINHEIRO			
JOSÉ JORGE	X			MOZARILDO CAVALCANTI			
JORGE BORNHAUSEN				ROMEU TUMA			X
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				EDISON LOBÃO			
BELLO PARGA				MARIA DO CARMO ALVES	X		
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				CARLOS WILSON			
ARTUR DA TÁVOLA				OSMAR DIAS			
LUZIA TOLEDO	X			PAULO HARTUNG			
LÚCIO ALCÂNTARA				LÚDIO COELHO			
GERALDO LESSA				ANTERO PAES DE BARROS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SEBASTIÃO ROCHA				GERALDO CÂNDIDO		X	
HELOÍSA HELENA				ANTÔNIO C. VALADARES			
EMÍLIA FERNANDES			X	LAURO CAMPOS			
ROBERTO SATURNINO		X		TIÃO VIANA			
MARINA DA SILVA		X		JEFFERSON PERES			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LUÍZ OTÁVIO	X			LEOMAR QUINTANILHA			

TOTAL: 14 SIM: 08 NÃO: 03 ABS: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 28, 03, 2000


 SENADOR FREITAS NETO
Presidente

TEXTO FINAL

(IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

EMENDA Nº 1 – CE (Substitutivo)

“Denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Acre.”

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica denominado “Aeroporto Internacional de Rio Branco – Senador Oscar Passos”, o aeroporto da cidade de Rio Branco, no Estado do Acre.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2000. –
Freitas Neto, Presidente – **Roberto Saturnino**, Relator.

PARECER Nº 339, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, que “Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais”.

O Projeto, ao propor nova redação ao inciso II, do art. 3º da Lei nº 9.496, de 1997, objetiva substituir o índice de atualização monetária (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-DI) das prestações mensais dos contratos de refinanciamento, pela União, de dívidas mobiliárias e outras de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo

Não há emendas ao Projeto.

II – Voto

A Constituição Federal atribui competência ao Congresso Nacional para dispor, com sanção do Presidente da República, entre outros assuntos, sobre matéria financeira, cambial, monetária e montante da dívida mobiliária federal (incisos XIII e XIV, do art. 48, da CF). A Lei Maior atribui, também, competência privativa ao Senado Federal para dispor sobre os limites e condições de operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (incisos V e IX, do art. 52 da CF). Assim, no Senado Federal, a matéria está regulamentada pelas Resoluções nº 95/89 e 78/98. Por outro lado, a autorização para a União refinarciar as dívidas mobiliárias e outras que especifica dos Estados e do Distrito Federal foi feita pela Lei nº 9.496, de 1997.

Em nosso entendimento, portanto, a iniciativa do ilustre Senador Osmar Dias é consentânea com as normas vigentes, tanto no plano constitucional, como no plano infra-constitucional.

Com relação ao mérito econômico propriamente dito, cabe observar que os índices de preços são calculados com base em metodologias, periodicidade e universo distintos. Como se sabe, o IGP-DI, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, resulta de uma média ponderada de 3 outros: o Índice de Preços no Atacado (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos de 60%, 30% e 10%, respectivamente.

No caso do IPA – o índice de maior importância na composição do IGP-DI, o peso está fundado em valores adicionados pela produção, transporte e comercialização de bens nas transações comerciais em grosso e o índice está estruturado para captar o movimento geral de preços em todo o território nacional e coletar preços de produtos agropecuários e industriais. Já o IPC, cujo peso corresponde ao valor adicionado pelo setor varejista e pelos serviços de consumo, refere-se ao movimento de preços de bens e serviços ao nível do consumidor nos dois principais centros consumidores do

País: São Paulo e Rio de Janeiro. Esse índice resulta, na verdade, de uma série de outros índices, como por exemplo, alimentação, habitação, vestuário, saúde, etc. Por fim, o INCC, com peso equivalente ao valor adicionado pela indústria da construção civil, expressa a variação média de preços de materiais e serviços e mão-de-obra.

Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mede a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendimentos mensais entre 1 (hum) e 40(quarenta) salários-mínimos e residentes nas áreas urbanas das regiões metropolitanas. A ponderação aqui funda-se no rendimento total urbano, baseado na PNAD/90 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Como se nota, as questões envolvidas nos cálculos de índices de preços são complexas e abrangentes. Pode-se, portanto, adotar idêntica metodologia – Laspeyers ou Paasche, por exemplo, e obter diferentes resultados dependendo da ponderação utilizada, da periodicidade de coleta, da área geográfica em que os preços são coletados e assim por diante. Em essência, essa é a questão do ponto de vista estritamente estatístico. Não há muito mais o que fazer. No Brasil, dispomos, felizmente, de bons sistemas de índices de preços estruturados e operacionalizados por diversas instituições, a exemplo da FGV, da Fipe, do IBGE, do Dieese, etc.

Todavia, a escolha de um índice como indexador deve obedecer à finalidade a que se propõe. No caso dos salários, o índice indicado é o IPC, por tratar-se da evolução dos preços ao consumidor. No caso da evolução de preços em geral, deve-se considerar além do IPC – preços de varejo, a evolução dos preços no atacado (preços de produtos agropecuários e industriais comercializados em grosso) e preços setoriais relevantes, como é o caso da indústria da construção civil.

No caso da dívida refinanciada pela União, adotou-se o IGP-DI pelas características desse índice, ou seja, por medir a evolução dos preços em geral na economia nacional e, desse modo, pre-

servar o poder de compra real dos créditos do Tesouro.

Contudo, a partir do momento em que o próprio Governo Federal passa a adotar o IPCA como índice que mede a meta inflacionária e passa a utilizá-lo inclusive nas negociações externas, nada mais lógico do que a União proceder o mesmo ajuste internamente, substituindo, portanto, o indexador IGP-DI para atualização monetária das prestações mensais de dívidas refinanciadas aos estados, pelo indexador IPCA. Esses ajustes são necessários ao longo do tempo, especialmente no caso de débitos de longo prazo, a menos que a taxa de inflação aproxime-se de zero, porquanto a experiência brasileira demonstra que a dispersão dos preços na economia tende a ser maior, quanto maior for a taxa de inflação, e vice-versa. Em suma, o problema somente deixará de existir quando a economia estiver plenamente estabilizada e a dispersão entre índices for, por via de consequência, insignificante.

Por fim, como justifica o autor da proposta, em vista do impacto da desvalorização cambial no início de 1999, o IGP-DI acumulou, ao longo do ano passado, um diferencial positivo de, praticamente, 10 (dez) pontos percentuais em relação ao IPCA. Ora, torna-se óbvio que os encargos financeiros dos estados para com a União, de acordo com os termos contratuais vigentes, foram e continuam sendo inflados pelo índice adotado, sobretudo se se considerar que o IPCA é o indicador oficial de inflação. Trata-se de um ônus adicional aos estados, já endividados e com carência de recursos, que não se justifica.

Diante do exposto, concluímos o nosso Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2000. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Roberto Saturnino**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Jefferson Peres** – **Bernardo Cabral** – **Luiz Otávio** – **Bello Parga** – **Osmar Dias** (Abstenção – Autor da matéria) – **José Eduardo Dutra** – **Paulo Souto** – **Luiz Estevão** – **Jorge Bornhausen** – **Pedro Simon** – **Freitas Neto** – **Antero Paes de Barros**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS Nº 676, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AGNELO ALVES				GERSON CAMATA			
JOSÉ FOGAÇA				PEDRO SIMON	X		
JOSÉ ALENCAR				ROBERTO REQUIÃO			
LUÍZ ESTEVÃO	X			ALBERTO SILVA			
MAGUITO VILELA				MARLUCE PINTO			
GILBERTO MESTRINHO				MAURO MIRANDA			
RAMEZ TEBET				WELLINGTON ROBERTO			
NEY SUASSUNA				AMIR LANDO			
CARLOS BEZERRA				JOÃO ALBERTO SOUZA			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE BORNHAUSEN	X			JOSÉ AGRIPINO			
FRANCELINO PEREIRA				JOSÉ JORGE			
EDISON LOBÃO				ROMÉU TUMA			
BELLO PARGA	X			BERNARDO CABRAL	X		
JONAS PINHEIRO				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS			
FREITAS NETO	X			GERALDO ALTHOFF			
PAULO SOUTO	X			MOZARILDO CAVALCANTE			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ ROBERTO ARRUDA				SÉRGIO MACHADO			
ANTERO PAES E BARROS	X			LUIS PONTES			
LÚDIO COELHO				LÚCIO ALCANTARA			
ROMERO JUCÁ				OSMAR DIAS			X
PEDRO PIVA							
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT	X			ANTÔNIO C. VALADARES - PSB			
LAURO CAMPOS - PT				SEBASTIÃO ROCHA - PDT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	X			ROBERTO FREIRE - PPS			
ROBERTO SATURNINO-PSB	X			MARINA SILVA - PT			
JEFFERSON PERES - PDT	X			HELOÍSA HELENA - PT			
TITULAR - PPB	SIM	NÃO		SUPLENTE-PPB	SIM	NÃO	
LUIS OTÁVIO	X			ERNANDES AMORIM			

TOTAL 14 SIM 13 NÃO 1 ABS 1SALA DAS REUNIÕES, EM 11, 04, 00

MMA 11/04

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

*EC Nº 19/98

*Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

.....
IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

*EC 19/98 e EC 23/99

PARECER Nº 340, DE 2000

**Da Comissão de Assuntos Sociais,
em decisão terminativa, sobre o Projeto
de Lei do Senado nº 660, de 1999, de au-
toria do Senador Luiz Estevão, que "Tor-
na obrigatória concessão de emprego a
pessoas portadores de deficiência física,
e dá outras providências".**

Relatora Ad Hoc: Senadora Heloisa Helena

I – Relatório

Para decisão em caráter terminativo, é submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 660, de 1999, que tem por finalidade obrigar as empresas com cem ou mais empregados a admitir em, no mínimo, três por cento desse total, pessoas portadoras de deficiência física. Estabelece ainda que caberá à entidade de classe correspondente a fiscalização do seu cumprimento. Determina, por fim, que as empresas que não cupri-

rem essa disposição serão impedidas de participar de quaisquer transações financeiras em estabelecimentos de crédito oficiais.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

"A Constituição Federal assegura a assistência social às pessoas portadoras de deficiência física com a finalidade expressa de "sua integração à vida comunitária".

O assunto tem sido uma preocupação constante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e da Organização Mundial da Saúde (OMS), que, pelos meios de que dispõem, procuram sensibilizar as sociedades nacionais para a importância do problema.

O importante é que as pessoas portadoras de deficiência física não fiquem e nem sejam marginalizadas, mas aproveitadas segundo sua disponibilidade, capacidade e habilidade.

Nada integra mais a pessoa à comunidade do que o trabalho, a realidade de se sentir útil, o exercício da solidariedade."

Ao projeto não foram apresentadas emendas. É o relatório.

II – Voto do Relator

No mundo inteiro, as pessoas portadores de deficiência física constituem uma das categorias da população que apresenta as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Essa situação é devida notadamente à não-aceitação da deficiência física para o desenvolvimento social e aos entraves materiais, tais como a configuração dos lugares, dos meios de acesso ou a não adaptação dos postos de trabalho. Essas dificuldades são recrudescidas pela degradação do mercado de trabalho e pela baixa qualificação profissional das pessoas portadoras de deficiência física.

É bem verdade que a crise econômica aumenta as dificuldades de inserção profissional desses trabalhadores, mas ela não é a única responsável. Do lado das empresas há muita resistência em admiti-los e, em consequência, a maioria delas não emprega deficientes físicos. Constituem obstáculos para a contratação a necessidade de tornar acessível o lugar de trabalho, os riscos da rejeição ou da incompreensão por parte dos outros empregados, as dificuldades de contato com o público, uma produtividade supostamente reduzida, o absenteísmo etc.

Por último, a contratação de portadores da deficiência física é vista, muitas vezes, como um custo adicional para a empresa.

No Brasil, as empresas são obrigadas a reservar vagas aos deficientes, na seguinte proporção estabelecida pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, *in verbis*:

"Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados....2%

II – de 201 a 500....3%

III – de 501 a 1.000....4%

IV – de 1.001 em diante...5%

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados fornecendo-lhe quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados."

Constata-se que o art. 1º da proposição sob comento é mais restritivo do que a legislação vigente. Entretanto, seu art. 3º oferece um instrumento valioso para obrigar as empresas a contratar pessoas portadoras de deficiência física quando estabelece que, se elas não preencherem as vagas destinadas aos deficientes, não poderão participar de quaisquer transações financeiras em estabelecimento de crédito oficiais.

Já o art. 2º do projeto, além de propor uma fiscalização inadequada, porque as entidades de classe não possuem pessoal suficiente nem tampouco instrumentos qualificados, é também imprópria, pois cabe somente aos órgãos oficiais exercer o poder de polícia para garantir o cumprimento da lei e a aplicação das correspondentes sanções pela sua inobservância.

Em conclusão, julgamos oportuno manter inalterado o diploma legal vigente, mas incluindo em seu texto contida no art. 3º do projeto, com apresentação da emenda, explicitada ao final deste parecer.

É de se salientar, por último, que a emenda abaixo faz-se necessária tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, em especial o teor do inciso IV do seu art. 7º, que determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 660, de 1999, na forma da seguinte emenda substitutiva global:

EMENDA Nº 1 – CAS – (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 660, DE 1999

Acrescenta o § 2º-A ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 que "Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 a vigorar acrescido do seguinte § 2º-A:

"Art. 93.

.....

§ 2º-A A empresa que transgredir o disposto no **caput**, sujeitar-se-á, nas condições em que dispuser o regulamento:

a) à suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

b) à vedação de gozo de incentivos fiscais;

c) à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;

d) à multa de mil a dez mil Unidades Fiscais de Referência – UFIR, conforme a gravidade da infração, que se constituirá em receita do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2000. –
Osmar Dias – Presidente – **Heloisa Helena** – Relatora ad hoc – **Geraldo Cândido** – **Tião Viana** – **Juvêncio da Fonseca** – **Djalma Bessa** – **Marina Silva** – **Sebastião Rocha** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Carlos Bezerra** – **José Alencar** – **Marluce Pinto** – **Jonas Pinheiro** – **Geraldo Althoff** – **Luiz Pontes** – **Lúcio Alcântara** – **Maria do Carmo Alves** – **Gilvam Borges**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 660/1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS BEZERRA	X			1)RENAN CALHEIROS			
GILVAM BORGES	X			2)JOSÉ SARNEY			
JOSÉ ALENCAR	X			3)MAURO MIRANDA			
LUIZ ESTEVÃO				4)JADER BARBALHO			
MAGUITO VILELA				5)JOÃO ALBERTO SOUSA			
MARLUCE PINTO	X			6)AMIR LANDO			
PEDRO SIMON				7)GILBERTO MESTRINHO			
VAGO				8)JOSÉ FOGAÇA			
VAGO				9)VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JONAS PINHEIRO	X			1)EDISON LOBÃO			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X			2)FREITAS NETO			
DIALMA BESSA	X			3)BERNARDO CABRAL			
GERALDO ALTHOFF	X			4)PAULO SOUTO			
MOREIRA MENDES				5)JOSÉ AGRIPINO			
MARIA DO CARMO ALVES	X			6)JORGE BORNHAUSEN			
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X			7)VAGO			
MOZARILDO CAVALCANTI				8)VAGO			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTERO PAES DE BARROS				1)ARTUR DA TÁVOLA			
LUIZ PONTES	X			2)LUZIA TOLEDO			
LÚCIO ALCÂNTARA	X			3)PEDRO PIVA			
OSMAR DIAS				4)JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
SÉRGIO MACHADO				5)GERALDO LESSA			
ROMERO JUCA				6)ÁLVARO DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GERALDO CÂNDIDO (PT)	X			1)EMÍLIA FERNANDES (PDT)			
MARINA SILVA (PT)	X			2)LAURO CAMPOS (PT)			
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X			3)ROBERTO FREIRE (PPS)			
HELOÍSA HELENA (PT)	X			4)JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)			
TIÃO VIANA (PT)	X			5)JEFFERSON PERES (PDT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA				1)ERNANDES AMORIM			

TOTAL: 17 SIM: 17 NÃO: — ABSTENÇÃO: —

SALA DAS REUNIÕES, EM 29 / 03 / 2000

SENADOR


Presidente

TEXTO FINAL

DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 660, DE 1999

Aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais em reunião do dia 29 de março de 2000

Acrescenta o § 2º-A ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º-A:

"Art. 93.....

§ 2º-A. A empresa que transgredir o disposto no **caput**, sujeitar-se-á, nas condições em que dispuser o regulamento:

a) à suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

b) à vedação de gozo de incentivos fiscais;

c) à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;

d) à multa de mil a dez mil Unidades Fiscais de Referência – UFIR, conforme a gravidade da infração, que se constituirá em receita do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – **Osmar Dias**, Presidente – **Heloísa Helana**, Relatora *ad hoc*.

OF. Nº 26/00 – PRES./CAS

Brasília, 5 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 29 de março de 2000, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de

Lei do Senado nº 660, de 1999, que "Torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências", de autoria do Senador Luiz Estevão, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Submetida a turno suplementar em 5 de abril e não recebendo emendas por ocasião da discussão, o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado, nos termos do disposto no art. 284, do Regimento Interno.

Atenciosamente, Senador **Osmar Dias**, Presidente.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados..2%

II – de 201 a 500.....3%

III – de 501 a 1.000....4%

IV – de 1.001 em diante. 5%

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condições semelhantes.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatística sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

PARECER Nº 341, DE 2000

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as Emendas nºs 1 a 3 – Plen, oferecidas no turno suplementar ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1998 (nº 4.556 de 1994, na Casa de Origem) que “dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando os dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961”.

Relator: Senador **Tião Viana**

Relatório

São submetidas ao exame dessa Comissão as Emendas de nºs 1 a 3, apresentadas, em Plenário, ao Substitutivo do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1998, que “dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas, alterando dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961”.

Visam as emendas, como argumenta o autor, a adequar o texto do Substitutivo aprovado, em primeiro turno, pelo Plenário desta Casa, às normas da boa técnica legislativa.

É o relatório.

Voto do Relator

A Emenda nº 1 é, no meu entender não se faz necessária, uma vez que a adequação do dispositivo às normas de elaboração legislativa com o acréscimo da expressão “NR” já consta da redação dada pelo Substitutivo.

Quanto a emenda nº 2, que pretende transformar o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.999/61 em art. 2º do referido Substitutivo, ela de fato aperfeiçoa o texto, do ponto de vista da boa técnica legislativa, já que evita interpretações equivocadas quando deixa claro que o novo piso salarial ora proposto passa a vigorar somente a partir da aprovação desta nova lei e não da Lei nº 3.999/61. Tem, portanto, o mérito de afastar, de maneira definitiva, a possibilidade de ações trabalhistas reclamando o pagamento retroativo das diferenças salariais, em face do piso ora proposto, desde o ano de 1961, ano da promulgação da lei em comento.

Com respeito à emenda nº 3 não carece de maiores comentários, posto que objetiva tão somente adequar o texto do substitutivo às normas da boa técnica legislativa.

Pelo exposto, sou pela rejeição da emenda de Plenário nº 1 e pela aprovação das emendas Plenário de nºs 2 e 3.

Sala da Comissão, 29 de março de 2000. –
Osmar Dias, Presidente – **Tião Viana**, Relator –
José Alencar – **Moreira Mendes** – **Luiz Pontes** –
Geraldo Cândido – **Luzia Toledo** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Juvêncio da Fonseca** – **Marina Silva** – **Marluce Pinto** – **Pedro Piva** – **Carlos Bezerra** – **Lúcio Alcântara** – **Emília Fernandes** (sem voto) – **Jonas Pinheiro** – **Sebastião Rocha** – **Heleísa Helena** – **Djalma Bessa** – **Geraldo Althoff**.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Aviso nº 43, de 1999 (nº 1.246/99, na origem), que encaminhou ao Senado Federal cópia das Decisões nºs 276 a 278, de 1999, do Tribunal de Contas da União, sobre auditorias realizadas nas Secretarias da Saúde dos Estados do Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Sul, concluindo pela apresentação do Requerimento nº 202, de 2000, que esta Presidência despacha à Mesa, para decisão, consoante o disposto no art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, os seguintes Ofícios:

– Nº S/13, de 2000 (nº 1.108-3/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca do pedido da Prefeitura Municipal de São Gabriel – RS para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social – FUNDOPIMES administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL, no valor de dois milhões e cem mil reais, a preços de setembro de 1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana;

– Nº S/14, de 2000 (nº 1.108-4/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Ubatã – PR para contratar operação de crédito com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano/Programa Paraná Urbano administrado pelo Banco do Estado do Paraná – BANESTADO, no valor de novecentos mil reais, a preços de setembro de 1999, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana;

– Nº S/15, de 2000 (nº 1.108-6/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando manifesta-

ção daquele Órgão acerca do pedido do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para assunção formal de dívidas da Companhia de Habitação do Estado – COHAB/RS e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul – CEE-RS, nos respectivos valores de oitocentos e onze milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos, a preços de 1º de setembro de 1999, e quarenta e dois milhões, vinte e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos, a preços de 1º de agosto de 1999; e

– Nº S/16, de 2000 (nº 1.108-7/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca do pedido do Governo do Estado do Rio de Janeiro para assunção formal de dívidas da Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro – CEHAB/RJ e do Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A – em liquidação extrajudicial, nos valores de trezentos e noventa e oito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos, e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, cento e oitenta e sete reais e dez centavos, respectivamente, a preços de 1º de fevereiro de 2000.

– Nº S/18, de 2000 (nº 1.108-5/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando a relação das prefeituras que descumpriram o disposto no art. 17 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, referente à liquidação de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

– Nº S/19, de 2000 (nº 1.108-2/2000, na origem), de 12 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina para assunção formal de dívida da Companhia de Habitação do Estado – COHAB/SC, no valor de cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos, a preços de janeiro de 2000.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2000

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal Requeiro sejam solicitadas ao Se-

nhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1 – Quando, e em que termos, foi firmado acordo entre os Governos do Brasil e da Venezuela, visando a propiciar à Petrobras a exploração de petróleo em território Venezuelano?

2 – A quanto monta o custo financeiro com a construção da ponte sobre o Rio Orinco, na fronteira entre Brasil e Venezuela, a ser, segundo a imprensa, financiada com recursos do BNDES?

Justificação

Noticiou a grande imprensa que a Petrobras explorará petróleo na Venezuela, pois seria firmado com aquele país, acordo com este objetivo.

Por outro lado, talvez como consequências de tal acordo, seria construída na fronteira Brasil/Venezuela, sobre o Rio Orinoco, ponte a ser financiada com recursos do BNDES.

Diante da importância dos dois fatos correlatos, impõe-se que a sociedade tome conhecimento de detalhes, ainda não revelados, sobre estas operações, uma vez que se revestem de importância relevante para o País, além de envolver dispêndios consideráveis dessas estatais.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2000. – Senador **Romero Jucá**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leomar Quintanilha.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2000

Estabelece, para o ex-diretor, a obrigatoriedade da vinculação e a proibição de prestar serviços a empresas sob regulamentação ou fiscalização de agência reguladora de serviços públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O diretor de agência federal de regulação e fiscalização da prestação de serviço público permanecerá vinculado à entidade durante o período de doze meses após deixar o cargo.

Parágrafo único Durante o período a que se refere o **caput** deste artigo, o ex-diretor perceberá remuneração do cargo.

Art. 2º Ao ex-diretor das agências a que se refere esta lei, no prazo do art. 1º, é vedada a ocupação de qualquer cargo em empresa sob regulamentação ou fiscalização da entidade a que se encontra vinculada.

Art. 3º É também vedada ao ex-diretor a prestação, direta ou indireta, independentemente da forma ou natureza do contrato, de qualquer tipo de serviço às empresas sob regulamentação ou fiscalização da agência respectiva.

Art. 4º A violação do disposto nos arts. 3º e 4º implica o cometimento da infração a que se refere o art. 9º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os agentes públicos que, em razão do exercício de determinada função, têm acesso a informações privilegiadas, devem manter-se afastadas das entidades privadas que podem ser beneficiadas por essas informações.

Essa tese, largamente disseminada no Brasil e em outros países, já foi abrigada entre nós, tendo alcançado estatuto constitucional. Entretanto, permanece carente de integração legislativa. Observe-se o que diz a nossa Carta Magna, desde a promulgação da Emenda Constitucional nº19, em 4 de junho de 1988, na forma que deu ao § 7º do art. 37 da Constituição, **verbis**:

“§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta ou indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.”

Por seu turno, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que “dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências”, contempla, no inciso VIII do seu art. 9º, que tipifica os atos de improbidade administrativa, a seguinte infração:

“Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, mandato, função, emprego ou ativi-

dade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

.....
VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;”

Está claro que as disposições da Lei da Improbidade Administrativa aplicam-se, como referido no inciso VIII do art. 9º, aos agentes públicos em atividade. Não se aplica aos agentes públicos que já deixaram o cargo, emprego ou função.

Em face disso, propomos, mediante este projeto de lei, com o propósito de viabilizar a aplicação desses dispositivos aos ex-diretores das agências reguladoras, que os mesmos se mantenham vinculados às agências durante o período em que lhes são impostas as vedações a que se refere esta proposição.

Importa assimilar que o ilícito a que se refere esta proposição em seu art. 2º, consuma-se com a mera ocupação do cargo na empresa sob fiscalização da agência. Como afirma Wolgran Junqueira Ferreira, em sua obra “Enriquecimento Ilícito dos Servidores Públicos no Exercício da Função”, em que comenta a Lei de Improbidade Administrativa:

“Não é necessário que em tais funções tenha praticado o ilícito, pois basta que tenha a oportunidade de fazê-lo. É mister que fique bem claro que o impedimento se dirige ao agente público de prestar serviços a terceiro, quando ele, no exercício funcional, possa favorecer àquele que lhe contratou; deve haver estrita correlação entre o exercício funcional e a possibilidade de benefício a quem o agente público presta serviços particulares.”

Portanto, a ilicitude consiste no fato de o servidor – ou, na hipótese do presente projeto, o ex-diretor de agência reguladora – ocupar cargo, emprego ou função ou prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa que a sua agência fiscaliza e controla, por dever legal.

Consideramos a proposição, que ora submetemos ao exame dos eminentes pares, parte do esforço que a sociedade brasileira tem desenvolvido para afirmar, na Administração Pública, o princípio constitucional da moralidade.

Qualquer observador de nossa realidade política e administrativa há de convir quanto a necessidade de que se estabeleçam instrumentos legais que tornem possível alcançarmos, mediante a afirmação da moralidade e dos demais princípios constitucionais, uma melhor qualidade dos serviços públicos prestados aos brasileiros.

Esse é o sentido do presente projeto, para cuja aprovação solicitamos o apoio dos eminentes pares.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2000. – Senadora **Marina Silva**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1999

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

SEÇÃO I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I – receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

II – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a constatação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

III – perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

V – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

VI – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidades, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

VII – adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução ou patrimônio ou à renda do agente público;

VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;

IX – perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

X – receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

XI – incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

XII – usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

Constituição Federal

CAPÍTULO VII

Da Administração Pública

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 37. (*) A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

**EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 19, DE 1998**

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas."

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho de Minas para falar sobre uma publicação de grande êxito em todo o País.

A revista **Palavra** foi criada exatamente há um ano e, agora, neste mês, está comemorando o seu aniversário. Por isso mesmo, editou um número especial, para ser levado aos leitores de Minas e do Brasil que se interessam por uma publicação de alto relevo. Ela foi projetada por pessoas devotadas, que trabalham dia e noite sob o clima de paixão, de inteligência e de talento.

Um ano de existência! Essa revista está completando este mês seu primeiro ano de existência. Uma iniciativa cultural, nascida em Minas Gerais para

mostrar, de forma diferenciada, os temas que edita, com textos tratados à altura desse propósito. **Palavra**, como define o editorial de seu primeiro número especial e neste de seu aniversário, nasceu brasileira. Uma revista de Minas para o Brasil inteiro.

A criação dessa revista deve-se a Ziraldo Alves Pinto, jornalista e escritor famoso, mineiro de Caratinga. Atualmente é publicada pela Editora é Gaia, presidida por Angela Gutierrez, figura de forte presença no meio cultural e empresária bem-sucedida, mas também uma apaixonada pelas artes, especialmente a arte sacra. A ela a revista foi confiada recentemente e, no seu número especial de aniversário, o Editor José Eduardo Gonçalves diz que toda a sua equipe se orgulha de tudo o que foi feito nesses breves, longos e trabalhosos 12 meses.

Palavra também, como define o mesmo editorial, é uma revista feita com um aditivo que a diferencia das publicações convencionais: a paixão, paixão total. **Palavra** surgiu para surpreender, abrindo espaço para harmonizar jornalismo e cultura. A cada edição publicou temas que representam um painel vibrante da extraordinária diversidade cultural brasileira, manifesta nas artes, no comportamento, nos ritos e tradições, na força de uma produção igualmente jovem e inovadora. Nesse elenco figuram o samba de raiz, como igualmente houve espaço para rádios comunitárias, como a **Rádio Favela**, de Belo Horizonte; o entorno de Brasília; a festa de São João, o Nordeste; o Congo, no Espírito Santo; enfim, o ritmo de todos os pontos do País.

Sr. Presidente, a revista está circulando normalmente, em todas as bancas do País, inclusive nos aeroportos e nas livrarias, sempre procurada por mineiros e pelos demais brasileiros.

Quero destacar que, mineira de Belo Horizonte e da bela cidade de Inhaúma, Angela Gutierrez reside em ambas. É uma notável colecionadora, a quem Minas e o País devem um dos melhores museus de arte sacra, implantado em Ouro Preto, formado por um acervo de 162 oratórios brasileiros e 300 imagens, incluindo um Aleijadinho. Desse museu saiu grande parte das obras para a exposição "Barroco – entre o Céu e a Terra", realizada em Paris, no ano passado. Esse museu daquela cidade histórica mineira reúne o maior acervo de oratórios do mundo.

Sr. Presidente, o desafio está colocado e terá sempre um horizonte de esperança e êxito. A empresária editorial Angela Gutierrez afirma: "A revista é um desafio", por isso está "abandonando um pouco a fazenda" de seu pai, que faleceu. E justifica: "Não foi uma mulher que, de repente, chegou à Revista para

fazer uma graça. Entrei, sim, mas tenho os pés no chão”.

Um desafio, sim, mas acrescentamos, já vitorioso.

No afã de levar à frente o projeto, acrescenta: “Fiz um projeto para a Lei Rouanet, procurei empresários. Estou fazendo o que posso. Agora, quero ver o resultado”. E, dessa luta empresarial, define: “É complicado, como tudo no Brasil. Você abre o caminho na base da foice”.

Sr. Presidente, Angela Gutierrez é ex-Secretária de Educação do Governo de Minas. É Conselheira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente, é Presidente da Editora Gaia, que publica a Revista **Palavra**. Filha do meu amigo Flávio Gutierrez, meu amigo e empresário vitorioso, apaixonado por sua terra e amigo de muita gente no Brasil, com sua insuperável personalidade no mundo do trabalho e do talento, em Minas Gerais. Já não é vivo, mas é a inspiração do trabalho e da devoção de todos os que se entregaram à tarefa desafiante de editar uma revista em Belo Horizonte e fazê-la circular em todo o Brasil. A mãe de Angela, Nenem Gutierrez, é minha amiga, a qual oferece uma colaboração fantástica às atividades da filha, especialmente na revista sobre a qual estamos falando.

Sr. Presidente, desde a sua criação, por Ziraldo, a revista **Palavra** mantém como idéia central a construção de matérias sobre as manifestações culturais situadas fora do eixo Rio-São Paulo. Por isso, dedica-se a temas de Minas, do Nordeste, do Norte e do Sul, mas também – e por que não? – aos assuntos paulistas, fluminenses e cariocas, enfocando suas produções de teatro, cinema, história, poesia, literatura, música e o que mais houver de seus grandes nomes e artistas.

Para levar avante o projeto, uniram-se a Ziraldo, como fundadores da Editora da Palavra, nove outros jornalistas. Alguns continuam nessa nova fase da revista, tendo agora, como editor-geral, o jornalista José Eduardo Gonçalves. Sob seu comando, uma equipe da qual participam Nely Rosa, Tonico Mercador, Israel do Vale, Luciana Tonelli, Wagner Merije, Iêda Ferreira, Sérgio Ribeiro, Ana Cláudia Garcia, Kely Moreira, Nancy Rosa, David Fonseca, José Antonio Ribeiro e Jorge Emil.

Sr. Presidente, **Palavra** é contemporânea. A modernidade da revista mineira exterioriza-se pelos temas que seleciona, com a paixão total lembrada pelo seu editor. Um exemplo é a entrevista

com o historiador Francisco Iglésias, publicada no número inaugural.

As últimas impressões desse historiador vieram a lume em forma de entrevista dois meses após a sua morte, no ano passado. Na entrevista, como em toda a sua vida, o saber de Francisco Iglésias se confundia com sua cativante humildade, e ali fala do conhecimento humano, lamentando sua precariedade no plano da vida individual. São dele estas palavras: “Para a História, o tempo longe de mim é o tema mais perfeito, porque sobre este pode-se ter uma perspectiva mais sedimentada. Porque já passou. Mas o tempo que estamos vivendo, dificilmente nós o apreendemos. Não se percebe o dia-a-dia, o momento que se vive. Só se percebe depois que ele foi vivido, depois que ele passou.”

Sr. Presidente, nesta hora, é necessária uma palavra de reconhecimento a uma luta e a uma demonstração de fé no País, que parte de Minas Gerais por intermédio da revista **Palavra**.

Às vezes, as palavras que edita a respeito voltam no tempo, para mostrar as origens heróicas e humildes de pessoas que, pelo esforço, pela perseverança e pela fé no Brasil, vencem obstáculos.

Foi assim no número 4, de julho do ano passado, ao mostrar um desses exemplos, o da nossa brava Senadora Marina, vinda do seringal do Acre para engrandecer o trabalho legislativo com sua comovente história de vida. E de experiência

Sr. Presidente, já no primeiro número, dizia, em editorial, Ziraldo, o inventor da revista: “Esta é uma revista que nasce em Minas Gerais com a pretensão de ser uma publicação pela qual se interessa o Brasil inteiro. Por várias razões, a revista vai chamar-se **Palavra**. Primeiro, porque ninguém se lembrou até hoje de uma palavra mais bonita para se dar título a uma revista nem a uma editora, que será a nossa: Editora da Palavra, nomes que as fazem parecer fundadoras, pioneiras. Segundo, porque é da palavra que nascem todas as idéias do homem – no princípio era o Verbo – e, como afirmei antes, a palavra é o átomo da alma. E a última razão é que, em Português, a palavra “palavra” tem o dom mágico de conter nela mesma – por linda coincidência e sem qualquer implicação semântica – a matéria-prima e seu instrumento. Somente com a palavra pode-se mover a palavra, tirar dela sua essência, tocar o próprio coração da palavra, já que ela é lavra, já que ela é pá.”

Sr. Presidente, ao risco inerente à ousadia se impõe o diálogo com a seriedade e o equilíbrio da

gestão profissional. Quando as forças do mercado ameaçaram abortar o projeto, a coragem de Angela Gutierrez, certamente uma das maiores empreendedoras culturais do País, recolocou a revista no curso de sua viagem desbravadora. **Palavra** chega ao primeiro aniversário e reafirma seu compromisso de realizar o jornalismo inteligente, qualificado e independente que a caracteriza desde a primeira hora.(...)

Um ano de vida! Se o momento é de comemoração, também o é para reconhecer que ainda há um longo caminho a percorrer. Esta edição é um brinde à integridade, à persistência, à sensibilidade dos que fazem cultura neste País.

Sr. Presidente, quero prestar, em nome do Senado da República, a nossa homenagem aos inventores, aos criadores, a todos aqueles que, desde Ziraldo até Angela Gutierrez, estão levando ao sucesso essa revista editada em Minas Gerais e destinada ao Brasil.

Entregarei a V. Ex^a, como Presidente do Senado, esta edição especial. Acabo de receber da empresária e editora da revista, Angela Gutierrez, oitenta e um exemplares que levarei, pessoalmente, a cada Senador, para que todos conheçam a revista pioneira no estilo e no trabalho, na inteligência e no talento. Uma revista vitoriosa que, editada em Minas Gerais, aborda os problemas e os assuntos que atingem o Brasil inteiro, inclusive o eixo Rio- São Paulo.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, transmito, em nome desta Casa, o nosso abraço de felicitações, de congratulação a Angela Gutierrez e a toda sua equipe pelo aniversário da revista **Palavra**, um título de orgulho de Minas e de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o **Jornal do Brasil** de ontem nos traz, dentre tantas, duas notícias importantes e interessantes. Uma diz respeito aos transgênicos. Nos informa que, na Europa, há uma resistência brutal aos transgênicos, mas que além dessa resistência, também há o uso desses produtos.

Estrasburgo, França: O Parlamento Europeu rejeitou o artigo da Legislação da União Européia sobre organismos geneticamente modificados – os OGMs –

que atribuíam ao fabricante de manufaturados a responsabilidade legal por qualquer dano que o produto pudesse causar à saúde.

Então, o fabricante de manufaturado que utiliza o produto geneticamente modificado, não será, doravante, responsabilizado por eventual dano que esse produto, em razão dessa modificação genética, possa vir a causar à saúde e ao meio ambiente.

Mas, os deputados europeus, nessa mesma legislação, aprovaram, também, um artigo que exige a vigilância clara para identificar e eliminar, dos transgênicos, de forma progressiva, até 2.005, os genes resistentes aos antibióticos.

Entendo ser um avanço. E, efetivamente, o que é preciso com relação aos transgênicos, notadamente aqui no Brasil, é que o linguajar técnico-científico seja democratizado, que a população seja informada, para se desmistificar o que se conhece sobre tecnologia, sobre biotecnologia sobretudo, principalmente se tratando de transgênicos.

Ainda é do **Jornal do Brasil**, de ontem, o registro de que o cientista **Francis Collins**, do Instituto Nacional de Pesquisa sobre o Genoma Humano, nos Estados Unidos, afirmou que a notícia veiculada pela imprensa, na semana passada, e na revista **Veja** desta semana, de que o genoma humano havia sido decodificado pela empresa privada americana **Celera Genomics** era inverídica.

De fato, principalmente a **Veja**, havia feito uma matéria comemorando que o genoma humano havia sido decodificado, afirmativa que o cientista **Francis Collins** está refutando.

De acordo com o cientista, mais esforços serão necessários para decifrar o genoma humano completamente, apesar de reconhecer que o trabalho desenvolvido pela **Celera** foi um passo significativo no processo de mapeamento do código genético humano. E acrescenta o pesquisador que tem-se que reconhecer que ninguém vai conseguir completar o seqüenciamento do DNA nos próximos dois anos.

Verdade ou não, a notícia vem ressaltar a importância de se encontrar meios de decodificar a linguagem científica, em especial na área da genética, porque o Projeto Genoma Humano e o Projeto da Diversidade do Genoma Humano gerarão saberes que aumentarão muito o poder para a cura e a prevenção de doenças, mas também sofisticará as técnicas de opressão. Basta que evoquemos as razões que ensejaram o Tribunal de Nuremberg.

Já se tornou lugar comum afirmar que a neutralidade da ciência é um mito. Desde Nuremberg não temos mais dúvida de que a atividade científica deve estar submetida ao controle social e ético, e que os cientistas não devem prestar contas de seus atos apenas à comunidade científica, mas também à sociedade, e que cabe a esta decidir sobre o seu futuro. É fato. É importante que os termos científicos usados sejam transformados num linguajar popular para que o cidadão, principal beneficiário ou principal prejudicado dos avanços que a ciência e a tecnologia tenham alcançado, principalmente na área da genética, possa discutir o assunto, que não deve ficar restrito apenas à comunidade científica.

O questionamento posto na Ordem do Dia com o início do Projeto Genoma Humano está centrado, principalmente, se os genes humanos podem ou não ser patenteados. Enquanto apenas uma parte da população, aquela que tem acesso às informações e compreende o significado da controvérsia, participa do debate, os países desenvolvidos saem na frente na corrida biotecnológica e tentam obter o patenteamento de genes humanos.

É questão da última hora que a sociedade brasileira redefina a sua postura e o seu relacionamento com a ciência e busque elaborar mecanismos de controle social e ético sobre a produção científica e o seu monopólio.

Que conhecimentos tem a nossa sociedade para participar desse debate?

O conhecimento técnico-científico deve se tornar acessível às pessoas comuns, como elemento necessário ao exercício da cidadania social e política.

Urge, portanto, colocar esses conhecimentos ao alcance do público leigo, pois, ao compreendê-los, poderá decidir com conhecimento de causa e segurança, quais os caminhos a eleger para o futuro da humanidade.

A luta em cada país por uma regulamentação que pelo menos coíba os abusos é um bom caminho para o estabelecimento de regras mais éticas. E ela solicita que nós, as pessoas comuns, exijamos que a biotecnologia seja ensinada com as contribuições e o significado que possuem hoje, posto que são conhecimentos que, quando ensinados, juntamente com a explicação do seu emprego industrial e comercial e a carga de ressonância ética que carrega, possibilitam o exercício da cidadania em maior plenitude e consciência.

Que condições temos nós, brasileiros, de pelo menos, acompanhar a corrida tecnológica, que acena com mudanças imprevisíveis para a humanidade?

Que esforço estamos fazendo para formar o cidadão responsável, crítico, capaz de tomar decisões?

É necessário o fortalecimento do ensino de ciências para as crianças e adolescentes com a introdução de conteúdos biotecnológicos nos currículos e a criação de cursos técnicos.

É urgente que sejam retomados e reforçados os programas de apoio ao ensino de ciências, praticamente desaparecidos com os cortes de recursos para a ciência e tecnologia, para a utilização dos conceitos que estão sendo ensinados aos alunos do ensino básico, melhorar os livros didáticos e criar programas de aperfeiçoamento de professores.

Com essa apreensão, enfatizamos a importância de que a sociedade seja permanentemente informada pelas autoridades públicas sobre temas ligados à biotecnologia e à biossegurança. Da mesma forma, as entidades dessas áreas precisam estabelecer melhor o contato com a imprensa e com a sociedade a fim de facilitar a divulgação dos temas relativos aos seus trabalhos.

Sr. Presidente, com a celeridade do avanço da Ciência que, permanentemente, vem conquistando novas e importantes descobertas, que fatalmente virão interferir na vida das pessoas, é necessário que essas pessoas estejam plenamente informadas, num linguajar perfeitamente compreensível, que passem não só por expressões originárias da comunidade científica, mas que passem também pelos noticiários, pela informação pública e também pelos bancos escolares, sob o pretexto de não assim acontecendo estarmos cerceando às pessoas o direito do exercício da livre cidadania.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, pesquisa realizada pela DataFolha, publicada na **Folha de S. Paulo** do último 23 de março, avaliando "o desempenho dos Ministros", colocou o Sr. Rafael Greca, dos Esportes e Turismo, como o 5º melhor colocado, numa lista de 24 nomes. Esse fato ninguém pode negar, o Ministro Greca está tendo alto desempenho na direção do Ministério dos Esportes e Turismo, e o povo confirma esse fato.

Greca começou sua vida pública muito cedo e percorreu um caminho invejável, pautando sua conduta em princípios éticos e religiosos, com inquestio-

nável vontade de realização. Desempenhou trabalhos que trouxeram grandes benefícios ao seu povo no Estado do Paraná. Antes de seus 40 anos, o Ministro Greca obteve nas urnas mais de 200 mil votos no Paraná, a maior votação obtida naquele Estado por um candidato à Câmara Federal. Essa eleição foi o reconhecimento do povo paranaense para com Rafael Greca pelo irretocável trabalho que realizou à frente da Prefeitura de Curitiba e pelo desenvolvimento de seu Estado.

Ainda como Deputado Federal, aceitou o convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso para assumir a pasta do Ministério dos Esportes e Turismo. Estava aí um grande desafio para Rafael Greca: assumir um Ministério complexo e sem nenhuma projeção no cenário nacional. Sendo ele um homem criativo e que faz as coisas acontecerem, em vez de se acovardar, aceitou o desafio com coragem e entusiasmo.

Ao assumir, logo de cara, o Ministro teve que administrar a implantação dos jogos de azar em nosso País. Isso mesmo, "jogos de azar". Essa questão o levou a grandes transtornos, ao ver seu nome envolvido, repentinamente, em uma avalanche de denúncias. Ele não recuou, enfrentou a situação com a coragem que lhe é peculiar, afastou os envolvidos nas irregularidades denunciadas, deu as devidas explicações e determinou as medidas cabíveis na questão.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece haver algum outro interesse por trás dessa questão. Mesmo depois de tomar as medidas cabíveis com relação à concessão de licenças para o funcionamento de bingos, a confusão continua. Qual será o verdadeiro motivo pelo qual insistem com essas denúncias? Com toda essa difamação envolvendo o seu nome? Já é hora de ver o trabalho e o excelente resultado que todo o Brasil está tendo na gestão do Ministro Greca à frente do Ministério dos Esportes e do Turismo. Eu, particularmente, quero testemunhar que o Ministro Greca tem sido um aliado de primeira hora do setor de turismo no Brasil. Comparecendo a quase todos os eventos organizados pelo **trade**, tem sido um defensor incansável desta nova vertente da economia nacional, que certamente haverá de ser, deste século que se aproxima, a maior fonte de receita, de geração de emprego e renda para o nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente, é hora de se dar um basta em se olhar só para os próprios interesses. O Brasil não pode mais aceitar essas brigas.

Críticas não têm faltado ao titular da pasta dos Esportes e Turismo. Porém, como Presidente do Comitê Executivo da Comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, o Ministro Greca vem fazen-

do desta comemoração cívica um êxito para o País, como um todo, e está desenvolvendo ao povo brasileiro um sentimento de nacionalidade, de brasilidade, adormecido há tantos anos, o que eu lamento profundamente. Em todos os Estados do Brasil está sendo iniciada a construção ou está sendo inaugurado um Marco que comemora os 500 anos neste 21 de abril de 2000, tendo como Marco principal a praia de Coroa Vermelha em Porto Seguro/BA, local do descobrimento do Brasil.

Para as comemorações sobre os 500 anos do Brasil, que têm sido muito bem atestadas pela mídia, todos os segmentos da sociedade tiveram a oportunidade de indicar um Marco de sua preferência. No caso de Rondônia, que recebeu a visita do Ministro Rafael Greca em julho de 1999, foi escolhida a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que deverá ter parte do seu trecho, aquele que liga, no final, Guajará-Mirim ao Yata revitalizado, incrementado, assim, o turismo naquela região do rio Madeira, além de resgatar parte de nossa História.

O Ministro já viajou por todo o País, fez sondagens amplas sobre iniciativas culturais previstas, e prometeu, nos Estados que visitou, incluir atividades locais nos festejos planejados para os próximos anos. E está cumprindo o que prometeu, com o desenvolvimento de amplos programas especiais de abrangência nacional, destacando-se entre eles a "**Quadra da Cidadania**", composto de pequenos Ginásios de Esportes, já sendo implantados em cerca de 500 Municípios; o "**Farol do Saber**", compreendendo bibliotecas comunitárias; a "**Porta da Cidade**", que se constitui na produção e venda de artesanato, sendo esse destinado aos Municípios com potencial turístico, e ainda as "**Vilas de Ofícios**", compreendendo 50 (cinquenta) pequenas casas, com a parte superior destinada à moradia e a térrea à oficina de trabalho.

O Ministro Greca vem fortalecendo, sobremaneira, o turismo nos Municípios brasileiros, levando a eles desenvolvimento econômico, social e cultural. Destaco também seu apoio à Embratur e ao Indesp, visando ao fortalecimento dessas instituições com mais verbas no Orçamento 2.000, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional. Muitas outras decisões vêm sendo tomadas pelo Ministro, consolidando, assim, o turismo no Brasil.

Ao concluir, Sr. Presidente, julgo oportuno ressaltar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso aceitou, na íntegra, o projeto do Ministro Greca, e assinou no dia 29.03.00 a alteração da MP nº 2.011, determinando o saneamento dos bingos. Na minha opi-

nião, não deviam ser saneados, deviam ser sumariamente fechados.

Essa nova Medida Provisória passa para a Caixa Econômica Federal a responsabilidade pela fiscalização dos bingos no País, cabendo ao Indesp apenas fornecer as credenciais para as entidades que irão receber os benefícios do jogo, que, em minha opinião – quero novamente frisar – na maioria das vezes nunca recebem esses benefícios. Na verdade são criadas entidades tidas como esportivas apenas para encobrir essa questão do jogo de azar que são os bingos.

E digo, também, que apesar de todas as perseguições, o Ministro Rafael Greca foi avaliado, como já disse, em 5º lugar na pesquisa realizada pela DataFolha e está fazendo muito pelo Brasil. Com sua inteligência e seu saber, S. Exª ainda tem muito a oferecer ao Presidente da República e ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no próximo dia 19, a Nação irá comemorar o Dia Nacional do Índio.

A meu ver, não apenas um dia de exaltação do papel histórico de nossos índios no processo de construção da civilização brasileira. Também não deve servir este dia para, exclusivamente, fazermos um balanço dos sacrifícios impostos às comunidades indígenas; a violência que se pratica contra suas vidas e o desrespeito aos seus valores e à sua identidade cultural.

A data, mais que uma homenagem, deve servir, acima de tudo, para uma profunda reflexão sobre a mais adequada e justa política que permita aos silvícolas a garantia do pleno exercício da cidadania, do respeito ao seu **habitat** natural, seus valores morais, seus costumes e sua cultura.

É verdade, temos consciência, que as comunidades indígenas brasileiras foram, e ainda são, objeto de inúmeras violências, ao ponto de seu contingente populacional ficar reduzido a 350 mil pessoas, o que corresponde a 0,22% da população brasileira.

É verdade, também, que outras causas, como os interesses escusos, a impunidade, a omissão de autoridades e a convivência com grupos marginais da população branca permitiram, infelizmente, que chegássemos a esse processo de destruição do seu **habitat** e de degeneração de seus costumes.

Esse rosário de atitudes negativas, Sr. Presidente e meus nobres Colegas, é que me traz hoje a esta tribuna.

A meu ver – e gostaria de receber de V. Exª as críticas e sugestões que enriquecem e deságuam em solução –, a questão indígena em nosso País é seriíssima. Não pode continuar subordinada a discussões estéreis e emocionais, como vem sendo tratada.

Afinal, à exceção do Piauí, do Distrito Federal e do Rio Grande do Norte, todos os demais Estados da Federação, em maior ou menor quantidade, têm a presença de silvícolas em seus territórios.

Nossos 350 mil índios, hoje, ocupam 561 áreas indígenas espalhadas de norte a sul e totalizam – pasmem Vossas Excelências! – 95,8 milhões de hectares, o equivalente a 11,34% do território nacional. Ao todo, são 227 etnias que se comunicam por 175 línguas diferentes.

Apenas três Estados, o Amazonas, o Pará e Roraima, abrigam 50% do total de silvícolas existentes no País. O Amazonas, com 89.529 índios; o Pará, com 45.259; e Roraima, com 37.025.

E tem mais, Sr. Presidente: em extensão de terras destinadas aos índios, esses três Estados contribuem com exatos 69.136.796 hectares, ou seja, quase 70% do total de hectares destinados aos índios em todo o território nacional. O Amazonas contribui com 33.147.594 hectares; o Pará, com 22.541.642; e Roraima, com 12.447.576.

No caso específico de Roraima, as terras indígenas ocupam, hoje, mais de 60% de todo o Estado, isso sem contar com outras reservas identificadas pela Funai que insiste em demarcá-las.

Diante desses números, não temos outra alternativa senão concluirmos que a causa indígena neste País está a exigir reformulação.

Parece ter virado moda neste País – e isso é grave – usar a boa-fé dos silvícolas para justificar uma insana política voltada quase que exclusivamente para a demarcação de áreas, sem critérios mínimos justificáveis ou respeito aos cidadãos, sejam índios ou não.

É preciso, pois, a formulação de uma adequada e objetiva política que abrace a atual conjuntura mundial, seja realista e, mesmo, com vistas para o futuro.

Chega! Basta de blá-blá-blá em "reuniões trimestrais de avaliações", acontecidas em gabinetes atapetados do Centro-Oeste, enquanto os verdadeiros interessados – que são os índios – permanecem a centenas de quilômetros de distância, relegados ao abandono e carentes e quase tudo.

Não estou fazendo um desabafo. De fato, cheguei à conclusão de que tais expedientes, na verdade, continuarão exclusivamente servindo à promoção nacional e internacional de alguns "exploradores de sucesso".

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senadora, V. Exª me concede um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Pois não, Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª traz hoje a esta Casa, corajosamente, uma posição que merece todo o respeito e com a qual concordo plenamente: é preciso rever a questão da demarcação das terras indígenas. Inicialmente, quero deixar claro que devoto ao nosso índio todo o respeito, porque, recentemente, manifestei-me defendendo esse ponto de vista e fui, de certa forma, até mal interpretado. Na verdade, o nosso silvícola está sendo usado como instrumento, massa de manobra, para que outros interesses, que não são os interesses nacionais, os interesses do povo brasileiro, possam prevalecer em relação à Amazônia. Por trás disso, estão entidades ambientalistas estrangeiras, manipulando brasileiros e entidades tidas como preservacionistas em nosso País. O lamentável é que não estamos enxergando isso. Assim, a nossa soberania na Amazônia está a sair pelo ralo, e estamos, de certa forma, sendo coniventes com isso. V. Exª chegou ao âmago do problema: precisamos rever, corajosamente, essa questão. Como abrigar, em 95 milhões de hectares, uma população indígena que não chega a 90 mil seres humanos? Não é possível que se dê a essas pessoas toda essa atenção, enquanto que os outros 12 milhões de brasileiros que lá vivem continuam sem estrada, sem escola e sem atenção, cada vez mais pressionados – citei isso outro dia e fui mal interpretado – a se tornarem índios. Não que seja pejorativo ser índio, absolutamente; mas eu não pretendo ser índio, quero ser um cidadão que vive na cidade, como faço hoje. E, da forma como as coisas vão, daqui a pouco não se fará outra coisa a não ser cuidar da floresta, da fauna e dos silvícolas da Amazônia! O que, efetivamente, é um erro das autoridades brasileiras, de quem dirige o País, com o qual estamos, o Congresso Nacional, de certa forma, sendo coniventes. Portanto, parabênizo V. Exª pela coragem de tocar num assunto que é até tabu. Sou solidário a V. Exª e acompanharei suas posições em busca de uma mudança para essa questão no Senado.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Agradeço o útil aparte de V. Exª. Quero dizer a V. Exª, Senador, e aos demais companheiros que me ouvem

que fico muito à vontade nesta tribuna para discordar da maneira como o assunto está sendo tratado, porque convivo, não diariamente, mas nos finais de semana, com índios diretamente, tuxauas de várias comunidades, que me procuram no escritório ou em minha própria residência. Posso afirmar que nem eles exigem essa grande quantidade de terra. O que eles querem é ter suas terras em uma extensão bem maior que a dos lotes que são dados aos colonos pela reforma agrária, pelo Incra. Mas que também não fique só na demarcação. Temos um exemplo que nos dá base para dialogar sobre esse assunto: é o caso da demarcação das terras ianomâmis. Foi uma quantidade imensa de hectares, mais de um milhão e meio de hectares demarcados em 1992. Os países do Primeiro Mundo exigiram do Presidente da República essa demarcação. Na época, inclusive, a imprensa comentou que, se não houvesse a demarcação das terras dos ianomâmis, a ECO 92 não seria realizada no Brasil. E, para que V. Exª tomem conhecimento, as terras foram demarcadas, mas até hoje não chegou um centavo sequer para ajudar na sobrevivência daqueles silvícolas, a única tribo em que os índios continuam primitivos como nasceram, porque não usam roupas nem estudam. E, se não fosse o pelotão – já falei isso várias vezes aqui – de fronteira do Exército, constituído pelo Programa Calha Norte, não sei nem se aqueles índios teriam sobrevivido, já que essa é a única assistência que ainda têm.

Não estou exagerando. Mas uma das vezes em que o então Ministro Maurício Corrêa, da Justiça, esteve na região, vimos crianças indígenas pegando insetos na areia para comer. Eles não têm nem alimentação. Então, por que essas ONGs internacionais, que têm tanta divulgação, não mandam recursos para que possa haver pelo menos uma infra-estrutura que permita a sobrevivência daqueles índios naquela região?

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Permitte-me V. Exª um novo aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senadora Marluce Pinto, V. Exª, novamente, toca no âmago da questão: o silvícola brasileiro está sendo usado como instrumento de manipulação, com outros interesses. Parece-me que 52% do seu Estado é ocupado por uma única reserva indígena, a dos ianomâmis. E, quando se fala nessa reserva indígena, observe que, mesmo na imprensa, não se diz reserva, mas, sim, nação ianomâmi. Veja como há uma estratégia sendo arquitetada em torno disso. Por muito menos, o mun-

do todo, a pretexto de defender uma nação kosovar, no Kosovo, invadiu aquele minúsculo país, que deve ser 1/5 dessa reserva indígena dos ianomâmis, a pretexto de manter aquela nação. Quem pode garantir que, no futuro, a título de preservar, garantir e manter a nação ianomâmi, não virão aqui com esse espírito de querer ocupar parte da nossa Amazônia, que detém uma riqueza hoje incalculável, que é a sua biodiversidade? Então, é preciso que, ao tempo em que observemos e demos toda a atenção que deve ser dada aos índios, não os deixando, como V. Exª denunciou aqui agora, sem uma assistência, já que essas populações merecem todo o nosso respeito, tenhamos também esta consciência de que a defesa da soberania nacional está acima de qualquer outro interesse. Mais uma vez, parabéns, eminente Senadora!

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) –
Agradeço a cooperação de V. Exª.

Quero ser muito clara também. Não sou contra a demarcação das terras. Estamos ansiosos para que demarquem a região Raposa Serra do Sol, mas que seja uma demarcação justa, consciente, que não venha a prejudicar o desenvolvimento do Estado e, mais ainda, as próprias comunidades indígenas que ali habitam.

Continuando meu discurso, Sr. Presidente, precisamos, com urgência, formatar, idealizar uma política integrada, abrangente, que de fato vá ao encontro dos anseios dos índios, de suas comunidades e, também, das inúmeras e diferentes questões que envolvem índios e não índios, cada qual com peculiaridades diferentes e que exigem tratamentos também diferenciados.

Não podemos mais, Sr. Presidente, insistir na manutenção dessa atual, confusa e insensata política indigenista, voltada quase que exclusivamente para a demarcação de reservas. Essa prática, está mais do que comprovado, só causa mal-estar geral. Causou no passado, causa no presente e, mantida a forma, causará no futuro.

Não adianta tentarmos tapar o sol com a peneira. É preciso enxergarmos que o mundo está mudando e, junto com o mundo, também o Brasil está mudando.

Vivemos um mundo globalizado, onde o avanço tecnológico, as leis de mercado e adequações sócio-econômicas são exigências quase diárias. Tudo isso não nos permite mais viver à sombra de leis e normas quase seculares, antiquadas e, mais grave ainda, quando tratam de seres humanos.

A questão indígena brasileira exige propostas que estabeleçam diretrizes e ações concretas, práti-

cas, que permitam ao índio o exercício pleno de sua cidadania; que permitam ao silvícola a possibilidade de seu acesso aos frutos do progresso econômico e social e, principalmente, que permitam às comunidades indígenas a convivência, em alguns casos, com as comunidades não índias.

Penso, Sr. Presidente, que se assim não fizermos, estaremos contribuindo para um eterno e "aparente" isolamento de nossos índios. E digo "aparente" porque não é de hoje, e sabemos muito bem disso, que inúmeros grupos de pessoas, nacionais e estrangeiras – cujos interesses raramente se embasam na filantropia –, movimentam-se junto às comunidades indígenas com projetos os mais estranhos, não raramente violentando sua vida, seus conceitos, seus valores e sua cultura.

Por outro lado, não há mais como negar que a esmagadora maioria de nossas comunidades índias já assimilou costumes e usos do branco; participam de benefícios do progresso e merecem continuar participando de serviços indispensáveis como a educação, a saúde e os instrumentos destinados à melhoria de suas condições de vida.

Todos sabemos, e foi amplamente divulgado, que nos últimos dois anos foi registrada uma taxa de crescimento demográfico, entre os índios, 12% maior que a média do País. Fruto, não tenho dúvidas, do salutar convívio com comunidades não índias e o acesso aos bens e serviços do progresso.

É irreal, Sr. Presidente, e é também desumana a idéia de querer manter nossos índios distantes de benefícios aos quais já se acostumaram e já não podem mais prescindir. Uma coisa é lutarmos pela manutenção de seus usos, costumes e **habitat**. Outra coisa é querermos impor, à força, àqueles que conosco já vivem, seu retorno ao primitivismo, do qual há muito já saíram.

Será que esquecemos da vulnerabilidade do silvícola diante de doenças comuns ao homem branco? O progresso, inevitável, aproxima-nos e apenas essa hipótese bem representa o quanto necessitamos de uma visão mais completa, abrangente e integral no trato com a questão indígena.

A verdade é uma só, meus nobres pares, e não pode ser escamoteada: pouquíssimo, quase nada – essa é a verdade – hoje se faz em relação à educação sanitária e alimentar de nossos índios.

O que realmente estamos fazendo?

Tenho coragem e vou dizer: fazemos discursos, brigamos, denunciemos, manifestamos contrariedades. Por outro lado, as próprias comunidades índias não mais se entendem. Muitos querem o convívio

com os brancos e outros não. Alguns estão satisfeitos e outros, irritados, são instigados por ONGs e grupos escusos que não pensam em seu bem-estar, mas utilizam de sua boa fé. Enfim, o caos se instalou e estamos perdidos na floresta, dando círculos infundáveis.

Repito: o trato com os silvícolas, calcado em leis que fogem à realidade, é a causa de todo esse conflito. E vou mais além: a lugar nenhum também iremos chegar batendo neste ou naquele órgão, nessa ou naquela instituição. Essas entidades, se têm deveres de prestar serviços ou assistência aos índios e nos parecem alheias ou ineficientes, é porque também sofrem a ineficácia da própria lei. Conheço muitas pessoas competentíssimas, bem-intencionadas e que, se mais não fazem em prol dos silvícolas, é por estarem atadas às próprias limitações de recursos, normas e ditames da lei.

Sr. Presidente, meus nobres Colegas, a meu ver, o índio tem o direito não só à vida e à liberdade. A política de valorização da cidadania indígena não só deve ter como preocupações permanentes impedir agressões ao seu meio ambiente, cuidar de sua sobrevivência e preservar os seus costumes.

Antes, e acima de tudo, tenho comigo que uma correta política de trato ao silvícola deve, principalmente, permitir-lhe o acesso aos bens e serviços públicos básicos que lhe garantam uma existência digna. É crucial que seja definida, de maneira clara, a forma da convivência das comunidades indígenas com os seus irmãos caboclos, mestiços, mulatos e brancos, fisicamente próximos.

Tão urgente, também, é deixarmos bastante claro e explícito que a política de governo em relação às comunidades indígenas não pode se restringir, apenas, a demarcar reservas.

Nossos índios clamam por melhores condições de vida e merecem amplo apoio nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, de forma que tenham, no mínimo, melhor organização em suas atividades produtivas, dentro do marco de preservação de sua identidade e valores culturais.

Em Roraima, Estado que represento, portanto posso falar com maior conhecimento de causa, a maioria dessas comunidades estão integradas social, econômica e politicamente ao resto da população, via rede de serviços do Estado e dos Municípios, um estímulo à sua participação política cada vez mais ampliada.

No meu Estado, há muito tempo que não é novidade a presença de índios no legislativo e no executivo municipais, eleitos como qualquer um de nós. E não são poucos os índios que são professores, direto-

res de colégio, funcionários públicos, comerciantes, proprietários rurais, taxistas, bancários, enfim, que exercem diversas profissões.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, das 561 áreas indígenas que somam quase 100 milhões de hectares e abrigam 350 mil pessoas, 62% já estão demarcadas, 11% estão em processo de demarcação e 27% a Funai pleiteia demarcar nos próximos dois anos.

O primeiro absurdo, a própria Funai reconhece, é que as terras destinadas aos índios, em solo brasileiro, hoje, equivalem à Alemanha, Bélgica, Espanha, França e Portugal reunidos.

Em números reais 12% do Acre, 22% do Amazonas, 10% do Amapá, 20% do Pará, 20% de Rondônia, 7% do Tocantins e quase 60% de Roraima são reservas indígenas.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – A Presidência informa que o prazo da oradora já terminou. Portanto, solicito que o aparte seja breve e que a oradora, a seguir, conclua seu discurso.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Sr. Presidente, é difícil ser breve quando se trata de uma história de mais de 500 anos. Nobre Senadora Marluce Pinto, V. Ex^a traz à discussão um tema que merece amplo debate. O grande problema deste País é que não há uma política indígena voltada para os interesses do índio; há uma política indígena voltada para os interesses alienígenas e não autóctones. O grande problema é que não se está analisando o índio em si. O índio não pode ser uma peça viva de museu. O índio não pode ser um remanescente do passado remoto e distante. O índio, sobretudo, tem que se integrar à nossa sociedade, guardando as suas peculiaridades, a sua vasta cultura. Esse manancial de cultura precisa ser preservado. No entanto, a forma com que se está visualizando e tratando o índio conduz a um lento e contínuo processo de extermínio dessa raça. Este é o ponto: o índio não pode sobreviver no Terceiro Milênio como se estivesse há alguns milênios antes de Cristo. Evidentemente evoluímos; e para que ele sobreviva, é preciso que evolua também. O seu habitat natural, que lhe proporcionaria uma evolução contínua e até imperceptível, foi há muito tempo destruído, quando o branco, o ser civilizado, desde Francisco Orellana, penetrou pelos rios afora e quebrou o convívio entre as nações indígenas. Consequentemente, o índio teve que se isolar cada vez mais – e

isso significa não evoluir. Por isso, V. Ex^a tem toda razão ao abordar essas questões. Inclusive, tenho dito ao Presidente da Funai, aos responsáveis pela formulação da política indígena no Brasil que está na hora de se pensar em integrar o índio. É claro que é preciso preservar as terras necessárias à sua sobrevivência, mas não essa imensidão de terras que não servem para nada a não ser para serem invadidas e terem suas riquezas exploradas, como ocorre em Rondônia. É isto que está ocorrendo: um verdadeiro desperdício, mas sobretudo o desperdício do homem autóctone. Esse é o dano irreparável. A concepção que se tem hoje é a de meramente preservar um banco genético. Eles têm direito à vida e não a ser uma referência genética pura e simplesmente. Portanto, quero parabenizá-la por abordar essa questão que mereceria um amplo debate do Congresso brasileiro, da sociedade brasileira para se redimir às populações indígenas, hoje condenadas ao desaparecimento.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – V. Ex^a tem razão. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que vem complementar as idéias expostas por mim nesta tribuna. Realmente, os índios iludem-se ao acreditar que serão os proprietários das terras, pois sabemos muito bem que a Constituição determina, por meio das nossas leis, apenas o uso delas. O índio não pode comercializar um quilômetro de terra para investir em prol da sua sobrevivência; ele pode apenas viver no solo, pobremente. E não têm quem lhes proporcione uma condição de vida melhor. Por isso, considero exagerada a maneira com que se trata essa questão indígena. Ela precisa ser tratada de maneira justa, consciente. Todos são seres humanos, portanto índios e não índios precisam de terra, e há milhares de brasileiros vivendo sem um lote de terra para construir suas casas.

Nobre Presidente, gostaria que V. Ex^a, como é comum nesta Casa, elastece-se um pouco o meu tempo para que eu possa terminar meu pronunciamento. Hoje é sexta-feira, não há Ordem do Dia e acredito que tenhamos tempo disponível para eu dar prosseguimento ao meu discurso.

Não resolveremos de imediato essa questão, mas, como falou o Senador Amir Lando, poderíamos promover um seminário onde fossem discutidas essas questões – não digo com emoção – mas com muita consciência, com a presença daqueles que representam Estados onde estão localizadas comunidades indígenas, com a presença dos tuxauas, que são os líderes que representam as suas comunidades, que poderiam expor seus problemas. Tenho certeza de que a questão indigenista em nosso País tomaria outro rumo.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Nobre Senadora, a Mesa compreende a importância do pronunciamento de V. Ex^a. Todavia lembra que o seu tempo já foi ultrapassado em onze minutos e há outros oradores inscritos. Espero que V. Ex^a abrevie a sua conclusão.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senadora, não vamos perder o gancho dessa idéia. É hora de pensarmos numa reflexão profunda sobre o índio e sobre o destino que a nação brasileira quer dar a ele. O que se está fazendo é o extermínio.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR) – Sr. Presidente, ainda falta bastante para eu concluir o meu pronunciamento.

Para V. Ex^a terem uma idéia, no Amazonas, na região conhecida como Cabeça do Cachorro, foram demarcados 10 milhões e 600 mil hectares, em área contínua, para abrigar menos de 30 mil pessoas. A área é superior à de Cuba.

Em Roraima, outro absurdo. A Funai não abre mão, até mesmo contrariando a vontade da maioria dos tuxauas e das comunidades não indígenas de demarcar uma área contínua superior a 1 milhão e 600 mil hectares, na região conhecida como Raposa/Serra do Sol, onde estão situadas as melhores terras agrícolas de Roraima.

A região Raposa/Serra do Sol representa extraordinária fonte de riqueza para o Estado. Lá existem fazendas centenárias, produtivas, que geram centenas de empregos e cuja produção de arroz superou, ano passado, a cifra de 1 milhão de sacas. Isso, sem considerarmos o imobilizado em equipamentos de última geração que compõem a frota de veículos e maquinário agrícola, além das benfeitorias constituídas de moradias, galpões, cercas, pastagens, etc...

Mais ainda, Sr. Presidente, dentro da reserva pretendida pela Funai, estão encravados os Municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã, que desfrutam de água tratada, energia elétrica e telefone. Existem, também as vilas onde residem milhares de brasileiros que lá fincaram raízes acreditando no progresso e no desenvolvimento. São centenas de famílias, cujas propriedades são responsáveis por um respeitável rebanho de bovinos, equinos, caprinos e suínos, além de serem potenciais produtores de arroz, feijão, soja e milho.

Também dentro dessa área – que a Funai quer porque quer demarcar como área indígena – estão construídas dezenas de escolas de 1^o e 2^o graus que atendem a mais de 3.000 crianças índias e não índias; têm hospitais, postos de saúde, postos da polícia militar, estradas estaduais que superam 400 quilômetros, além de ser cortada, em 78 quilômetros, pelas

duas principais artérias do Estado, que são as BRs 174, que liga à Venezuela, e a 401, que faz fronteira com a Guiana.

Tudo isso, contudo, não é o mais importante. O mais importante – e também o mais grave e para o qual a Funai não tem respostas convincentes – é que a esmagadora maioria dos Tuchauas, líderes das comunidades indígenas que lá habitam, não querem a demarcação da forma que pretende a Funai. Não aceitam a imposição da Funai na demarcação contínua e até aqui em Brasília já estiveram, várias vezes, para fazer essa manifestação ao Ministro da Justiça e autoridades ligadas à causa.

Os índios da região têm consciência da secular presença do homem branco na área e não é de hoje que mutuamente se beneficiam, compartilhando negócios e alegrias.

Juntos, brancos e índios, sempre procuraram superar as dificuldades naturais e geográficas, determinados a conquistar benefícios sociais e culturais a que têm direito.

Ontem, em Boa Vista, uma grande manifestação se fez em praça pública para alertar o País sobre essa questão.

Aqui está, Sr. Presidente e meus nobres colegas, o convite que recebi, foi distribuído em todo o Estado, e que faço questão de ler para que fique registrado nos Anais desta Casa.

Dessa manifestação participaram todas as comunidades indígenas localizadas na área Raposa Serra do Sol.

Convite ao povo de Roraima

“O povo de Roraima não é contra a demarcação das terras indígenas, tampouco o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa, os políticos estaduais e federais, os arroteiros, os produtores rurais, comerciantes e as comunidades indígenas do Estado. Todos são favoráveis à demarcação justa e criteriosa, uma demarcação que respeite os anseios da maioria indígena, que respeite as áreas produtivas, que respeite os Municípios, as vilas e as estradas, que não impeça o desenvolvimento do Estado e o progresso do seu povo e que preserve a unidade territorial e a soberania nacional.

Demonstre que não somos contrários à demarcação, como querem fazer crer os defensores da demarcação em área contínua.

Venha apoiar o Movimento por Roraima, que quer a demarcação em ilhas, que quer o progresso de suas comunidades, que quer a continuidade do convívio pacífico e harmonioso entre índios e não índios e

que quer a liberdade e o direito de escolha do seu futuro.

Venha participar do Movimento por Roraima.”

Sr. Presidente e meus nobres colegas, essa é a maneira como analisamos a situação. Informo a V. Ex^a que o movimento contou com a participação de quase todas as comunidades indígenas, com exceção dos ianomâmis – porque têm uma área totalmente reservada. Para entrar lá, é preciso autorização do Ministério da Justiça. As outras comunidades lá estavam. Manifestaram-se pacificamente – índios e não índios –, solicitando do Presidente da República que acabe com esse engodo, que comece a demarcação de áreas não contínuas, favorecendo principalmente aos índios e aos não índios, porque, como já disse no início, muitos deles são representantes políticos, são vice-prefeitos. Agora mesmo há um movimento na Maloca da Raposa, que tem a maior comunidade indígena da região. Eles querem até apresentar candidato índio para prefeito da cidade de Normandia.

É dessa maneira que se convive com os índios. O que se fala aqui é muito diferente. Vamos fazer um esforço, vamos nos concentrar nesse problema, porque a Amazônia pertence ao Brasil. A Amazônia é o que temos de mais rico e inexplorado, é de onde se pode retirar o suficiente para matar a fome de muitos brasileiros.

Fala-se tanto da renda mínima, da situação dos que não têm o que comer, dos que não têm como sobreviver dignamente. Assim, por que esquecer de uma região que é a mais rica do mundo e que poderia, explorada adequadamente, servir a todos? Não falo por mim. Sou oriundo do Estado do Ceará e em Roraima não tenho terras. O meu único imóvel no Estado de Roraima é minha casa residencial. Portanto, não estou falando em causa própria. Temos uma convivência muito pacífica e muito amigável com as comunidades indígenas. Já acompanhei anos de governo – por duas vezes, meu marido foi governador daquele Estado – e posso atestar que os índios ainda falam com saudade do tratamento que receberam durante aquelas duas administrações: incentivos, financiamentos; não havia diferenças entre o índio e o não índio.

E é desta maneira que o povo brasileiro deve tratar os seus índios: não como se eles fossem inúteis; pelo contrário, eles ajudam com o progresso do nosso Estado. E se lá eles agem assim, tenho certeza de que o fazem em outros Estados.

Agradeço a benevolência do nosso Presidente, por eu haver ultrapassado o limite do meu tempo. É que se trata de um assunto que deve ser levado em

consideração não porque o estou abordando, Sr. Presidente, mas para que, no futuro, não tenhamos o grande arrependimento de não termos lutado para solucionar um problema tão grave como esse.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marluce Pinto, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, aproveito a tranquilidade desta manhã de sexta-feira para falar da minha satisfação, do meu alento, em relação a uma matéria aprovada pela Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal. Refiro-me ao Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações – Fust, uma medida de alto alcance social.

Por ocasião da formação do Estado do Tocantins, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, procuramos os Ministérios respectivos para viabilizarmos a criação de órgãos no nosso Estado, como a Teletins, já que o antigo norte de Goiás era servido pela Telegoiás. Mas o momento era de febre de privatizações no País, e o que se argumentou é que não seria bom criar uma nova estatal de telecomunicações, para, em seguida, ela ser privatizada. O que conseguimos, então, foi a criação de uma vice-presidência da Telegoiás para tratar dos interesses do Estado de Tocantins na área de telecomunicações. Isso já representou uma grande vitória, Sr. Presidente.

Conseguimos dotar os menores distritos, as menores vilas, de pelo menos um posto telefônico. Lembro que consegui – estive na inauguração – instalar um posto telefônico na ilha de São José, no Município de Babaçulândia, no rio Tocantins, na divisa dos Estados de Tocantins e Maranhão. Esse posto telefônico passou a servir às comunidades dos dois Estados e passou a ser o símbolo do trabalho da Telegoiás no atendimento às comunidades carentes, aquelas que não dispõem de recursos para dar lucro a qualquer empresa, mesmo porque vivem com toda sorte de dificuldade, sobretudo financeira.

E o que se tem conseguido com as privatizações, Sr. Presidente? O efeito imediato é o aumento das tarifas, o que, felizmente, não ocorreu no caso da privatização das telecomunicações. Mas esse au-

mento de tarifas ocorre quando se privatiza o sistema energético de qualquer Estado. Outras privatizações têm acarretado aumento de tarifas para o consumidor. Nas telecomunicações, evidentemente, isso ainda não aconteceu, principalmente – creio – devido à concorrência muito grande no setor; houve até uma redução no preço do minuto falado.

Com a criação desse Fundo, Sr. Presidente, somos tomados de um novo alento: os beneficiários serão as comunidades longínquas, próximas aos pelotões de fronteira do Programa Calha Norte, conforme frisou a Senadora Marluce Pinto. Esses pelotões, provavelmente, são o único amparo daquelas comunidades indígenas, dos autóctones daquela região, que passarão a ter o beneplácito desse Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que também financiará as telecomunicações no serviço público, nas bibliotecas, nas escolas.

Esse Fundo será constituído de 1% de contribuição das empresas de telecomunicação privatizadas, além das multas efetivamente cobradas, incluindo-se dotações orçamentárias do Governo Federal e doações outras que porventura possam existir.

Algo deve ficar bem claro e deve ser seguido à risca pela Anatel: não se pode permitir que, a pretexto de se instituírem esses recursos para atender às comunidades carentes, seja aumentado o preço das tarifas telefônicas. E isso ficou bem patenteado no substitutivo aprovado, no parecer do eminente Senador Roberto Saturnino, na Comissão de Infra-estrutura.

Sr. Presidente, eu disse que havíamos instalado postos telefônicos nas menores comunidades do nosso Estado. E agora estamos sendo surpreendidos com a modificação dessa sistemática. As agências da Tele Centro Sul que servem o nosso Estado estão substituindo seus empregados pela informatização. Hoje não há a quem reclamar caso o telefone tenha sido cortado ou esteja com defeito; um aparelho grava automaticamente as reclamações.

Creio que esse Fundo é de extrema importância para atender essas comunidades carentes, as periferias das grandes cidades, onde campeiam a pobreza e a miséria, onde as pessoas não têm condições financeiras para pagar absolutamente nada.

Estou contente com a criação desse Fundo, que ainda será votado pelo Plenário do Senado Federal. Outros fundos semelhantes devem ser criados por ocasião da privatização do sistema energético nacional, para que se possam propiciar tarifas sociais a serem concedidas por essas empresas que recebem concessão do Governo Federal.

Faço um apelo à Anatel e à Aneel, para que fiscalizem, com todo rigor, a aplicação dos recursos oriundos desse Fundo, que, certamente, o Senado haverá de aprovar em breve.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Gostaria de participar do pronunciamento de V. Exª nesta manhã, fazendo um breve comentário a respeito dos efeitos da privatização no setor de telecomunicações no Brasil, efeitos esses que, seguramente, recairão sobre o povo brasileiro. O primeiro ponto favorável da privatização do sistema de telecomunicação é a democratização do acesso ao telefone. Meu nobre Senador Carlos Patrocínio, no nosso Estado, principalmente, não deixa saudade o tempo em que se comprava um aparelho telefônico e era preciso esperar por um, dois ou cinco anos para que o telefone fosse instalado. O telefone era tão importante, era um bem tão significativo, que era considerado patrimônio e constava das nossas declarações de bens. Hoje, é tratado como deve: um bem fungível, um bem que se utiliza, um bem que está a serviço do povo. E é com alegria que ouço V. Exª contar que, na ilha de São José, um povoado distante, foi instalado um posto telefônico. Ali o cidadão não tinha acesso a esse benefício, mas hoje pode falar com o mundo, graças à democratização da telecomunicação. Quantos outros povoados no interior do nosso Estado não eram contemplados por esse benefício! Mas, hoje, permite-se à população satisfazer essa necessidade coezinha e primária de se comunicar, de falar com parentes distantes, de resolver problemas de natureza comercial. Enfim, isso facilita a vida do cidadão. E veja, nobre Senador Carlos Patrocínio, que isso pode ser obtido a um custo cada vez mais barato. A cada dia que passa, à medida que vai aumentando o número de usuários, o custo do aparelho e da linha telefônica está sendo reduzido. Haverá de chegar o dia em que as empresas darão o aparelho de presente ao usuário, como já acontece em algumas regiões deste País, para que ele dê preferência ao seu serviço. Com isso, ganha a sociedade brasileira, ganha o povo brasileiro, que, além de contar com um serviço mais barato, contará com um serviço cada vez mais qualificado. Ainda falta muito a fazer, mas, seguramente, estamos no caminho certo. Parabéns a V. Exª pelas informações que nos traz nesta manhã.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço a V. Exª por essa participação, como sempre brilhante, eminente Senador Leomar Quintanilha.

Evidentemente, tem dado bom resultado a privatização da telefonia nacional, pelo menos por enquanto. Tenho observado que as tarifas têm sido reduzidas, que os aparelhos têm-se tornado cada vez mais baratos, assim como as linhas. Ou seja, existe efetivamente uma democratização.

Estou enfatizando nesta manhã que o sistema de telefonia é hoje de utilidade incomensurável, principalmente para as comunidades isoladas, para aqueles que moram na ilha de São José, nas fronteiras deste Brasil e até mesmo nas periferias das grandes cidades, porque muitas pessoas que ali vivem ficam isoladas, visto que o seu poder aquisitivo não lhes garante acesso a esses benefícios.

Portanto, falo com muita satisfação sobre a criação desse Fundo. Espero também que, por ocasião da privatização do sistema energético e do serviço de saneamento nos diversos Estados, sejam criados fundos à semelhança do Fust, para que possamos conferir aos mais necessitados a tarifa social que tantos Senadores têm defendido em seus projetos.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª me permite interferir mais uma vez em seu discurso?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço novamente V. Exª.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Ocorreu-me lembrar um outro fato que considero da maior importância. Está havendo uma conscientização da população brasileira. O povo brasileiro está evoluindo, ainda que devagar. Mas não são raros os telefones públicos quebrados neste País. Os vândalos não sabem que o telefone público por eles quebrado é seu próprio patrimônio. Essa atitude impede que eles e outras pessoas da comunidade, que ainda não tiveram a chance de ter seu próprio telefone, possam comunicar-se. Note-se que essa é uma observação sem dados, sem uma apuração efetiva, mas, nas pequenas comunidades que ainda utilizam esse tipo de serviço, observamos que os aparelhos estão sendo melhor preservados. Parece-me que há um número menor de aparelhos danificados espontaneamente, como ocorria há pouco tempo. É um sinal de que a população está se conscientizando da importância desse instrumento para o seu dia-a-dia, para a sua vida comum. Era esse o registro que eu queira fazer.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Evidentemente, V. Exª chama a atenção para um fato co-

num. Isso está na cabeça de todos. Essa é uma questão de vandalismo.

Tivemos a oportunidade de ver em São Paulo um jovem quebrar um aparelho telefônico, um orelhão, na frente da polícia. Mas ele fez isso porque estava querendo ser preso, eminente Senador Leomar Quintanilha. Ele falou que, dentro da cadeia, estava melhor do que fora, porque, na cadeia, pelo menos, havia comida. Tive a oportunidade de presenciar esse fato em uma dessas reportagens de efeito das televisões brasileiras.

Eminente Presidente, era isto o que eu queria deixar ressaltado: a nossa satisfação pela criação do Fundo da Universalização do Serviço de Telecomunicações. Espero que o Plenário do Senado acolha esse parecer da Comissão de Infra-estrutura o mais rápido possível, para que as nossas populações carentes, longínquas, desassistidas e isoladas sejam contempladas por esse benefício tão importante, que a modernidade da tecnologia propicia ao ser humano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Srª Marluce Pinto, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Srª Presidente, a Senadora Marina Silva está inscrita antes de mim.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Senador Amir Lando, segui a relação que me foi entregue, e o Secretário está me dizendo que a inscrição da Senadora Marina Silva é posterior a de V. Exª. Mas, se V. Exª quiser conceder o seu lugar à nobre Senadora Marina Silva, não haverá problema.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – A Senadora Marina Silva pode usar a palavra antes de mim, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço permissão para falar sentada.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Fique à vontade, nobre Senadora.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srª Senadora Heloísa Helena, Srª e Srs. Senadores, desde que foram feitas as publicações sobre os índices de desflorestamento da Amazônia, eu gostaria de ter feito um registro, desta tribu-

na, a respeito dos vergonhosos números apresentados à sociedade brasileira relativos às áreas desflorestadas nos anos de 1997 e 1998. Farei uma breve recuperação dos últimos cinco anos de divulgação dos dados levantados pelo INPE, concernentes a esse assunto.

De 1992 a 1994, a área desflorestada era de 14.896 quilômetros quadrados; de 1994 a 1995, esse número – o mais vergonhoso de todos – era de 29.059 quilômetros quadrados; de 1995 a 1996, havia 18.161 quilômetros quadrados de área desflorestada; de 1996 a 1997, esse número era de 13.227 quilômetros quadrados; agora, os dados divulgados nesta semana mostram que, de 1997 a 1998, foram desflorestados 17.383 quilômetros quadrados.

Estou relembando esses dados, Srª Presidente, porque ouvimos muito falar no desenvolvimento da Amazônia, e a palavra "desenvolvimento" encobre muitas coisas, ao mesmo tempo em que revela outras.

Durante a primeira ocupação da Amazônia, houve aquele típico desenvolvimento do período colonial, em que essa região foi ocupada com a dizimação das suas populações indígenas, com a extração dos seus recursos naturais, a partir de uma perspectiva extrativista – de acordo com as condições técnicas e o conhecimento que se tinha à época –, com uma forma de ocupação da Amazônia que não foi pacífica. Mas, pela força que ela tinha, pelo desconhecimento dos colonizadores e pela ausência de tecnologia para explorar com sofisticação todos os seus recursos naturais, houve uma ocupação em que os danos ambientais não foram tão grandes como os que vêm ocorrendo nos últimos vinte ou trinta anos.

A segunda fase de ocupação ocorreu a partir da década de 70. Com a decadência do modelo extrativista, a empresa extrativista de aviamento e o surgimento dos grandes projetos, cantados e decantados por alguns como a redenção da Amazônia, o desenvolvimento e o progresso, são responsáveis pelos índices de desflorestamento que acabo de citar. Alguns poderiam dizer: "Não, mas isso é conversa das ONGs. São elas que inventam esses dados". Ou: "Não, isso é conversa de ambientalista, de Senador ambientalista". Não. Esses são dados reais do Inpe, oficiais, divulgados pelo Governo, que, a cada ano, envergonhado, divulga os dados e toma alguma medida para inglês ver e não para evitar o desflorestamento da Amazônia nas condições que vêm acontecendo.

Não sou daquele tipo que tem uma visão puramente contemplativa dos recursos naturais. Conheço a necessidade que temos da sua utilização para o desenvolvimento econômico e social. Mas toda e qual-

quer atividade econômica, na Amazônia, deve responder, no mínimo, a cinco perguntas, sem hierarquia entre elas.

A primeira pergunta é se esse desenvolvimento tem sustentabilidade ambiental; a segunda, se tem sustentabilidade social; a terceira, se tem sustentabilidade cultural; a quarta, se tem sustentabilidade política, e, a quinta, se tem sustentabilidade social. Por que é importante responder a essas cinco perguntas? Porque, para ser efetivamente sustentável, a atividade deve preservar o ambiente e possibilitar que a cultura e a forma de vida da população da Amazônia tenham condição de continuar existindo. A sustentabilidade política é muito importante, porque qualquer projeto de desenvolvimento que surja de meia dúzia de cabeças, por mais iluminadas que sejam, não terá base de sustentação.

Nesta fase dos grandes projetos das empresas mineradoras, de pecuária, de exploração da madeira, e assim por diante, essas perguntas sequer foram feitas. E não o foram porque alguns chegam na região com a idéia do desenvolvimento na Amazônia e não da Amazônia. Essas pessoas são aquelas que, muitas vezes, saem com uma tipóia no ombro, chegam na Amazônia e ganham verdadeiras fortunas, enquanto o povo local continua pobre. Ouço muitos dizerem que as pessoas da Amazônia precisam de saúde, de educação, disso e daquilo, mas muitos dos que tiveram oportunidade de lhes oferecer isso, sendo prefeitos, sendo governadores, sendo isso ou aquilo, não o fizeram.

Hoje, há dois Governos na Amazônia, o de Jorge Viana, no Acre, e o de Capiberibe, no Amapá, que estão apostando num outro programa de desenvolvimento para a região. Para alguns, trata-se de uma proposta atrasada, porque esses Governadores estão apoiando idéia de índio, estão apoiando idéia de seringueiro, não estão desenvolvendo grandes projetos – tão grandes que o povo nem os alcança. Eu quero saber qual foi o alcance do grande Projeto Jari; quero saber qual é o alcance do desflorestamento, que, hoje, já chega a mais de 27%, somando a área desmatada com a área de ação antrópica, principalmente de exploração madeireira. O que o povo pobre conseguiu com isso? O Acre, hoje, tem 53% da sua população vivendo em cidades e o Estado do Amazonas tem 75%, em uma situação muito difícil.

Pode até ser que esses dois Governos, que estão apostando num outro tipo de desenvolvimento, constituam-se em fracasso. Mas eles têm uma

vantagem. A maioria das outras propostas de desenvolvimento que chegaram na Amazônia foi pensada de cima para baixo, do Sul para o Norte, e a visão de quem as fez, em primeiro lugar, era a de uma Amazônia homogênea, em que tudo é floresta, tudo é a mesma coisa. Isso não é verdade. A Amazônia é vários ecossistemas diferentes, a Amazônia é um ecossistema complexo, e o Senador Mestrinho, um profundo conhecedor das águas da Amazônia, até pelo apelido carinhoso que tem, sabe que se numa margem temos um ecossistema, na outra poderemos ter outro.

Assim, os grandes projetos, que acreditavam que a Amazônia era única, lá chegavam, faziam e aconteciam, e quebravam a cara. Os prepotentes primeiro quebraram a cara com a Estrada Madeira-Mamoré. E depois quebraram a cara outras vezes. A floresta lhes respondeu à altura, porque é uma força da natureza. É por isso que, hoje, apesar de todo o esforço de alguns para dizimá-la, achando que ela é atraso, que progresso é derrubar para plantar capim, para criar boi, a devastação não conseguiu atingir mais do que 10% de sua área. Graças a Deus!

O segundo erro cometido em relação à Amazônia foi a suposição de que ali existia um vazio demográfico. A Amazônia tem vinte milhões de habitantes. Não há vazio demográfico. Se lá fizermos o mesmo povoamento feito em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, vamos acabar com a Amazônia. Ela não suporta a mesma forma de ocupação realizada nas outras regiões do nosso País. A sua ocupação deve ser sustentável, para que ela continue sendo o que é, mas isso não foi considerado.

O terceiro erro praticado na ocupação da Amazônia foi o de achar que ali existia um povo ignorante, que não sabia o que queria; e que, portanto, algum ser iluminado, não se sabe onde, iria planejar o que era bom para o seu desenvolvimento. O caboclo não era ouvido, o índio não era ouvido, o seringueiro não era ouvido e os próprios pensadores da Amazônia, economistas, sociólogos, antropólogos – temos muitos e são eficientes –, engenheiros florestais e agrônomos também não eram ouvidos. "Afinal de contas, isso aqui é um mundo que não tem ciência."

Temos dois tipos de ciência na Amazônia: a ciência formal, do conhecimento sistematizado, e o etnoconhecimento, que também é ciência. Tanto o é que vem sendo usurpado, ano após ano, por aqueles

que transformam descobertas milenares dos índios em pesquisa, patenteiam-nas e ganham dinheiro com elas. Só que os índios continuam pobres. Alguém pode dizer: "Não, mas quem fez isso foram as ONGs." Não foram as ONGs, não. Quem faz isso são as empresas. E não ouço vozes se levantando contra essas empresas.

Uma empresa americana e uma italiana estão faturando US\$25 milhões com uma descoberta dos índios da Amazônia, usando uma espécie de resina da pele de um sapo, lá do Estado do Senador Mestrinho, para produzir um remédio semelhante à morfina. Estou cansada de denunciar isso, porque esse grande laboratório é nefasto para a Amazônia, é nefasto para o nosso desenvolvimento e fere a nossa soberania.

Existe um outro laboratório, japonês, pesquisando uma espécie de planta, também do Estado do Senador Mestrinho, chamada pedra-ume-caá, a partir da qual está desenvolvendo um remédio para diabetes, faturando, segundo dados da imprensa, mais de US\$30 milhões. E os índios não ganham absolutamente nada! Quem fere a soberania da Amazônia, portanto, não são as ONGs. São laboratórios sofisticados.

Não defendo todas as ONG. Mas também não generalizo e digo que todas são usurpadoras e querem entregar a Amazônia. Conheço a realidade de pessoas sérias e citarei uma aqui, o Bispo D. Moacyr Grechi, durante 25 anos responsável pelo Conselho Indigenista Missionário do meu Estado, o Acre. E hoje, com todo o apoio de outras entidades, no meu Estado, 80% das áreas indígenas demarcadas foram demarcadas graças ao trabalho sério do Cimi. Se existe assistência à saúde do índio, ela tem a participação do Cimi e de outras entidades, como, no caso, a CTI. Se existe trabalho de educação para seringueiros há mais de vinte anos, inclusive, na época, com a ajuda de Chico Mendes, é graças ao CTA, uma ONG, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia, que desenvolveu até uma cartilha própria, chamada Poronga.

Nasci e me criei no seringal. E na primeira vez que tive contato com os livros do Mobra, notei que ali se falava de um universo cultural que não era o meu: falava-se de uva, morango e de várias frutas que eu até tinha curiosidade de conhecer e comer. Mas não estava no livro didático a castanha, não estavam o abiu, bacuri, biribá, taperebá, todas as frutas que temos na Amazônia.

A cartilha Poronga, da ONG CTA, foi desenvolvida levando em conta esse universo cultural e já alfabetizou milhares de seringueiros.

Hoje, no Acre, graças a Deus, temos a primeira escola bilingüe de segundo grau, que já formou a sua primeira turma de índios.

Sr. Presidente, estou dizendo isso porque fico muito revoltada. A cada ano divulgamos índices e o Governo baixa uma portaria que nada resolve. Não adianta baixar portaria proibindo o desmatamento na Amazônia, porque isso não resolve. Para evitar o desmatamento temos que elaborar um programa de desenvolvimento sustentável. Temos que investir em tecnologia. Hoje, a Embrapa já tem tecnologia que possibilita aos fazendeiros dobrarem a sua capacidade produtiva sem a derrubada de mais um pé de mato. Temos tecnologias aplicadas ao manejo florestal que permitem aos empresários da indústria da madeira a exploração sustentável desse bem, e isso beneficia a eles próprios, para que possam ter uma atividade sustentável no tempo.

Infelizmente, não temos dinheiro ou programas de Governo que apoiem esse tipo de iniciativa. Hoje, já temos tecnologia para fazer com que os nossos produtores rurais aumentem a sua produtividade. Lamentavelmente, isso não é aplicado. No dia em que fizermos isso, que tivermos dinheiro para investir nessas propostas que, está mais do que comprovado, são adequadas para a Amazônia, tenho absoluta certeza de que esses índices de desflorestamento cairão. Evidentemente não cairão apenas com medidas para inglês ver. Apenas baixando portarias não teremos a solução para esse problema. Toda a sociedade vai ficar na ilegalidade? As pessoas deixarão de plantar os seus roçados? Elas não podem parar de comer, de viver, se não apresentarmos alternativas.

Estou feliz que, no Acre, estejamos buscando a resposta. E vamos ser avaliados, porque acredito que todos estão olhando para nós. Espero em Deus que possamos contribuir. Já fizemos o zoneamento ecológico-econômico. Já estamos fazendo entendimentos com madeireiros, com pecuaristas, com agricultores, com extrativistas, com todo mundo. O objetivo não é excluir, não é acabar com o desenvolvimento. É criar um desenvolvimento que não seja esse que vem de cima para baixo, que não seja desenvolvimento na Amazônia. Nós queremos o desenvolvimento da Amazônia.

Gosto muito de sonhar. Acredito que esses 5 milhões de quilômetros quadrados que nos pertencem podem ser o melhor meio de fazer inveja ao mundo. Na verdade, outros países conseguiram o desenvolvi-

mento, mas acabaram com suas florestas e com seus recursos naturais. Na Amazônia, o devir ainda está; ainda há possibilidade de futuro. E eu sonho com isso. Sonhar para mim é um alimento. Se Deus criou o mundo pelo Verbo, o homem cria o mundo pelo sonho. Se no Verbo Deus fez o mundo em sete dias, dizendo "faça" – e era feito –, sonhando nós estamos, há milhares de anos, realizando.

Aliás, foi sonhando que nós realizamos um dos sonhos mais ousados da mitologia grega, representado na figura de Ícaro, o homem que voa. Se alguém não tivesse sonhado que era possível o homem voar, mesmo que fosse em um "pássaro de aço", até hoje estaríamos nos deslocando em navios, em lombo de burro ou a pé. Eu sonho que é possível, na Amazônia, fazermos esse desenvolvimento sustentável, onde a pesca artesanal tenha o seu espaço; a pesca industrial, responsável, tenha o seu espaço; a exploração madeireira, que não pense no lucro fácil, que não sacrifique recursos de um milênio pelo lucro de 10 anos, possa também acontecer.

Os cálculos que fiz, prezado Senador Gilberto Mestrinho, dão-me conta de que a Amazônia tem 5,5 milhões de quilômetros quadrados, e que, em 20 anos, já devastamos 551.780 quilômetros quadrados, o que quer dizer 10% de área desflorestada. Aqui não estão computadas as áreas de exploração da madeira, porque aí a área devastada aumentaria para 27%. Levando-se em conta a perspectiva de 20 anos, levaríamos 90 anos para acabar com a Amazônia. Embora eu não vá estar mais viva daqui a 90 anos, não quero que a Amazônia acabe, não quero que isso aconteça. Quero que as gerações do futuro possam continuar com a Amazônia, a brasileira, a peruana, a boliviana, a venezuelana, a da Guiana Francesa, a da Guiana Inglesa, porque nós temos o melhor presente que Deus deu a um povo: um jardim, um paraíso natural.

Quando fui aos Estados Unidos pela primeira vez, visitei o Central Park – não para andar naquela carrocinha ridícula em que a Zélia andou –, para ver um bosque artificial dentro da cidade mais violenta, em asfalto, do mundo. E vi o quanto que aquele povo gosta daquele bosque artificial!

Quando fui à Itália, fui com uns padres, e Padre Heitor me levou a um bosque, na Itália, que era muito bonito. E sabem V. Ex^{ma} que as coisas saem do coração com naturalidade. E eu falei: – Nossa, que capoeira bonita! O Padre ficou muito ofendido e disse: – Senadora, não chame o nosso bosque de capoeira. Aí eu disse: – Desculpe-me, Padre, mas para quem tem uma floresta daquelas, isso aqui é, realmente, uma capoeira.

Aquelas pessoas fizeram bosques artificiais porque não têm mais florestas. E nós temos uma que foi plantada por Deus, e temos que cuidar dela, até porque ela é a galinha dos ovos de ouro da nossa reprodução econômica, social e, principalmente, cultural.

O Senador Gilberto Mestrinho e eu temos um estilo de vida que é o do amazônida – e muitas pessoas que vão viver lá adquirem esse costume de vida. Queremos continuar sendo assim. E o mundo fica nos assistindo. Só que tem uma coisa: a floresta é brasileira. A responsabilidade, em primeiro lugar, é do Brasil. É do Peru e da Bolívia no pedaço que lhes compete, mas temos o maior pedaço e, por isso, temos que ser o melhor exemplo.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senadora Marina Silva, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senadora Marina Silva, gosto do discurso de V. Ex^a, porque o fundamento dele é efetivo e demonstra que o que falta para a Amazônia é uma política de desenvolvimento coerente com a realidade amazônica. Sabemos que a política para a Amazônia tem sido ditada ou de fora do País, ou do Sul, recebendo influência externa. E a Amazônia tem características próprias. Só quem tem vivência da Amazônia, quem sente aquela realidade fantástica, pode compreendê-la, pode entendê-la e pensá-la em termos de desenvolvimento. Fui e sou, às vezes, muito combatido porque critico exatamente essas políticas. Não sou favorável – nunca fui – a derrubar florestas, a colocar a pata do boi. Falei isso em vários pronunciamentos ao longo da minha vida. A nossa vocação, por incrível que pareça – porque a própria natureza mostrou isso –, são as árvores. Qualquer hectare de árvore bem aproveitado na Amazônia vale mais do que qualquer tipo de agricultura, pelo alto valor econômico, cada vez maior, que têm as árvores neste mundo em desenvolvimento e com carência de madeira cada vez maior. Digo isso a V. Ex^a porque já tive a oportunidade, ao longo de minha vida, de conhecer todas as florestas do mundo, desde as florestas geladas da Finlândia, da Suécia, do norte da Rússia, às florestas equatoriais da África, às florestas asiáticas, do sudeste asiático principalmente, à Floresta Negra, da Alemanha, que também não é mais do que uma capoeira, à floresta do Canadá e à dos Estados Unidos ou às tundras, do norte do Alasca. Em todas elas há peculiaridades próprias, naturais. A diversidade nossa é, efetivamente, muito grande e ensina que a atividade de monocultura na região não dá certo. Por isso que

as plantações de borracha na Amazônia não deram certo, porque lá a terra é apenas o suporte das árvores; elas se alimentam da fotossíntese e do gás carbônico, cuja mais alta concentração sobre a Terra está na Amazônia, em razão da floresta que lá existe. A floresta não é nada mais que uma bateria de gás carbônico. Contudo, isso não é entendido assim. De fato, poderemos fazer o desenvolvimento daquela região. Quero ainda ressaltar esse relatório do Inpe, que faz uma análise da Amazônia desde que Francisco Orellana andou por lá. Nesse período todo, só 10% da região sofreu essa ação antrópica. É preciso ver o seguinte: ainda em 1872, a Amazônia tinha trezentos e quarenta e poucos mil habitantes; hoje, são 20 milhões. Essas pessoas precisam fazer suas casas, cidades, vilas e estradas. É natural que o meio ambiente seja afetado, pois retiram-se árvores da floresta, já que nós, da Amazônia, infelizmente não temos vocação para ser Tarzan e morar sobre árvores. Esse relatório ressalva que não foi olhada a atividade madeireira. Essa atividade, se fiscalizada e bem orientada, não destrói a floresta, desde que não seja olhada apenas com o apavoramento das multas. Se multa resolvesse alguma coisa, não haveria sonegadores; se penalidade resolvesse alguma coisa, não haveria criminosos. Precisamos fazer planos de educação ambiental para a região, para se fazer manejo efetivo em benefício da sociedade. Então, esse relatório faz essa análise e nos faz ver que, nesse período, só sobraram 5% das florestas americanas; que, embora o Canadá tenha aumentado a sua área florestal, é uma área florestal artificial, porque a original praticamente já não existe mais; que a Europa devastou suas florestas. Se verificarmos o que aconteceu na Espanha, vamos ficar tristes, porque a única árvore que se vê lá é a oliveira e, aqui e acolá, um carvalho. Quer dizer, o mundo devastou. Por quê? Porque o recurso natural faz com que as populações melhorem a sua qualidade de vida, e os europeus têm uma qualidade de vida incrivelmente superior à nossa. Essa é a dolorosa realidade. Temos áreas de capoeira, como V. Exª afirmou, que foram degradadas. Há uma quantidade grande na Região Amazônica que pode ser aproveitada. Temos organizações não-governamentais sérias – concordo com isso –, mas temos organizações não-governamentais que estão protestando agora porque foi dito que houve redução no desmatamento da Amazônia, o que seca a fonte de renda delas na medida em que não conseguirão mais usar a Amazônia como moeda de troca. Então, essas não são sérias. Aquelas organizações que não querem que se combata o narcotráfico também não são sérias. Quer

dizer, isso existe na realidade. Mas, efetivamente, é preciso que nós tenhamos uma programação do desenvolvimento da Amazônia discutida com a sociedade amazônica, com aqueles que vivem na região, que tem peculiaridades próprias. Temos regiões de cerrado, regiões de florestas, regiões das margens dos igapós. São biomas distintos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Exato.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Totalmente distintos. A biota amazônica é múltipla. Só para encerrar, vou lhe contar uma história. Certa vez, recebi uma autoridade do Ibama, a sua Presidente, para discutir a questão do defeso do pescado. Sou favorável ao defeso do pescado. Só que tinha sido baixada uma portaria do defeso que ia da fronteira com o Peru ao oceano Atlântico. Então, eu chamei essa senhora e disse-lhe: "Olha, a senhora sabe quanto mede o rio Amazonas, da fronteira do Peru ao oceano Atlântico?" Ela disse: "Não". "A senhora sabe que os rios da margem esquerda do Amazonas são de água preta e os da margem direita são de água branca?" Ela disse: "Não". "A senhora sabe que o regime das águas – que V. Exª declarou ainda há pouco – é distinto nas duas margens?" Ela disse: "Não". Disse-lhe: "Então, como a senhora quer fazer o defeso do pescado na mesma época para todas as regiões?" Ela disse: "Efetivamente, a minha assessoria não me chamou a atenção para isso". Quer dizer, Senadora, esses erros crassos, terríveis, é que prejudicam a Amazônia. Agradeço a V. Exª pela paciência com que me ouviu e lhe digo que, nessa questão da discussão do desenvolvimento da Amazônia de acordo com a nossa realidade, conte comigo como parceiro.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Exª.

Concluo, Srª Presidente, dizendo que, no ano passado, até por uma questão de Justiça, tanto o Ministro José Sarney Filho quanto a Drª Mary Helena Allegretti, responsável pela Secretaria da Amazônia Legal, procuraram fazer uma agenda positiva na Amazônia envolvendo os Governadores dos Estados. O meu Estado se empenhou muito nessa agenda positiva. Acredito que a cumpriu. O Governador do Amapá também fez o mesmo. Nos outros Estados, não sei dizer; portanto, não posso falar a respeito do trabalho realizado.

Em que pese o esforço da Drª Allegretti e a abertura proporcionada pelo Ministro José Sarney Filho para discutir com as entidades, com o setor produtivo, com as organizações não-governamentais e com os governos estaduais, a diminuição dos índices de des-

florestamento em relação à projeção de 3% ou 2% não é motivo para comemoração.

Faço também uma ressalva: não teremos como cobrar do Ministério do Meio Ambiente a sua responsabilidade sobre a questão ambiental e, particularmente, sobre a preservação da Amazônia se a ação do Ministério do Meio Ambiente continuar isolada, sem contar com uma sinergia de ação do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e de todas as esferas do Governo. A política de defesa do meio ambiente tem que estar plasmada em todos os programas de governo. Enquanto o Governo Federal não levar a sério, numa parceria com os governos estaduais, o zoneamento ecológico econômico, como o que acabamos de realizar no Acre, não tem como cobrarmos apenas de uma ou duas pessoas, porque não se trata de mágica, mas de prática, de compromisso e de decisão política.

Sr^a Presidente, sei que meu tempo já está esgotado, mas não posso deixar de mencionar a necessidade, para este ano, de medidas concretas no sentido de viabilizar uma economia sustentável para nossa Região, que responda àquelas cinco perguntas que fiz anteriormente, pois não dá para imaginar que daqui a 90 anos não teremos mais a Amazônia.

Fico muito triste quando ouço pessoas mencionarem o "atraso da Amazônia", a "falta de desenvolvimento". Em meu Estado há 500 mil habitantes e no Estado de V. Ex^a, SRA. Presidente, parece-me que há 250 mil, menos gente que um bairro de São Paulo. Uma Região tão rica, com tanta pobreza! É lamentável!

No Acre, temos, hoje, mais ou menos 60 mil pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Lá, estamos trabalhando num programa de combate à pobreza, a convite do Governador. Inclusive estou levando sugestões à Comissão de Combate à Pobreza, para o Presidente Cardoso. Se Sua Excelência não quiser seguir as sugestões, nada posso fazer, pois sou minoria aqui. Mas, lá no Acre, posso ajudar. Nós queremos, sem arrogância e com muita humildade, nos constituir num exemplo, de como um Estado pequeno, menor que um bairro de São Paulo, com 15 milhões de hectares de riqueza, pode fazer um desenvolvimento sustentável que responda à sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

Durante esses 90 anos, quem quiser derrubar floresta, como vem sendo feito, quem quiser realizar monocultura não vá para a Amazônia. Ali tem que haver uma agricultura diversificada, como é a floresta. Portanto, não inventem de plantar só cana, só café ou

só soja. Não somos acostumados a essa mesmice paisagística que irrita qualquer mente humana. Somos acostumados com cipoal, com o macaco sagüi, cutia, nhambu, paca, tracajá, com um grande variedade. Para quem gosta de mesmice, a Amazônia não é lugar.

Era o que tinha a dizer, SRA. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do artigo nº 255 inciso II, letra c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, seja examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei da Câmara nº 67 (Substitutivo), de 1995.

Justificação

Trata-se de matéria de grande relevância, por referir-se à saúde e ao exercício de práticas de medicina. A origem oriental não descaracteriza a necessidade de uma fiscalização criteriosa e que atenda aos ditames legais e constitucionais. Por esse motivo, é imperioso que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competente para opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria em exame.

Pela razão exposta, requeiro seja o PLC nº 67, de 1995, (Substitutivo), a ela enviado.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2000. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O requerimento lido será publicado e oportunamente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, subo, mais uma vez, a esta tribuna contristado, porquanto tenho em minha bagagem apenas um amontoado de frustrações.

Difícil, Sr^a Presidente, difícilíssimo é ser arauto da rendição. Mas não se trata de qualquer malogro pessoal. Não se trata de qualquer interesse corporativo. Aqui, sempre fomos porta-vozes daquilo que acreditamos ser interesses do País e do povo brasi-

leiro e, neste particular, já por diversas vezes o fiz, hoje, novamente, trago à colação a questão das privatizações.

Embrenhei-me por esse caminho sem volta em defesa do patrimônio nacional, cada vez mais dilapidado e transferido, irresponsavelmente, de maneira imprópria, a preços vis, de forma lesiva a uma política genuína de desenvolvimento do País.

Eu, na verdade, percorrendo, sobretudo o meu Estado de Rondônia, já nas feiras livres, constatei que há um nível de consciência contrária ao modelo de privatizações elegido no Brasil.

E de lá me faz brotar novamente o dever de falar, porque o certo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era aqui, depois de uma década de posição firme e inabalável sobre esse tema, desde a minha relatoria, na Comissão de Inquérito Mista do processo de desestatização, depois de bater sempre na mesma tecla, repetir a mim mesmo, eu não teria talvez outra atitude do que aquela que poderia servir de exemplo e referência o próprio Cristo, quando, sentindo a incompreensão do seu discurso, de uma profunda, perene e sempre atual pregação, retirou-se para além dos muros de Jerusalém e chorou, e disse - não textualmente, mas traduzo no meu sentir: "Ai de ti, Jerusalém! Ai de ti, que apedrejas os teus profetas!" E o profeta nada mais é do que aquele que antevê a realidade para as gerações posteriores. O profeta, como o poeta, sempre anda na frente dos fatos e dos acontecimentos de seu tempo, porque tem a sensibilidade e pureza d'alma para, de maneira verdadeira e desinteressada, anteciper o real.

E neste passo, há quase 10 anos, falava eu nesta tribuna, escrevia eu também no meu relatório o malogro do processo de privatizações, uma receita que veio de fora e foi seguida à risca, traindo, inclusive, os objetivos da Lei 8031, de 1990, prejudicando todos os propósitos legais, e desmentindo a panacéia da propaganda que se fez a respeito do processo de privatização.

A mídia sempre sustentou que era preciso reduzir o tamanho do Estado, privatizando aquelas atividades que não diziam respeito às funções essenciais no que se refere, sobretudo, à saúde, à educação e ao saneamento básico. Mas o que se verificou, que nada deu certo mesmo quando se dizia que a privatização visava, sobretudo, o pagamento e a quitação da dívida, que, naquela época, rondava a casa dos R\$64 bilhões; hoje, apesar de tudo que

foi privatizado, apesar de tudo que foi vendido, esse valor já ultrapassa a casa do meio trilhão de reais.

Constata-se é que o Brasil empobreceu e essa receita vinda dos credores, volto a repetir, foi perversa, porque obrigou o País a vender setores onde havia lucros e vantagens, para pagar a dívida e o serviço da dívida. Essa ordem foi danosa porque retirou do País essa capacidade de geração de renda, de riqueza, até para fazer face a esses compromissos da dívida.

Tenho dito, de uma maneira muito simples, a brutal perversidade dessa determinação, seguida à risca pela política econômica do governo, pois retirou os braços dos trabalhadores da produção do pão de cada dia, e retirou a capacidade de pagamento da economia nacional. Não é concebível que quem quer receber, tome, como primeira providência, acabar com a capacidade do devedor de gerar riqueza e renda para fazer face aos pagamentos.

Tenho falado e repito a mim mesmo e me pergunto o que me faz continuar nessa causa? É a minha consciência de que não posso omitir-me quando a Nação está em risco, quando o processo de desnacionalização crescente coloca em xeque a sobrevivência de uma Nação livre e independente.

Sr. Presidente, as estradas, em grande parte as rodovias federais, já não nos pertencem. Todo o processo de telecomunicações, de indiscutível interesse nacional - porque é por aí que se veicula os segredos da pátria, os segredos do indivíduo - está em posse de empresas que têm em mente não prestar apenas um serviço público e guardar o sigilo, mas, sobretudo, obter lucros e vantagens, e que agregadas ao sistema de interesses internacionais. O que é grave - e ainda não entrei neste ponto das avaliações - que já o fiz em tantas outras oportunidades -, mais uma vez, as teles que foram vendidas, a grosso modo, como referência, por R\$22 bilhões tiveram uma vantagem fiscal de R\$7,5 bilhões.

Ainda recentemente, a Senadora Emilia Fernandes, desta tribuna, denunciou que agora estão devolvendo aquilo que se chamou de benefício fiscal, que nada mais é do que a diferença entre a avaliação original e o ágio obtido, que foi um ágio de araque. Não tinha por que enganar o povo brasileiro dizendo simplesmente que as teles estavam sendo vendidas por R\$22 bilhões, quando isso não representou 1/3, pouco mais de 1/3 dos 60, 70, dos 40, dos 50 que o então Ministro Sérgio Motta sempre

colocava como o volume mínimo da venda das teles.

Portanto, esse valor de R\$7,5 bilhões significa que as teles foram vendidas por menos de 2/3 daquilo que se falou e se propagou, ou seja, perdeu-se 1/3 nessa questão de referência.

Quem lê a Lei nº 8.031 não extrai de lá qualquer possibilidade dessas vantagens absurdas que consignaram a favor dos compradores. Os números, as avaliações constituem um escândalo sobre o qual não quero me debruçar neste momento, mas que a Nação precisava, de maneira transparente, mais uma vez, ter conhecimento, porque são números assustadores.

Agora, depois de 10 anos, aquilo que escrevíamos, sobretudo como constatação naquele momento e como previsão de um quadro que seria nocivo aos interesses nacionais, hoje tudo se constata, agora muitos estão de acordo com a danosa privatização. E há, não só entre os parlamentares, mas também em setores da mídia, uma série de atores que vêm à cena denunciando esses fatos. Não há mais o que falar dos "dinossauros", como éramos alcunhados, não há que se mencionar os "jurássicos", os "colonizados", os "neobobos", como ainda recentemente fomos referenciados, mas, também hoje, são os próprios compradores das estatais brasileiras que ousam afirmar, como fez o Sr. Esteban Serra Mont, Diretor da Iberdrola para a América Latina: "Não entendo por que o Governo (brasileiro) quer vender empresas que já estão pagas e que dão lucro".

Não somos nós que estamos obcecados por essa idéia, mas é exatamente o executivo da Iberdrola. E quem é a Iberdrola? Nada mais, nada menos que a empresa cujo grupo acionário majoritário é um dos maiores investidores do mercado brasileiro de energia elétrica. Já controla as distribuidoras da Bahia (Coelba), do Rio Grande do Norte (Cosern), e de Pernambuco (Celpe). Junto com a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, e com o próprio Banco, controla 34% da distribuição de energia elétrica das Regiões Norte e Nordeste e 11% da distribuição nacional. Os investimentos desse grupo espanhol no Brasil atinge, hoje, a casa dos US\$2,2 bilhões e inclui, além da energia elétrica, telecomunicações e gás.

Para o Sr. Esteban, empresas lucrativas geram recursos durante muitos anos, enquanto o dinheiro das privatizações é efêmero. Portanto, para ele, seria mais inteligente conservar essas empresas nas mãos do Estado e permitir que o setor privado se dedicasse a novas unidades — ele mais se

refere, aqui, às empresas geradoras de energia —, de acordo com a demanda. E essa demanda é efetiva, porque o Brasil necessita incorporar 4.000 megawatts por ano à sua capacidade instalada. O grupo Iberdrola, com os mesmos parceiros nacionais, vai construir três novas usinas: duas termelétricas e uma hidrelétrica, com capacidade total de 1.170 megawatts e investimentos da ordem de 1,3 bilhão.

Ora, na verdade, tem razão o Sr. Esteban o dinheiro da privatização é efêmero. Se fizéssemos uma enquête neste Senado ou um pedido de informações ao Poder Executivo, certamente a resposta seria unânime: ninguém viu, ninguém sabe onde estão os recursos da privatização. A dívida aumentou quase 10 vezes. Não foi, portanto, amortizada. A modernização do parque industrial brasileiro também não ocorreu. E, nas teles, os recursos públicos estão cada vez mais sendo endereçados, de maneira criminosa, para as empresas privatizadas, na forma de empréstimos subsidiados. Falava-se que era preciso privatizar para acabar com a sangria do dinheiro público e salvar as empresas públicas. Na verdade, depois de privatizadas, só as teles consumiram R\$2,4 bilhões e estão para serem imediatamente liberados em torno de R\$7 bilhões. Isso significa que, após a privatização, o Governo já emprestou para essas empresas, a juros subsidiados, muito mais do que recebeu até agora com a venda das estatais, já que estas foram compradas a prazo, adquiridas em um processo de financiamento público.

Sr. Presidente, eu poderia andar por esse tema, pois são tantas as facetas perversas e danosas que não sei como continuar. Mas o que me motivou a proferir este discurso foi dar notícia à Casa de que, há poucos dias, apresentei um projeto de decreto legislativo no sentido de sustar a aplicação do decreto de 23 de dezembro de 1999 do Poder Executivo, que "reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação societária estrangeira no capital social do Banco do Estado de São Paulo — Banespa e de suas controladas — Banescor, Banespa S/A Corretora de Câmbio e Títulos, Banespa Leasing, Banespa S/A Arrendamento Mercantil, e dá outras providências".

A nossa proposta é sustar o decreto, proibindo, assim, a participação do capital estrangeiro na aquisição do Banespa. Eu falava que as estradas já não são mais nossas, as teles também não e agora os bancos, que controlam os ativos financeiros do País, que exercem uma função decisiva até na política econômica, estão para alcançar um patamar su-

perior a 50% de participação no mercado brasileiro. Isso significa que o controle desses ativos estará na mão do capital estrangeiro, que não tem, certamente, identidade com os interesses nacionais. Louvo-me numa afirmação do Deputado Delfim Neto: no mundo civilizado, no Primeiro Mundo, nas economias sólidas que se sustentam no interesse do País, esse valor varia de 0% a 5% – a tolerância é essa. Hoje, se o Banespa for privatizado e adquirido por uma empresa estrangeira, o controle do setor bancário passará às mãos alienígenas.

E a minha preocupação aumentou quando li, recentemente, um artigo publicado em **O Estado de S. Paulo**, intitulado "Banespa, a privatização para poucos", do professor Roberto Macedo, pessoa reconhecida, pesquisador da Fipe-USP, professor da Universidade Mackenzie. Inclusive, partes principais desse artigo integram este breve e pálido pronunciamento.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha proposta submergiu no desconhecido e no silêncio. Por certo, ela tramita pelas salas desertas, anda pelos escaninhos e descaminhos das causas perdidas. Não tenho qualquer ilusão de que seja aprovada; não nutro qualquer esperança do seu êxito. No entanto, mesmo sabendo da morte anunciada, não poderia deixar de, por dever de consciência e deste imenso e infinito amor à Pátria, registrar o meu intento que deveria ser o intento daqueles que acreditam no Brasil e na soberania nacional.

Nesse particular, faço um apelo às lideranças de todos os partidos no Congresso Nacional e, sobretudo, no Senado Federal: reflitamos, estabeleçamos um debate se a privatização, com desnacionalização – porque esse binômio é inevitável –, é de interesse do povo brasileiro e, sobretudo, se os representantes do povo nesta Casa estão absolutamente acordes com essa questão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Amir Lando, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Amir Lando, V. Ex^a propõe um debate em torno de uma questão que considero de extrema importância para o Brasil neste momento. Não tenho, pessoalmente, prevenção alguma contra o capital estrangeiro. O mundo moderno não a tem. O Vietnã não a tem, a China não a tem, a Rússia não a tem, país algum a tem. Mais de 50% da economia da França estão nas mãos de multinacionais, mas, nem por

isso, aquele país perdeu a sua soberania. Mas é uma questão que devemos examinar com cuidado, para saber se esse é o interesse nacional. Na verdade, nas privatizações, o capital externo está penetrando profundamente, e, provavelmente, esse será o caso do Banespa. Sucede que, se votarmos uma resolução como a que sugere V. Ex^a, impedindo o capital externo de participar da licitação para a aquisição do Banespa, inevitavelmente iremos desvalorizar as ações desse banco. Ou seja, o capital nacional que irá competir para a compra do Banespa será, sem dúvida alguma, bem menor do que aquele que obteremos se ampliarmos esse leque para a participação estrangeira. Mas essa é uma questão a ser discutida. Se o País entender que é melhor vender mais barato a mãos nacionais do que vender por um preço mais elevado a mãos estrangeiras, devemos seguir por esse caminho. Não custa nada travar uma discussão em torno da matéria. Enquanto isso, talvez fosse o caso de realmente suspender o leilão do Banespa. Essa suspensão não seria letal para a economia brasileira. E, provavelmente, não o seria para o próprio banco que está sendo posto à venda. Agora, o que ocorreu com os bancos vendidos aos bancos estrangeiros? E este é um argumento que vem até em favor da tese de V. Ex^a. Esses bancos internacionais que assumiram nossos bancos não estão a operá-los melhor do que os brasileiros operam os seus, como Bradesco e Itaú, por exemplo. Ou seja, eles não nos estão dando aulas de como dirigir bem o sistema financeiro nacional. E, no dia-a-dia, não nos ganham na competição. Assim, os nossos banqueiros são capazes de dirigir o sistema financeiro nacional. Portanto, entendo que a discussão proposta por V. Ex^a é procedente, pois considero que se poderia tranquilamente caminhar para um meio termo nesta com relação a essa matéria.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Senador Edison Lobão, em primeiro lugar, quero dizer que sei que, quando os interesses da Pátria nos chamam, ninguém pode ficar omissos ou indiferente. Aqui V. Ex^a mostra, sobretudo nesta hora difícil, uma posição de equilíbrio. Eu também não quero eliminar totalmente a participação estrangeira. Mas o controle é o que interessa – no meu entender – ser proibido, para melhor atender os interesses nacionais.

Por outro lado, veja V. Ex^a que os bancos estrangeiros lucraram 852% no ano que passou, contra 57% dos bancos nacionais. Não é uma questão de competência, mas de manejo de recursos. Infor-

mações privilegiadas sobretudo naquele momento crucial em que houve a mudança no câmbio. O que há é que levaram e foram embora esses recursos, que não serão reinvestidos no País para gerar emprego e renda para melhorar a qualidade de vida da cidadania brasileira, pois esses recursos vão embora a título de remessas de lucro. Então, é uma sangria preocupante do recursos nacionais.

Nesse ponto não quero negar a participação estrangeira, mas limitá-la a um certo percentual tolerável, porque V. Exª sabe e disse-o muito bem que o sistema financeiro é sensível à ação dos bancos que intervêm de maneira direta e inclusive geram "moeda" em certas circunstâncias, recursos fictos, mas que são aceitos no mercado, têm valor comercial. Neste ponto realmente nos preocupa o predomínio dos bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco PT – AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouço a nobre Senadora Heloísa Helena. Antes de ouvi-la, quero enfatizar: vamos continuar o debate, que interessa ao País e a todos nós.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) Senador Amir Lando, saúdo-o por trazer a esta Casa o debate das privatizações. Mas, Senador, talvez estejamos um pouco cansados pela ação do tempo, pela possibilidade concreta de apenas remar contra a maré, embora seja a minha modalidade especial de nado, mas é algo muito difícil, porque é como se não perguntássemos mais por que privatizar, por que existe essa necessidade de privatização. Porque todas as outras privatizações que aconteceram no Brasil, especialmente aquelas para as quais o Governo Federal fez uma grande propaganda enganosa perante a opinião pública, de fato, nem significava conviver com a lógica formal da modernidade, porque entregar dinheiro público, estrutura pública, infra-estrutura construída com o dinheiro da Nação brasileira simplesmente para que organismos internacionais, muitas vezes, estatais administrassem isso, não é algo lógico. Isso contraria a lógica formal, qualquer preceito de modernidade de uma nação como o Brasil. Sei que as coisas vão acontecendo, a Constituição é golpeada, a política econômica já não tem aquilo que a Constituição obriga, que é requisito irrenunciável para discutir a política econômica, que é a soberania nacional. Não existe mais nada disso. Por que é que necessariamente tem-se que privatizar? Tudo o que foi privatizado no Brasil, que foi parte da propaganda enganosa do Governo Federal, que contraria a lógica formal econômica, contraria a soberania nacio-

nal, hoje, a própria sociedade já vê que não serviu absolutamente para nada. Um projeto entreguista que, com certeza, indigna a Nação brasileira. Não serviu para nada! Agora, é muito difícil, hoje, esse pronunciamento de V. Exª junto com as declarações do Presidente da República, ontem, dizendo que tinha asco à corrupção, cobrando ética na democracia com algumas declarações. Não sei, Senador Amir Lando, certamente V. Exª conhece muito mais do que eu, mas me parece que era uma imitação de Castro Alves aqui, sem dar necessariamente as prerrogativas que deveriam ser dadas de louvor ao autor de frases semelhantes a essa. E comentei com o Senador Jefferson Péres que é por isso que a grande maioria do povo brasileiro tem pavor de político, pela forma como as personalidades políticas manipulam as palavras. Sei que as palavras são de domínio público; não nos cabe querer ter de forma privativa o domínio e a utilização das palavras, mas um Governo Federal que golpeou a Constituição – não foi o Estatuto do PT nem do PDT –, golpeou a soberania nacional, a ordem jurídica vigente dizer que tem asco da corrupção, cobrar ética na democracia!? E V. Exª traz a esta Casa o debate da privatização, que foi o maior exemplo de corrupção que aconteceu neste País: não foi só um atentado à soberania nacional, um golpe à ordem jurídica vigente, mas de corrupção mesmo, de tráfico de influência, de prevaricação, de tudo o que o Código Penal manda colocar na cadeia. Infelizmente, diante disso, se observarmos as declarações do Presidente, veremos que realmente é por isso que muitos brasileiros têm muita raiva dos políticos, porque o cinismo e a dissimulação no uso das palavras constituem um verdadeiro abismo entre o que se fala e o que, efetivamente, se faz quando se está no poder, no comando político. Realmente, nada melhor do que o pronunciamento de V. Exª para nos trazer a lembrança maldita do processo de corrupção e de entreguismo que aconteceu neste País na privatização. Por isso que o FMI ontem disse o que disse, sabe tanto o que significa a nossa incapacidade de fiscalizar que acaba tendo a ousadia porque não tem credibilidade, nem autoridade moral, nem legitimidade popular para criticar – e se vê no direito de criticar. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Exª.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – V. Exª traz o vigor e a força que minhas palavras não tinham. Incorporando o aparte de V. Exª ao meu discurso, ele sai sumamente enriquecido.

V. Exª tem toda a razão: esse processo de privatização foi corrupto na sua concepção e na sua execução por todos os meios.

O vazamento, as fitas demonstraram o que ocorreu, da mesma maneira na venda da CSN, como também de todas as estatais sempre essa promiscuidade, sempre esse acerto prévio, quebrando todas as idéias e princípios do processo de licitação; depois chegam a dizer, inclusive, que leilão não tem nada a ver com licitação.

Para quem não leu a Lei de Licitações, art. 22, que estabelece as formas, as espécies de licitações, entre elas o leilão. É óbvio, tudo aconteceu numa ação entre amigos. Dilapidou-se o patrimônio brasileiro e isso aconteceu com a complacência de todos nós. Falo eu, que protestei, mas que não pude fazer nada. Conseqüentemente, sou cúmplice desse processo, desse destroçamento do patrimônio nacional.

Para concluir, o Senador Edison Lobão falava-me que talvez a ausência do capital estrangeiro poderia diminuir o valor do leilão. Acho que não, por uma razão muito simples, haverá um valor mínimo. O valor da avaliação tem que corresponder a um lance mínimo. Claro, o lance mínimo tem que corresponder ao valor mínimo da avaliação, que deve ser pela Bacia das Almas. Eu não tenho ainda o valor, mas só o Banespa consumiu R\$56 bilhões para o seu saneamento e deve ser vendido por algo em torno de R\$1 ou R\$2 bilhões.

Vou encerrar, Sr. Presidente, mas preciso concluir a idéia.

Entendo que esse valor tem que ser pago. Conseqüentemente, o que for pago a mais será descontado, a título de benefício fiscal. Ora, se vender pelo mínimo e não descontar nada é a mesma coisa que vender por 30%, 40%, 50% ou 100% a mais e ser deduzido esse valor. Isso é "para inglês ver", no bom ditado popular. Hoje acho que é para os neobobos verem, não é?

Falou-se muito também que a Petrobrás era intocável, que estava fora do processo de privatização. E, neste momento, no Rio Grande do Sul, a refinaria Alberto Pasqualini está sendo trocada por 600 postos de gasolina na Argentina. Algo como US\$600 milhões em troca de uma refinaria que vale US\$2 bilhões. Vamos trocar 2 bilhões por 600 milhões!

E o interessante é que essa troca se faz com a Repsol, que controla a YFP, empresa que já vem participando dos segredos da tecnologia de ponta, adquirida a duras penas pela Petrobrás, hoje democratizada entre todas aquelas que se associam à pesquisa à extração do petróleo em águas profundas. Até aí, tudo bem. Mas, agora, vamos começar

a vender as partes que dão lucro à Petrobrás, assim como lhes amputamos o setor petroquímico, que, hoje, está na UTI, necessitando de recursos públicos. Privatizou-se para que desonerasse o Estado desse ônus, de sempre se recorrer aos cofres públicos para a saúde das empresas estatais. Hoje, mesmo privatizadas, precisam dos recursos do povo brasileiro. Quando não há nenhuma outra fonte, vai-se ao FAT, inclusive para financiar estatais privatizadas.

É grave, é gravíssimo: hoje, querem privatizar o setor elétrico. Exatamente as hidrelétricas, que, em todos os países do mundo, são públicas, como nos Estados Unidos e no Canadá. As hidrelétricas do Primeiro Mundo são estatais e nós temos que privatizá-las, vender a nossa capacidade instalada a troca de nada. Como bem afirmou o Sr. Esteban Serra Mont, é um contra-senso vender aquilo que está pago e gerando lucro e deixar que esses recursos desapareçam de maneira efêmera, rápida, imperceptível, de maneira invisível.

Resumindo, Sr. Presidente, voltei sem ânimo a um tema que já ocupou mais de uma década da minha vida parlamentar, mas tenho certeza de que, hoje, essa consciência está atingindo todos os setores da coletividade. Já sai daqueles que acreditam na soberania e na sobrevivência do País para alcançar o coração do povo. Aí sim, o povo resistirá, porque contra a vontade do povo todos hão de se dobrar, inclusive o Congresso Nacional, e o Poder Executivo.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando, a Srª Marluce Pinto, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. José Fogaça e Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não aparteei o Senador Amir Lando, propositadamente, porque, por coincidência, o tema do meu discurso era o mesmo, o que talvez demonstre, Senador Amir Lando, que começa a se disseminar a preocupação com a forma como foi feita a privatização das empresas estatais no Brasil, ao mesmo tempo que ocorreu, também de forma discutível, o processo de abertura da economia ao exterior.

Sinto-me à vontade ao abordar esse tema porque fui e continuo sendo favorável às duas coisas. Entendi, a partir de algum tempo, com as mudanças

ocorridas no mundo, que a economia brasileira estava excessivamente estatizada. Uma parte do setor estatal deveria ser transferido ao setor privado até para tornar essas empresas mais eficientes e livres das peias em que são aprisionadas pela legislação de qualquer empresa ou autarquia ligada ao setor público.

Defendia também que o produto da privatização, os recursos, abatessem a dívida a fim de, com isso, indireta e conseqüentemente, reduzir a taxa de juros, que pesa muito sobre todos nós. Mas nunca esperei, Senador Amir Lando, Senadora Heloisa Helena, que a privatização fosse feita de forma tão desastrosa e, hoje, começo a desconfiar, tão lesiva aos interesses nacionais. Quem conhece a maneira como se privatizou no Brasil sabe que, em muitos casos, o Governo injetou recursos nas empresas, modernizando-as, elevou as tarifas e assegurou o financiamento da compra pelo BNDES. Tudo isso, como precondição para que elas fossem adquiridas por particulares, inclusive estrangeiros.

O que aconteceu? Ativos nacionais, e estatais, foram transferidos para o controle estrangeiro e essas empresas, na verdade, investiram muito pouco aqui, Senador Amir Lando. Parte financiada pelo BNDES, com juros muito generosos; empresas subavaliadas, em muitos casos, muitas foram subavaliadas, senão todas; com títulos da dívida pública, com títulos podres adquiridos no mercado, às vezes, por 20% do valor de face. Muito bem. O Governo alegava que fazia tudo isso para valorizar e aumentar o preço. Aí, quando ocorriam as privatizações, nós víamos ágios de 50%, 100% e até 200%. Era uma festa que a assistíamos na televisão: Ministros, Presidente das estatais batendo o martelo porque o ágio havia sido excepcional.

Agora, vemos estarecidos que quem vai pagar esse ágio somos nós. O Governo admitiu que os ágios fossem lançados como perda das empresas e a legislação tributária permite que essas perdas sejam deduzidas do Imposto de Renda. Como mostrou o Senador Amir Lando, R\$7,5 bilhões na forma de abatimento de impostos vão retornar aos cofres dessas empresas.

Isso, realmente, é um escândalo! Começo a acreditar que não basta chamar, como fez a Câmara dos Deputados, autoridades para se explicarem. Creio que estava em tempo de se instalar uma CPI da Privatização; creio que muita lama virá à tona e veremos, talvez escandalizados, que, além da alienação do patrimônio nacional para estrangeiros, ela foi feita de forma corrupta. Houve muita corrupção nesse processo, já começo a desconfiar.

V. Ex^a mencionou a privatização do Banespa, cujo controle provavelmente passará para bancos estrangeiros. V. Ex^a citou o Deputado Delfim Netto, que, no caso, é insuspeito. Embora seja um crítico do Governo, não há qualquer suspeita de que o Deputado Delfim Netto seja esquerdista ou nacionalista xenóforo. Não sei se V. Ex^a tiveram oportunidade de ler o artigo do Deputado, Colônia, de novo?. Ele se mostra muito preocupado com a desnacionalização da economia brasileira. No ano passado, os investimentos estrangeiros no Brasil somaram US\$29,9 bilhões. Portanto, quase US\$ 30 bilhões, uma quantia realmente considerável.

Diz S. Ex^a:

"O aumento dos investimentos diretos é sempre interessante, embora, em nosso caso, esses investimentos têm sido direcionados, em sua maior parte, para a compra de empresas, significando a simples troca de propriedade."

Uma coisa é o investimento ser feito com novas empresas, gerando riquezas, aumentando a capacidade produtiva do país, mas, quando se compram empresas nacionais, estatais ou privadas, isso tem resultado negativo a médio e a longo prazos, como mostra o Deputado Delfim.

"Uma parcela importante desses "investimentos externos" tem-se destinado, na realidade, à compra do mercado interno: o cidadão que estava no setor vende seu negócio para um estrangeiro que, em geral, começa reduzindo o número de trabalhadores, traz alguns administradores de fora e, mais do que de depressa, trata de remeter lucros."

Diz ainda:

"Para se ter uma idéia da dimensão do problema, o Brasil tem hoje um passivo externo líquido da ordem de US\$350 bilhões, ou seja, os estrangeiros têm aqui propriedades nesse valor. Se imaginarmos uma remuneração mínima de modestíssimos 6% anuais de remessa, isso já significa algo como US\$21 bilhões por ano."

Se os investimentos e a compra de empresas, num primeiro momento, trazem dinheiro do exterior, cobrindo o rombo das nossas contas externas, num segundo momento vão agravar esse rombo, a menos que tenhamos aumentado muito a nossa capacidade de exportação. Isso pode ser uma bomba de efeito retardado muito sério daqui a poucos anos.

E a propósito do Banespa, também citado por V. Ex^a, Senador Amir Lando, diz o Deputado Delfim Netto:

"Não se trata de alimentar nenhum tipo de xenofobia, mas esses fatos devem ser lembrados no momento em que aumentam os riscos de se transferir para o exterior as decisões que envolvem a aplicação da poupança dos brasileiros e o destino dos investimentos em nosso país."

Os bancos estrangeiros dominam hoje, no varejo bancário, algo como 40% do mercado.

A Senadora Heloisa Helena falou na modernidade e nos países do antigamente chamado Primeiro Mundo, que tanto gostamos de imitar. E o que diz o Deputado Delfim Netto a respeito desses países, Senadora?

"Não se trata de discriminar o capital externo, trata-se de ser a favor do Brasil. Todos os países discriminam nesse setor. Mesmo na consolidada união econômica européia, a França não deixa um banco alemão entrar no varejo bancário; um banco italiano não compra um banco alemão, nem um francês compra um banco italiano com forte presença no varejo. Essas restrições se mantêm, sem que isso cause algum mal ao fluxo de investimentos externos ou à imagem de um país nos mercados financeiros."

O que se diz hoje aqui, quando se fala em fazer alguma restrição à entrada de capital estrangeiro? "Isso vai afetar a imagem do País, isso vai afugentar capitais estrangeiros"! Ficamos presos a uma verdadeira chantagem com esse tipo de discurso.

O Sr. Amir Lando (PMDB - RO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT - AM) – Cedo-lhe o aparte, Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB - RO) – Nobre Senador Jefferson Péres, V. Exª, com razão e sobretudo com o conhecimento que todos reverenciamos, está dissecando aquele momento sentimental que vivi na tribuna. Tenho por esse tema paixão, devo dizer, e a paixão cega em certos momentos. Mas V. Exª o está dissecando com todos os dados, estatísticas, mostrando o que está acontecendo. E é exatamente isto: estamos cada vez mais aumentando a intervenção do sistema internacional, das empresas multinacionais, no País. Essa desnacionalização da economia é preocupante. Hoje, ela atinge não apenas setores de infra-estrutura, de geração de serviços públicos, mas, sobretudo, os serviços em geral, e até supermercados. Veja V. Exª, a participação estrangeira é expressiva. Mas, hoje, até em escritórios de advocacia já começa a ser acentuada a presença dos serviços es-

trangeiros no País. Realmente não há nenhum controle. Abriram-se as porteiças – a abertura dos portos é antiga, mas, agora, estamos abrindo em todo setor, o que é extremamente perigoso, sobretudo no sistema financeiro, que exerce um controle brutal, inclusive, como disse bem o Deputado Delfim Netto, na nossa poupança. As decisões sobre a nossa poupança serão tomadas possivelmente em Amsterdã, Londres ou em qualquer outro grande centro financeiro do mundo. Isso é preocupante. Parabenizo-o e digo-lhe que V. Exª não se agrega agora a essa luta. Ela já é antiga, porque quem tem um sentido mínimo de interesse pelo País e, sobretudo, quem professa esse amor à Pátria não pode jamais negar-se a colocar posições, como V. Exª faz, com muita racionalidade, com muita propriedade e sabedoria.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT - AM) – Muito obrigado, Senador Amir Lando.

Realmente, encaro esse assunto com muita racionalidade; não sou um passional. Defendi o processo de privatização e a quebra dos monopólios. Não gosto de monopólios. Mas a verdade é que agora estamos entregando-os a empresas privadas estrangeiras. Refiro-me ao setor de saneamento básico.

Há poucos dias, foi transferido um leilão da Manaus Saneamento, nossa empresa de águas e esgotos, Senador Amir Lando. Um setor que tem um monopólio natural. Não sei se é real o preço avaliado pela empresa, já o disse desta tribuna. Entendo que vale muito mais.

As empresas que estão se habilitando ao leilão são estrangeiras: três grupos. Na Bolívia, em Cochabamba, vimos recentemente estourar uma rebelião popular. Por quê? Porque o Governo aumentou consideravelmente as tarifas de água para valorizar a empresa e vendê-la a um grupo francês. A população de Cochabamba saiu às ruas e quase derruba o Governo, porque, aproveitando o descontentamento generalizado no País, a rebelião se propagou para outras cidades. Esse é um exemplo que devemos levar em conta. Estou muito preocupado com a privatização dessa empresa de águas e esgotos da minha cidade.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT - AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT - AM) – Cedo-lhe o aparte, Senadora Heloísa Helena.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT - AL) – Desejo saudar V. Exª pelo seu pronunciamento, Senador Jefferson Péres. Realmente, isso contraria qualquer pressuposto de modernidade. E é lógico que entram todos os outros conceitos: o de modernidade, o de globalização, a mentira do Primeiro Mundo sobre a

globalização, as barreiras protecionistas que são montadas, as barreiras que são derrubadas para agigantar nações que já são grandes e dismantelar nações inteiras, o Fundo Monetário Internacional e o monopólio. Como bem disse V. Ex^a a respeito do saneamento, com as distribuidoras de energia é do mesmo jeito! Hoje, existe monopólio espanhol na distribuição de energia no Nordeste. Todas as empresas de distribuição de energia foram "privatizadas", como lembrou V. Ex^a, com dinheiro público, com tráfico de influência, com um processo vergonhoso de corrupção. Mas foi garantido o monopólio da empresa espanhola, que é também a principal interessada no processo de privatização da CHESF, a geradora de energia do Nordeste. Imagine V. Ex^a, então, que processo monstruoso contra a soberania nacional! O que me deixa mais indignada – sei que V. Ex^a e o Senador Amir Lando também compartilham disso – é essa apatia do povo brasileiro, essa apatia monstruosa do Congresso Nacional. Tudo bem que o Congresso Nacional represente a elite política e econômica deste País, represente muito mais os interesses de alguns poucos do que os interesses da Nação brasileira e da maioria do povo brasileiro, mas eu fico impressionada! É obrigação nossa, enquanto cidadãos, fiscalizar os atos do Poder Executivo! V. Ex^a lembra um fato de extrema importância acontecido em outro país. O nosso Hino Nacional diz que "um filho teu não foge à luta" e, mesmo assim, há essa monstruosa apatia. É claro que compartilhada com os meios de comunicação, que levam para o imaginário popular uma mentira formulada pela elite política e econômica. Infelizmente, é como se estivéssemos indo para o abismo. Observamos que os programas de ajuste fiscal impostos pelo FMI em outras nações do mundo são exatamente os mesmos, com o mesmo receituário: com o processo de privatização, de dismantelamento do patrimônio nacional, dos serviços essenciais e da infra-estrutura. É como se estivéssemos indo, como animais mansos, para o matadouro; a guilhotina está lá na frente, e nós estamos indo, pacificamente, para ela, para um processo de desmonte da nação. Sou uma apaixonada pelo meu País e pela América Latina. Não tenho dúvida de que é o Brasil o único País capaz de modificar essa ordem internacional, em função do seu gigantesco potencial: áreas agrícolas, recursos hídricos, infra-estrutura, mercado interno de massa. É o Brasil um elemento fundamental. Exatamente por isso, o FMI mantém o País sob um jugo maldito: porque caberia ao Brasil fazer isso. V. Ex^a traz dados que contrariam não simplesmente um pressuposto ideológico de uma ou outra cabeça, de

um ou outro partido político, mas a lógica formal e a racionalidade, fundamentais para se fazer qualquer projeto de soberania nacional ou a construção de qualquer nação neste mundo. Portanto, eu não poderia deixar de saudar o pronunciamento de V. Ex^a e de dizer que compartilho das suas preocupações, de que possamos fazer deste País a nação que o povo brasileiro merece. Infelizmente, não foi possível, ainda, transformar o Brasil na nação que queremos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senadora Heloisa Helena. Já que V. Ex^a mencionou a privatização das empresas de energia elétrica, lembro mais um privilégio concedido a essas multinacionais que as adquiriram: a duras penas, conseguimos extinguir a indexação no Brasil, um mecanismo perverso de perpetuação do processo inflacionário, mas as elétricas ganharam o privilégio de, durante cinco anos, indexarem as suas tarifas. Foi uma privatização com dinheiro público, em parte, sem risco e com garantia de lucro certo durante cinco anos. É, realmente, de estarrecer.

Lamento, como V. Ex^a disse, Senadora Heloisa Helena, que a sociedade brasileira pareça estar perdendo a capacidade de indignação. Ela assiste a tudo isso como se não tivesse jeito: "É assim mesmo, deixa para lá." Até diante da corrupção desbragada, a maior parte da sociedade parece anestesiada. Inclusive, se estendermos o conceito de corrupção para abarcar aqueles que são coniventes, pelo silêncio, com tudo isso que aí está, realmente escapariam muitos poucos na classe política e na elite dominante deste País.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Antes de encerrar, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Vou encerrar o meu pronunciamento com o seu aparte como fecho.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Lembro a frase do Presidente Fernando Henrique Cardoso, referindo-se a Castro Alves.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – É de O Navio Negreiro?

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – De O Navio Negreiro. Exatamente sobre esse tema, realmente estamos diante de uma situação em que poderíamos dizer, com todas as letras:

"Tanto horror perante os céus?!
Ó mar, por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
De teu manto este borrão?..."

Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!"

Varrei a inundação do capital estrangeiro nas privatizações!

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Era um dos poetas da minha juventude, acho que de todos nós. Imagine Castro Alves redivivo. Que belíssimo poema ele escreveria sobre o que acontece no nosso País, nos dias atuais!

A SRA. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Mas, com certeza, hoje se angustiou muito, em algum lugar, em alguma luz em que ainda esteja, vendo onde foram verbalizadas as suas palavras, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– E talvez Castro Alves fosse olhado apenas como um xenófobo, como um dinossauro, como alguém fora da sua época.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Peço ao Senador Amir Lando que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra, considerando que sou o próximo orador inscrito. (Pausa.)

O Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a um tema que me tem trazido, permanentemente, a esta tribuna, no momento em que o Congresso está prestes a tomar a sua posição sobre o novo valor do salário mínimo, estabelecido, por medida provisória, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em R\$151,00. Há, evidentemente, um debate muito consistente, no Congresso Nacional, a respeito da fixação desse valor.

Quando nesta semana o Congresso Nacional votou o Orçamento da União para o ano 2000, com bastante atraso – diga-se de passagem –, a Oposição tentou obstruí-la dizendo que só votaria o Orçamento na medida em que se votasse a lei que regulamenta o salário mínimo. É impossível aceitar, constantemente, que o Presidente, por meio de medidas provisórias, elabore leis e fique a reeditá-las.

Sr. Presidente, durante quase quatro horas, já na madrugada de quinta-feira, finalmente chegou-se a um entendimento, basicamente patrocinado pelos

Líderes do Congresso Nacional, Deputados Arthur Virgílio, Arnaldo Madeira, pelo próprio Presidente do Congresso e as Oposições. Portanto, esse entendimento, para que a lei que define o salário mínimo pudesse efetivamente ser votada no dia 26 próximo, permitiu e possibilitou a votação do Orçamento. Além disso, houve um acordo e um entendimento de que se acrescentaria um valor da ordem de R\$30 milhões para reforma agrária, R\$20 milhões para as universidades públicas, R\$300 milhões para a saúde e R\$137 milhões para o Fundef. São valores irrisórios, absolutamente insignificantes diante do valor geral do Orçamento.

Entretanto, após esse entendimento, após esse acordo, creio que o Palácio do Planalto não ficou satisfeito e já mandou o seu recado através da sua base mais consistente, que já não é o PFL, já não é o PSDB; é o PMDB. Esse Partido, parece, nesse instante ser a base mais fiel, mais consistente, mais obediente às determinações do Palácio do Planalto. Inclusive os seus Líderes declaram na imprensa que não fizeram parte desse acordo, que dele não e que, se for o caso, não darão número à sessão do dia 26 do Congresso Nacional. Farão isso se perceberem que o valor do salário mínimo será mudado, ou seja, se perceberem que pretendem aumentar os R\$151,00 determinados pelo Palácio do Planalto.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fica difícil o Senador Jader Barbalho, como Presidente Nacional e Líder do PMDB nesta Casa, manter a sua palavra. Segundo S. Ex^a, se o Ministro Waldeck Ornelas concordasse com esse valor e se o PFL também entendesse que seria possível um salário mínimo maior do que os R\$151,00, o PMDB acompanharia essa votação.

No Congresso Nacional, o Ministro Waldeck Ornelas deixou claro que o problema do salário mínimo não é da Previdência, e sim do Tesouro, tendo em vista que o Tesouro já arca com um déficit da Previdência da ordem de R\$10,8 bilhões. Ora, a cada um real que se aumente o salário mínimo, esse déficit aumentaria em R\$99 milhões/ano; e um salário mínimo de R\$180,00 elevaria o déficit para R\$2,8 bilhões. Esse déficit seria, portanto, responsabilidade do Tesouro, como já vem sendo. Então, segundo o Ministro Waldeck Ornelas, é possível um aumento maior, desde que o Tesouro assuma a responsabilidade de cobrir a diferença do déficit.

Nos debates que se travaram na Comissão que discutia o salário mínimo, foi manifestado pelas centrais sindicais, pelos funcionários que fiscalizam a arrecadação da Previdência – e não houve contestação – que esse problema poderia ser facilmente resolvido

se o Governo Fernando Henrique Cardoso diminuísse 1% do pagamento do serviço da dívida pública interna brasileira. Ou seja, os juros que o Governo paga pelos títulos colocados no mercado é da ordem de 18,5% ao ano – juros reais de mais de 12% ao ano – valor extraordinário, considerando os chamados países desenvolvidos do Primeiro Mundo.

Ora, os cálculos apresentados dizem claramente o seguinte: se se diminuir 1% no valor desses juros, quer dizer, se o Banco Central baixasse para 17,5% o valor desses títulos, haveria uma economia de R\$5 bilhões por ano. Se fizermos a conta do que isso produz em termos de cobertura do déficit que seria criado com o aumento do salário mínimo para R\$200,00, daria um valor absolutamente exato. Portanto, se o Governo diminuir 1% do pagamento do serviço da dívida, baixando juros de 18,5% para 17,5% – o que representa ainda um escândalo em termos de pagamento de juros, um escândalo muito menor do que à época em que o Presidente Fernando Henrique e sua equipe econômica, num total desespero, chegaram a pagar 49% de juros –, daria para cobrir o pagamento de um salário mínimo de R\$200,00 por mês. Em contas exatas de R\$200,00 por mês.

Entretanto, essa discussão não é levada em conta, principalmente pelo PMDB. O PMDB se recusa a discutir esses argumentos, e toma uma posição de defesa incondicional das posições assumidas pelo Poder Executivo. Enquanto que o PFL, que também é base do Governo – não quero dizer que as razões do PFL sejam corretas ou deixem de ser razões populistas – defende ostensivamente um salário mínimo de R\$177,00 e se mostra com disposição de levar isso para a sessão do Congresso Nacional do dia 26, que tratará da matéria. O PSDB fez o acordo, através das suas Lideranças. Eu não compreendo, como é que o PSDB, na pessoa dos Deputados Arthur Virgílio e Arnaldo Madeira, voltarão atrás nas suas posições e trabalharão para que não haja número de Parlamentares na sessão do Congresso Nacional do dia 26. Enquanto o PFL está na posição de defender um salário mínimo de R\$177,00, o PMDB se escusa a discutir soluções que pelo menos provem que o salário mínimo efetivamente tem que ser de R\$151,00.

E ainda ameaçam obstruir a sessão, pela voz do seu Líder na Câmara, Deputado Geddel Vieira Lima. Diz a sua afirmação nos jornais que: "seu Partido desconhece qualquer entendimento e vai obstruir a votação se perceber que o mínimo de R\$151,00 pode ser derrubado." "Não participei de acordo nenhum. Esse é o tipo de compromisso fechado para resolver um problema ali, de momento. Se for circunstancialmente

conveniente para o PMDB, eu voto, mas não tenho compromisso de ajudar o **quorum**. O Orçamento está votado e pronto – disse Geddel".

Quer dizer, o Orçamento foi votado mediante o acordo. Passado o acordo e conseguido o objetivo do Governo, o resto que se dane. Essa é a posição do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Além do mais, S. Ex^a não assume o compromisso nem da manutenção dos recursos que foram alocados a mais – R\$30 milhões para a reforma agrária, R\$20 milhões para as universidades públicas, R\$370 milhões para a saúde e R\$137 milhões para o Fundef – porque disse que o Presidente pode vetar. Não houve esse compromisso. Ora, esse valor é tão insignificante – lembro, aqui, nobre Senador Amir Lando, V. Ex^a que, neste momento, exerce a Presidência perto que prevê esse Orçamento do ano 2000: um superávit, entre a arrecadação e o gasto real, de exatamente R\$29,3 bilhões.

O Orçamento da União do ano 2000 está claramente colocado, como o foi no ano de 1999. Nesse ano, o superávit, entre o que se arrecadou e o que se gastou realmente em termos de investimentos, pagamento de pessoal, custeio da máquina federal, foi de R\$28 bilhões. Para 2000, está previsto um superávit de R\$29,3 bilhões. Isso significa que esse valor será usado pagar serviço da dívida pública brasileira, que já chega à casa dos R\$500 bilhões – quando o Presidente Fernando Henrique assumiu o governo era de apenas R\$60 bilhões. Então, estão separados R\$29,3 bilhões de superávit, aquilo que sobra entre o que o governo arrecada da população e aquilo que ele efetivamente aplica em investimentos, em pagamento de pessoal, em custeio da máquina federal, para pagar o serviço da dívida pública.

Ora, o que significa esse montante diante de menos de R\$500 milhões, que se aumentou para a Reforma Agrária, para as universidades públicas brasileiras, para a saúde e para o Fundef? Aliás, quem mais questionou a saúde, quem pediu, quem falou que o Ministério da Saúde iria quebrar, que o SUS não poderia ser pago, quem mais lutou por esses recursos foi o Ministro da Saúde José Serra, Senador do PSDB, amigo pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso. S. Ex^a conseguiu que o Congresso Nacional atendesse ao seu apelo, garantindo ao Ministério da Saúde mais R\$370 milhões nos seus quase R\$22 bilhões, que é o orçamento total do Ministério da Saúde.

De forma que nós estamos prestes a uma discussão onde os partidos políticos terão que mostrar a sua cara à opinião pública brasileira, terão que mos-

trar o que de fato são e por que assumem determinadas posições.

Ontem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso falou de corrupção e falou de financiamento de campanha. Nós, da Oposição, já levantamos essa bandeira há anos no Congresso Nacional. Já existe a proposta de que o financiamento de campanha seja feito com recursos públicos. Quem recusou essa idéia foi a base do Governo. Foram os partidos aliados do Governo que votaram contra essa proposta que a Oposição tentou ver aprovada no Congresso Nacional. Votaram contra o financiamento público de campanha, para evitar o que está acontecendo hoje neste País: as televisões e os jornais estão denunciando, hora após hora, dia após dia, os escândalos, as corrupções das empreiteiras que cobram obras superfaturadas porque têm que dar a Governadores, a Parlamentares recursos para que eles façam a sua campanha política.

Então, essa é uma bandeira da Oposição. Entendemos que, num país civilizado, quem tem que dar o recurso para que haja campanha política, é próprio Tesouro. Isso acontece nos Estados Unidos, isso acontece nos países europeus, isso acontece nos países mais desenvolvidos do mundo. No Brasil, não. Quem manda na eleição é o poder econômico, que financia a campanha daqueles, que posteriormente chegam aos cargos para prestarem serviços àqueles que financiaram a sua campanha. Essa é a grande distorção e o grande atraso da política brasileira. Quem mais têm dinheiro para a campanha são justamente os mais comprometidos com os interesses das empreiteiras, dos banqueiros, dos latifundiários da UDR, enfim, são aqueles que têm as suas campanhas financiadas com recursos dessas pessoas, ou até com recursos públicos.

No entanto há o instrumento da reeleição, essa indecência que só existe no Brasil. Não falo da reeleição em si, mas dessa imoralidade de que o Presidente e o Governador têm o direito de reeleição no exercício do cargo, mas o secretário dele, um parente dele não pode reeleger-se, porque se pressupõe que ele usaria o dinheiro da secretaria, ou o poder da secretaria, ou o poder da administração de uma empresa de economia mista em benefício de sua própria campanha. Quer dizer, em relação ao secretário, tanto municipal quanto estadual, se pressupõe que usaria os recursos públicos para sua campanha; ao Governador, não; ao prefeito, não.

É um absurdo! Temos casos extravagantes neste País. Temos casos de inimizades entre famílias. Por exemplo, um Prefeito tem uma irmã, ou irmão de quem é inimigo. Esse Prefeito gostaria de disputar

um cargo de Vereador, pertence a outro partido político, mas não pode fazê-lo porque é irmão do Prefeito – e o Prefeito pode disputar no exercício do cargo. Essa excrescência legislativa só existe no Brasil, e só existe, lamentavelmente, pela necessidade que o Presidente Fernando Henrique teve de reeleger-se a qualquer custo. E temos que tomar cuidado, porque de repente ele vai querer transformar o Brasil num sistema parlamentarista para continuar à frente do poder. Isso está aí sendo cogitado, sendo falado, sendo dito.

O que eu gostaria de dizer é que se o Senhor Presidente é favorável ao financiamento público de campanha e se sua base lhe é tão condescendente – para não usar outra expressão –, que mande para cá um projeto buscando fazer com que o financiamento das campanhas seja feito com recursos públicos. A Oposição aplaudirá essa iniciativa, e isso passará com a brevidade necessária aqui no Congresso Nacional.

Quanto a Sua Excelência falar que tem nojo da corrupção, seria bom que explicasse, entre muitas outras coisas, entre centenas de coisas – e aqui houve discursos de Senadores da mais alta reputação – todos os erros e falcatruas que houve nas privatizações brasileiras e, principalmente, explicasse essa situação da dívida de São Paulo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovada, aqui, esta semana; há um prazo para o refinanciamento dessas dívidas, e São Paulo está na iminência de ver aprovado o seu refinanciamento. O Senado Federal, na próxima semana, deverá estar aprovando o refinanciamento da dívida de São Paulo, que chega a R\$10,5 bilhões. Mas o pior é que entre esses R\$10,5 bilhões estão os títulos dos precatórios, que são falsos, criados em cima de uma ficção: 20% eram para pagar precatórios, 80%, só Deus sabe como foram utilizados.

No entanto, o Governo vai legitimá-los. E por que, Senador Amir Lando? Porque esses títulos foram parar no Banco do Brasil e, se não os legitimar, o Banco do Brasil vai à bancarrota. Agora, pergunto: quem foi o responsável? Quem determinou que o Banco do Brasil adquirisse esses títulos? Não foi o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, para compor um grande acordo num momento de dificuldade com a Bancada de São Paulo? E é o povo que está pagando isso.

Agora, é muito interessante Sua Excelência vir a público para dizer que deseja acabar com a corrupção. Fico sem acreditar, evidentemente, na sinceridade das palavras do Governo, porque o Presidente não pode e não tem como explicar certas atitudes tomadas durante o exercício da Presidência da República do Brasil.

Sr. Presidente, considerando que meu tempo já está esgotado, encerro chamando a atenção do povo brasileiro.

Dia 26, o Congresso Nacional será convocado para votar o novo salário mínimo. Espero que todos os Partidos estejam presentes à votação e assumam suas responsabilidades, justifiquem suas posições e, evidentemente, o povo haverá de julgar os partidos e os argumentos de cada Deputado Federal e de cada Senador da República.

Temos a convicção de que, se não podemos alcançar o patamar salarial dos Estados Unidos ou da Europa, onde a diferença entre o salário de um parlamentar e o salário mínimo é de cinco vezes – no nosso caso, é de 87 vezes – pelas informações que aqui prestei, esse salário deveria ser, no mínimo, na pior das hipóteses, R\$200,00. Isso sem respeitar a Constituição, que determina que o salário seja da ordem de R\$900,00.

Era a manifestação que gostaria de fazer em nome do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, para uma comunicação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer alguns registros.

O primeiro deles, para homenagear um homem que muito fez pelo Estado do Amapá, e que Deus tirou a vida na última quarta-feira, o Sr. Antônio Rocha Filho, irmão de meu pai, um pioneiro da navegação fluvial, do comércio de regatão e de empreendimentos comerciais no Estado do Amapá.

O Sr. Antônio Rocha Filho chegou a Macapá ainda jovem, mas já casado, com muitos filhos, e iniciou seus empreendimentos com batedeiras de açai. Logo depois, teve uma padaria, conseguindo construir, com seus filhos, Deputado Geraldo Rocha, Graça Rocha, Jesuína Rocha, Socorro Rocha e, principalmente, Josué Rocha e Jesuíno Rocha, que hoje detêm uma grande rede de supermercados e um **Shopping Center** na capital, Macapá, uma estrutura comercial sólida.

Este homem, que representa a história de muitos brasileiros que, ao migrarem de seus lugares de nascimento, em função de dificuldades de sobrevivência, dificuldades para educar a sua família, para garantir saúde e melhor qualidade de vida, buscam as

cidades emergentes, saiu da ilha de Gurupá para a capital do ex-Território Federal do Amapá, Macapá, onde deu início de uma vida de muito trabalho, mas que lhe garantiu prosperidade de uma forma honrada, digna e honesta, fazendo jus ao valoroso nome Rocha no Estado do Amapá.

Somos descendentes de cearenses. Nosso avô paterno migrou do Ceará devido à grave seca, buscando, com a da exploração da borracha na floresta Amazônica, garantir melhor qualidade de vida.

Sr. Presidente, faço esse registro com doloroso pesar. Ontem foi o sepultamento, mas, infelizmente, minhas atividades em Brasília não me permitiram que eu lá estivesse.

Já o segundo assunto é algo que muito me alegrou. Acabo de vir do Hospital Oftalmológico de Brasília, onde ontem fui submetido a uma cirurgia de hipermetropia por uma técnica chamada Lasic, técnica a laser, recente, moderna e bastante evoluída.

Essa cirurgia me garantiu ler sem óculos. Gostaria aqui de agradecer ao Dr. Canrobert Oliveira, o cirurgião que me operou. Fui operado ontem à tarde e hoje já estou aqui falando. Não estou fazendo propaganda, mas cumprindo o dever de agradecer. Existe ainda possibilidade de alguma reincidência da deficiência visual, mas são raros os casos. Espero que daqui para frente eu possa ter a grande vantagem de não usar óculos, o que, de certa forma, incomoda. Nós que já passamos dos 40 anos dificilmente temos condições de abandoná-los definitivamente.

Com essa cirurgia, não se pretende a exclusão total do uso dos óculos, mas possibilitar a redução do seu uso. Espero que o sucesso dessa cirurgia seja efetivo.

Também aproveito para agradecer ao Exército do Amapá, na pessoa do seu Comandante, que me comunicou há pouco, por meio da sua assessoria, que fui agraciado com o título de Colaborador Emérito do Exército Amapaense. Essa homenagem acontecerá na próxima terça-feira, no Amapá, motivo pelo qual terei de me ausentar da sessão deliberativa de terça-feira, para cumprir esse compromisso.

Ao concluir, faço meu os votos do Senador Ademir Andrade. Minha expectativa é de que haja, de fato, uma grande mobilização das pessoas de bem, da sociedade, dos representantes sindicais, dos trabalhadores deste País, e, sobretudo, dos Parlamentares no Congresso Nacional.

Esperamos que o Governo mantenha o acordo da sessão do Congresso de quarta-feira de votar o salário mínimo na quarta-feira, dia 26. Lembro aqui que, pelo menos no Senado, o PFL cumpriu com a

sua determinação de não concordar com este salário mínimo aviltante de R\$151. Na Comissão do Salário Mínimo, que analisava a medida provisória, os representantes do PFL, tanto na Câmara quanto no Senado, votaram contra o parecer do Relator, Deputado Armando Monteiro, o que nos dá uma esperança de que o PFL possa, na votação da Câmara, caminhar junto à Oposição e a outros Parlamentares, que têm independência para votar, que não estão muito determinados a votar sempre sob a orientação do Governo, e que esse esforço conjunto possa resultar na aprovação de um salário mínimo menos aviltante, menos indigno, de R\$177.

Faço esses votos. E estou aqui para ajudar na mobilização e colaborar com os debates, esperando que o Congresso Nacional esteja, de fato, extremamente sensibilizado para essa questão social. Se o Presidente da República, posteriormente, quiser se submeter a mais um desgaste, vetando o que for aprovado no Congresso Nacional, é uma decisão pessoal de Sua Excelência, que considero não recomendável, visto que não seria justa.

Sr. Presidente, é este o apelo que faço a todos os Parlamentares do Congresso Nacional: que no próximo dia 26 possamos dar o voto "sim" a um salário menos aviltante e menos indigno para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Amir Lando, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência se associa à manifestação de pesar de V. Ex^a e se alegra pela sua operação e, com certeza, vai lhe pedir informações a respeito.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça para uma comunicação inadiável.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar, com grande satisfação, que a partir deste mês nenhum dos Estados brasileiros que fizeram acordos de refinanciamento das suas dívidas estará em uma situação fora do comum e do convencional, ou seja, todos os Estados que assinaram os acordos e que tiveram esses acordos aprovados pelo Senado Federal, a partir deste mês, estão na mais absoluta regularidade, estão pagando os seus compromissos com o Governo Federal

em uma ordem de compromisso de 11 a 13% da sua receita líquida. Não há mais nenhum Estado em moratória e não há mais nenhum Estado depositando em juízo, o que demonstra que foi absolutamente sensata, correta e responsável a condução desse processo de negociação pelo Ministério da Fazenda e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Havia 24 Estados que tinham já assinado esses acordos e que já haviam tido os seus acordos aprovados pelo Senado Federal, e dois desses Estados criaram uma condição extraordinária, não ilegal, mas apenas extraordinária: um declarou a moratória, que foi o Estado de Minas Gerais, e outro, o Rio Grande do Sul, questionou na Justiça, depositando os valores em juízo. A partir de um longo e penoso, mas bem sucedido processo de negociação, que incluiu a Secretaria do Tesouro Nacional, os representantes do Ministério da Fazenda e os representantes das Secretarias de Fazenda dos respectivos Estados, as situações dos Estados se regularizaram inteiramente.

Portanto, o acordo da dívida feita pelos Estados brasileiros ao longo de 20, 30 anos começa finalmente a ser pago de maneira absolutamente uniforme, com tratamento igualitário, sem privilégios ou favorecimentos para nenhum Estado, sem nenhuma situação especial, mas, sobretudo, garantindo que aqueles R\$100 bilhões – que constam da dívida pública do Tesouro Nacional e que todos os brasileiros estão sendo obrigados a pagar com juros de 18,5% ao ano – sejam pagos. Neste momento, todos os Estados brasileiros – e aí se inclui Minas Gerais – estão pagando em dia, cumprindo seus compromissos e, portanto, não estão sendo favorecidos com o pagamento generalizado de todos os brasileiros.

Desse modo, fico extremamente satisfeito e faço este registro, elogiando os Estados que ultimaram os acordos e aceitaram as proposições e elogiando, também, o Governo Federal, que conduziu com sensibilidade, ao longo de cerca de 15 meses, esse debate e essa negociação.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Peço a palavra pela Liderança do Bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que o assunto trazido pelo Senador José Fogaça nos imporá algumas discussões, na próxima semana, sobre a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista o fato de alguns Estados já terem dis-

cutido com alguns Senadores condições diferenciadas no processo de rolagem da dívida – o Senador José Fogaça nos diz que não acontecerá. Certamente, na próxima semana, tanto no plenário quanto na Comissão de Assuntos Econômicos, teremos a responsabilidade de debater o assunto para evitarmos situações privilegiadas para um ou outro. Caso se estabeleçam privilégios, que seja como a lei manda, ou seja, com isonomia de procedimentos para os Municípios e os Estados.

Nobre Senador Ademir Andrade, Presidente desta sessão, também quero compartilhar da sua preocupação, em pronunciamento nesta Casa, sobre o acordo que foi feito em relação ao que foi votado no Orçamento. Diante das declarações que têm sido dadas por personalidades políticas do PMDB – conforme ressaltou V. Exª –, prefiro entender que esteja havendo um equívoco do Líder desse Partido na Câmara, porque não iremos aceitar isso, pois foi feito um acordo na votação do Orçamento – embora eu, particularmente, gostaria de ter visto S. Exªs discutindo a questão do Orçamento até a madrugada, com todos os requisitos da obstrução regimental existentes –, para que houvesse garantia de **quorum** na votação do salário mínimo, no próximo dia 26 de abril. Portanto, prefiro partir do pressuposto de que palavras dadas serão palavras mantidas.

Se já é um lixo para a humanidade homens que não têm palavras, embora seja comum homens públicos que não têm palavra, prefiro entender que seja um equívoco, porque durante a semana que se vai iniciar vamos estabelecer um debate, disputar posições políticas com a base do Governo e com a sociedade, para que possamos, no dia 26, aumentar o salário mínimo para níveis menos vergonhosos que os R\$151, estabelecendo, portanto, o salário mínimo de R\$180.

Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, trago a esta Casa a possibilidade de compartilhar uma data que será discutida no próximo dia 17, data esta em que o mundo todo comemorará o Dia Internacional de Combate à Impunidade. Diversos países, não apenas o Brasil, preparam manifestações para marcar essa data. É claro que, no Brasil, a cidade que acaba fazendo essa manifestação de uma forma muito maior, aglutinando setores, entidades, personalidades, é a cidade de Belém, com o Prefeito Edmilson Brito Rodrigues e a Vice-Prefeita Ana Júlia participando diretamente de todas essas manifestações em função de perversidade, da vergonha nacional que aconteceu em Eldorado dos Carajás, quando houve o assassinato de dezenas de trabalhadores rurais.

A impunidade é um mal internacional que tem minado os direitos humanos de cidadãos de países ricos e dos pobres. Pensando nisso, o artista plástico dinamarquês, Jens Galschiot, criou a Coluna da Infâmia, uma escultura com oito metros de altura, que faz parte de um conjunto de esculturas que são entregues, uma vez por ano, em qualquer parte do mundo, para marcar uma infração grave cometida contra o humanismo, contra os direitos humanos. A coluna da Infâmia é uma espécie de Prêmio Nobel da Injustiça, instituído em 1995, por vários movimentos em conjunto com as Nações Unidas.

O movimento "Arte em Defesa do Humanismo" doou a Coluna da Infâmia para o povo brasileiro, em protesto ao massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 trabalhadores sem-terra foram brutal e covardemente assassinados em 17 de abril de 1995.

Essa obra de arte chegará a Brasília no próximo dia 17, para marcar a passagem do Dia Internacional da Impunidade. É uma homenagem aos trabalhadores mortos em Eldorado dos Carajás e a outros milhares de trabalhadores envolvidos na luta pela posse da terra em todo o mundo, bem como uma forma de solidariedade a milhares de vítimas da impunidade em nosso País.

Por meio da Liderança do Bloco, encaminhamos um requerimento à Presidência da Casa, pedindo autorização para que essa escultura seja recebida por esta Casa e exposta no espelho d'água da Praça dos Três Poderes.

O Presidente da Casa autorizou a exposição da escultura, que ficará um dia em Brasília, em uma data de extrema importância para a nação brasileira e para o mundo. Posteriormente, ela será fixada na cidade de Belém do Pará.

É importante registrar que essa doação não acarretou gasto algum aos cofres públicos, ao Congresso Nacional e ao Governo Federal; e também entidade alguma a patrocinou. Trata-se de um patrocínio direto do próprio escultor, que, no movimento "Arte em Defesa do Humanismo", presenteia o Brasil e, especialmente, a cidade de Belém para homenagear os trabalhadores mortos em Carajás e outros milhares de trabalhadores envolvidos na luta pela posse da terra, no Brasil e em todo o mundo, bem como prestar a sua solidariedade a milhares de pessoas em nosso País que são vítimas diretas da impunidade.

Portanto, esta Casa está convidada a participar desse momento extremamente importante, visto que Brasília é o centro do poder político e econômico da nação brasileira, embora corretamente seja vista por muitos brasileiros como a cidade dos corações de pe-

dra, pelo profundo descompromisso com os interesses do Brasil.

Sem dúvida, este é um momento muito importante, quando o Congresso Nacional, por meio da sua Presidência, acolhe a escultura por um dia em Brasília, significando claramente que não podemos compartilhar dos crimes contra a humanidade, dos crimes contra os direitos humanos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº CE/6/2000

Em 28 de março de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1999, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Nabor Júnior que, “denomina ‘Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos’ o novo aeroporto, em construção, na cidade de Rio Branco, Acre”.

Atenciosamente – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

OF. Nº 026/00 – PRES/CAS

Brasília, 5 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 29 de março de 2000, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 660, de 1999, que “Torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Estevão, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CAS. Submetida a turno suplementar em 5 de abril e não recebendo emendas por ocasião da discussão, o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado, nos termos do disposto no art. 284, do Regimento Interno.

Atenciosamente – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

OF./CAE/48/00

Brasília, 11 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Art. 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão apro-

vou o Projeto de Lei do Senado nº 676 de 1999, que “altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais”, em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Com referência aos ofícios lidos anteriormente, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 320, 660 e 676, de 1999, sejam apreciados pelo Plenário.

Sobre a mesa, recurso que passo a ler.

É lido o seguinte:

RECURSO Nº 7, DE 2000

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 3º, do art. 91 do Regimento Interno desta Casa, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, que “altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais”, seja submetido à deliberação do Plenário.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2000. – Senador **José Roberto Arruda**;

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto o prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 676, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais, nos termos do art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

Os demais projetos continuarão cumprindo o prazo para apresentação de recurso, conforme previsto.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti e Gilvam Borges enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, a Carta de Florianópolis, contendo os principais resultados do primeiro Encontro Nacional de Militares Parlamentares, realizado no início do corrente ano, registra que o vigente modelo policial brasileiro mostra-se por inteiro defasado em relação às modernas exigências da so-

cidade, o que indica "a necessidade de um novo modelo de polícia única, desmilitarizada".

Promovido pelo gabinete do Deputado Jaime Mantelli, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que o patrocinou, o importante conclave contou com o apoio dos representantes e de numerosos filiados da Associação dos Sub-Tenentes e Sargentos e do Centro Social de Cabos e Soldados da Polícia Militar daquela unidade da Federação.

Na oportunidade, os policiais e bombeiros militares, após prolongados debates, concluíram pela apresentação de um elenco de sugestões, em face de as propostas, que ora tramitam no Congresso Nacional e nos governos estaduais, ainda não representarem as soluções desejadas, por dois motivos principais.

Primeiro, porque unificar as duas polícias, com modos de ser, formação e treinamentos distintos, sem que seja previsto um período de transição e de adaptação, acarretará transtornos à segurança do cidadão, derivados principalmente do "natural confronto de culturas profissionais".

Segundo, porque pouco adianta um modelo tecnicamente perfeito para a unificação das duas polícias, se não existir vontade política para a adequação das necessidades do homem, policial e cidadão, às novas funções, dentro do esperado pela população.

Dessa forma, deverá o novo modelo satisfazer à necessidade mínima dos profissionais da segurança pública, compreendendo programas de aprimoramento funcional constante, acompanhando as transformações sociais e as inovações tecnológicas; investimentos em recursos materiais imprescindíveis às atividades policiais, nos campos da prevenção e da investigação científica e policial; e o estabelecimento de remuneração compatível com as necessidades do policial e de sua família, atendendo, inclusive, à cobertura dos riscos do exercício profissional.

Considerou-se que um modelo de polícia de primeiro mundo será de pouca valia, se não houver motivação para o policial a ele adaptar-se profissionalmente, e que pode ser qualificada como satisfatória a proposta de um piso nacional de dez salários mínimos.

Todavia, reconhecendo-se as diferenças do potencial econômico dos estados, haveria a necessidade de se criar o Fundo Nacional de Segurança Pública, destinado ao reequipamento das polícias e à complementação do piso nacional dos vencimentos dos policiais, naqueles sabiamente carentes.

Julgou-se, na oportunidade, que bons salários podem atrair mais candidatos aos concursos de seleção de policiais, melhorando todo o processo seletivo, e que, na área da previdência social dos policiais, há

de se ter em conta as suas peculiaridades profissionais, sobretudo quanto à jornada de trabalho, ao risco de vida e ao estresse. Tais sugestões ensejariam mudanças no curto e médio prazos, e ofereceriam resultados positivos com o passar de maior tempo.

Porém, é inquestionável que a sociedade exige medidas de urgência, a fim de tornar mais efetiva a segurança pública. Por isso, é inevitável que, com a devida rapidez, seja deflagrado o processo que conduza ao reequipamento das polícias; à melhoria salarial de emergência; às reformas dos regulamentos disciplinares e dos currículos dos cursos de formação e treinamento; à revisão do plano de carreira dos oficiais; à criação do plano de carreira dos praças; à criação, em caráter emergencial, do assinalado Fundo Nacional de Segurança Pública; e ao desenvolvimento de novas estratégias para o policiamento preventivo.

Por derradeiro, recomendaram os participantes do Encontro Nacional de Militares Parlamentares o fim do emprego de policiais, por parte do Estado, em funções alheias ao policiamento, destinando-se todo o efetivo à mais ampla proteção da sociedade, assim como a integração, numa só estrutura física, de todos os órgãos e entidades que hoje se dedicam à Defesa Social.

E, enfatizaram que os policiais e bombeiros militares parlamentares estão apoiando, no mérito, a proposta de unificação das polícias, uma vez estendidos aos policiais os mesmo direitos e garantias individuais de todos os cidadãos. Não se há de esquecer, no entanto, de que seja previsto um período de transição, de modo a realizar as mudanças gradualmente e sem conflitos de ordem corporativa.

Sobre o mesmo tema, o Ministro José Celso de Melo Filho, do Supremo Tribunal Federal, considerou, não faz muito, que a atividade policial, em essência, é civil, havendo, portanto, a necessidade de se promover a unidade das polícias civil e militar. De fato, no Estado democrático, em que é objetivo prioritário a preservação da ordem, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, deve a segurança pública ser exercida pela polícia unificada, como dever dos governos e direito e responsabilidade de todos.

Mesmo porque, não se deve admitir que em País tão falto de instrumentos de segurança para o cidadão, devido à crônica escassez de recursos, os Estados-membros, em luta permanente com a falta de escolas, de saneamento básico, de saúde e de outros benefícios, mantenham a duplicidade de estruturas policiais, com direção e métodos de trabalho absolutamente distintos e dispendiosos, sem, contudo, alcançar o objetivo de garantir a tranquilidade da população.

Perseguindo essa finalidade, o Governo do Estado de São Paulo projetou, há cerca de três anos, a implantação de medidas de reordenamento dos serviços na área de segurança pública, estabelecendo condições de trabalho coordenado das polícias civil e militar. Para isso, subscreveu proposta de emenda constitucional, unificando, em princípio, os comandos das duas corporações. Nesse caso, cada região seria atendida por uma delegacia e uma companhia da polícia militar, de forma coordenada, respondendo ambas pelo cumprimento das metas estabelecidas para a drástica redução da criminalidade.

Também, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, após promover seminários sobre direitos humanos e cidadania, fez registrar a sua preocupação com o problema da segurança, recomendando medidas para dar mais eficácia e agilidade à atuação das polícias, entre as quais a unificação da polícia militar com a polícia civil, sob a direção de um único secretário de Estado, a partir de lei orgânica definidora das carreiras, dos cargos, dos deveres, da remuneração, dos direitos e do regime disciplinar da nova corporação.

Estamos concluindo, Senhor Presidente, o nosso pronunciamento, registrando que os resultados do primeiro Encontro Nacional de Militares Parlamentares evidenciam que a soma dessas estruturas policiais pode assegurar os meios materiais e humanos necessários à melhoria da atuação dos encarregados da prestação dos serviços de segurança pública devidos à população, com racionalidade e eficiência.

A existência de duas polícias, não há dúvida, além de mais dispendiosa, obriga à duplicidade de comandos, como dissemos, omite critérios para a distribuição de funções e favorece a transferência de responsabilidades, eventualmente permitindo que maus policiais escapem da punição pelos seus erros.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de tempos em tempos, a imprensa recorda-se do empréstimo compulsório que foi instituído em 1986, no Governo do Presidente Sarney, na plena vigência do Plano Cruzado, e o assunto invade algumas páginas de jornal.

Faz pouco, no primeiro domingo de abril, a **Folha de S. Paulo** publicou matéria intitulada "Congresso Pode Repor Compulsório de 86." A reportagem dá conta de projeto de lei, enviado à Câmara pelo Poder Executivo em 1994, que estabelece a devolução do empréstimo. O projeto, no momento, está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Como todos estamos lembrados, o empréstimo compulsório incidia sobre a compra de veículos e de combustíveis. A alíquota do imposto era de 28% sobre gasolina e álcool e de 30% sobre carros novos. Carros com um a dois anos de fabricação pagavam 20% e com dois até quatro anos, 10%. O empréstimo vigorou entre 24 de julho de 1986 e 18 de outubro de 1988, isto é, durante 2 anos e 3 meses.

Antecipo, desde já, que, ao abordar este tema, quero me posicionar favoravelmente à devolução do dinheiro do empréstimo compulsório a seus legítimos donos, que são aqueles cidadãos que compraram combustíveis e carros no período referido. *Empréstimo*, – apesar de óbvio, não é ocioso lembrar, – pressupõe pagamento pelo mutuário, – no caso, a União, – depois de certo prazo, ao prestador. Se não fosse assim, não seria *empréstimo*: seria *imposto*.

Todavia, firmada minha posição a favor da devolução do dinheiro, não poderia descer da tribuna sem antes fazer breve reflexão sobre uma faceta de nosso País. A isso me impele esse episódio do empréstimo compulsório.

Aliás, duas reflexões aqui caberiam. Uma delas, sobre a qual não me estenderei, diz respeito à ingenuidade, que uma vez tivemos, em relação à possibilidade de estabilizar os preços mediante seu congelamento por decreto. Essa foi a lição do Plano Cruzado, contexto no qual surgiu o empréstimo compulsório.

É curioso comparar, nesse particular, o Plano Cruzado com o Plano Real. O Plano Real sofreu pesadas críticas por parte de amplos setores da sociedade no momento em que foi lançado, naquele instante da transição da URV para a nova moeda. Criticava-se o fato de que os preços foram deixados livres para subir, enquanto os salários tiveram regulamentada a conversão para a nova moeda, o real. Já o Plano Cruzado foi saudado entusiasticamente, no primeiro momento, como sendo a favor do povo, pois congelava não só os salários, mas também os preços. O resultado a que chegaram os dois planos, a eficácia de cada um deles em combater a inflação, já pertence aos livros de história. A euforia do Plano Cruzado durou enquanto duraram os estoques. Depois, como todos lembramos, houve desabastecimento, e o plano terminou. Foi nesse contexto que surgiu o empréstimo compulsório, tema deste discurso. O decreto-lei que o instituiu apresentava como justificativa "a absorção temporária do excesso de poder aquisitivo."

A outra reflexão, que ocupará os minutos finais desta minha intervenção, refere-se, como disse há pouco, a uma faceta de nosso País. Uma faceta que, tenho certeza, incomoda-nos a todos e que não gos-

taríamos que existisse: que é nossa proverbial falta de seriedade.

O Poder Público institui um empréstimo a ser pago pela população, um empréstimo compulsório. Tudo bem. O decreto-lei que o regulamenta determina que a devolução do empréstimo será efetuada no terceiro ano após seu recolhimento, em cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Esse diploma estipula também que o cálculo de quanto será pago a cada cidadão, em razão do consumo de combustível, será realizado pela Receita Federal, que divulgará tabela com estimativa de consumo anual de combustível por tipo de veículo. Perfeito.

Passados quase 14 anos desde o surgimento do empréstimo compulsório, nem o dinheiro foi devolvido a seus donos, nem a Receita Federal divulgou tabela alguma. Eu enquadraria, sem nenhuma dificuldade, o comportamento das autoridades da época no art. 171 do Código Penal: estelionato. Algumas dezenas de milhares de pessoas tiveram a coragem (não só coragem, mas também paciência e dinheiro) de entrar na Justiça para reclamar a devolução do empréstimo. As que ganharam a causa dizem ter recebido bem menos do que pagaram na época.

Em último lugar, mas não menos importante: como sempre ocorre no Brasil, ninguém foi responsabilizado por esse verdadeiro cano aplicado nos cidadãos.

Diz o atual Governo que existe, numa conta no Tesouro Nacional, a quantia de 11 bilhões e 700 milhões de reais referente ao empréstimo compulsório. Essa conta seria corrigida pelo mesmo índice que corrige a Poupança. Como foi iniciativa deste mesmo Governo o envio, à Câmara dos Deputados, do projeto de lei que prevê a devolução do empréstimo, estou acreditando que este dinheiro exista mesmo.

Reitero, portanto, meu apoio irrestrito à devolução deste dinheiro à população. Que justiça seja feita, ainda que tardia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 06 minutos.)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

AVISO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar lembra que está convocada reunião do

Conselho para o dia 19 de abril do corrente ano, quarta-feira, às 9h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a continuar a apreciação das Denúncias nºs 3 e 4, de 2000, e do Apenso à Denúncia nº 2, de 2000, bem como a tratar do assunto referente aos pronunciamentos proferidos, no último dia 5, pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e respectivas documentações apresentadas.

Brasília, 13 de abril de 2000. – Senador **Ramez Tebet** – Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

PARECER Nº 9, DE 2000-CN

Da Comissão Mista, sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 2.011-6, de 28 de março de 2000, que Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

Relator: Senador **Maguito Vilela**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a medida provisória emendada à epígrafe, que reedita, com alterações, o texto da anterior.

O diploma legal consta de três artigos, dos quais o primeiro introduz diversas alterações na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto, e dá outras providências", a saber:

a) inicia por atualizar no texto da Lei a denominação do Ministério do Esporte e Turismo (art. 4º, I); inclui entre os recursos do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP os prêmios de jogos de bingo não reclamados e o produto das multas aplicadas em decorrência do descumprimento do disposto no Capítulo IX da Lei, ou seja, o que trata dos jogos de bingo (art. 6º, IV e V); atribui ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB a função de órgão de normatização e não apenas de deliberação e assessoramento, explicitando suas novas competências (art. 11, IV a VI); mais adiante, determina caber ao Indesp a responsabilidade pela verificação do cumprimento das exigências que relaciona para que as entidades do Sistema Nacional do Desporto façam jus aos benefícios de isenção fiscal e repasses de recursos públicos federais (parágrafo único do art. 18);

b) modifica a redação do art. 30 da Lei Pelé, fixando um prazo mínimo de três meses e máximo de seis anos, com duração para o contrato de trabalho do atleta profissional. Além disso, inclui um parágrafo

único, excluindo os contratos de trabalho de atleta profissional do disposto no art. 445 da Consolidação das Leis do Trabalho;

c) determina a necessidade de obtenção de autorização, junto à União, para a exploração do jogo do bingo, seja ele permanente ou eventual; admite a possibilidade de exploração do bingo eventual, e estabelece caber ao Indesp o credenciamento das entidades e à Caixa Econômica Federal a autorização, fiscalização e verificação da regularidade da prestação de contas das entidades que exploram o bingo (art. 60, §§ 4º, 5º e 6º);

d) acrescenta um parágrafo único ao art. 61 para estabelecer a responsabilidade das empresas comerciais que administrem os jogos de bingo no pagamento dos tributos e encargos da Seguridade Social incidentes sobre as receitas obtidas com essa atividade;

e) define requisitos para a obtenção de autorização de exploração dos bingos para a entidade desportiva (art. 62, IV, V, VI);

f) define como infração administrativa toda ação ou omissão violadora das normas concernentes à exploração lícita do jogo do bingo (art. 81-A) e, em consequência, comina-lhe sanções diversas, como advertência, multa, apreensão, embargo ou suspensão de atividades, restrição de direitos e reparação de dano (art. 81-B);

g) proíbe, sob pena de suspensão e inabilitação temporária para a percepção de benefícios legais, que mas de uma entidade de prática desportiva seja controlada, gerenciada ou, de qualquer forma influenciada em sua administração por idêntica sociedade civil e fins econômicos ou por idêntica sociedade comercial admitida na legislação em vigor (art. 90-A);

h) estabelece que o Poder Executivo disporá em regulamento sobre a gradação das multas e sobre os procedimentos de sua aplicação (art. 94-A).

O art. 2º convalida os atos praticados com base na medida provisória imediatamente anterior, de nº 2.011-5, de 2 de fevereiro de 2000.

O art. 3º trata da cláusula de vigência na data da publicação.

É o relatório.

II – Voto

A admissibilidade das medidas provisórias, nos termos do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, tem como pressupostos constitucionais a relevância e a urgência.

No caso presente, a relevância da matéria ressalta a simples leitura das disposições desta medida provisória, acima resumidas. Trata-se de fato incontes-

te a relevância de que se reveste a atividade desportiva no País, não apenas como expressão cultural do nosso povo, mas como elemento de ocupação do tempo livre, do lazer, a que todos os cidadãos têm direito.

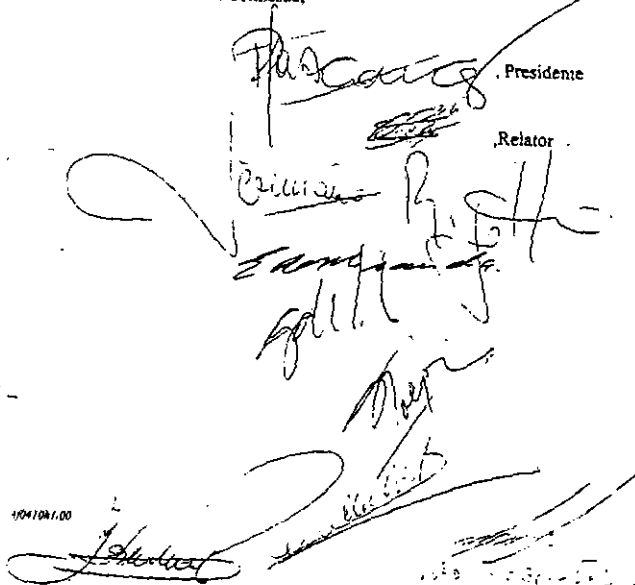
Cada vez mais o Congresso Nacional reconhece a crescente significância do esporte como fenômeno social, econômico e cultural, bem como meio efetivo de promoção do homem e melhoria da sociedade. Em seus diferentes aspectos, longe de configurar atividade de nível secundário, a prática desportiva representa uma atividade social relevante, devendo, por isso mesmo, constituir tema permanente de atenção do Parlamento brasileiro.

Com efeito, a Lei nº 9.615/98, que regula o esporte brasileiro, tem sido objeto de críticas, quer pela falta de pertinência de alguns de seus dispositivos, quer pela necessidade de ajustes em seu texto que a torne mais afinada com os anseios da comunidade desportiva. Conquanto tenha sido resultante de prolongados debates nas duas Casas do Congresso, a chamada Lei Pelé ainda necessita de aperfeiçoamentos, em nosso entendimento. Em vista da natureza das matérias contempladas em seus dispositivos, e seus inegáveis reflexos sociais, consideramos plenamente justificável a urgência em sua tramitação.

III – Voto

Em razão do exposto, somos pela admissibilidade da medida provisória sob exame, eis que atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

Sala da Comissão,


Presidente
Relator
1/04/2000

ATO DO DIRETOR-GERAL**PUBLIQUE-SE****EM 14/04/2000**

Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 441, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005210/00-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANÁ MARIA LEONARDI**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, 14 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner – SC/2141
2. Ramez Tebet – MS/2221
3. Nabor Júnior – AC/1478
4. Ney Suassuna – PB/4345
5. Amir Lando – RO/3130

UF/Ramal

1. Marluce Pinto – RR/1301
2. Gerson Camata – ES/3203
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff – SC/2041
2. Francelino Pereira – MG/2411
3. Paulo Souto – BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca – MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino – RN/2361
2. Carlos Patrocínio – TO/4058
3. Djalma Bessa – BA/2211
4. Freitas Neto – PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lúcio Alcântara – CE/2301
2. Osmar Dias – PR/2124
3. José Roberto Arruda – DF/2014

UF/Ramal

1. Antero Paes de Barros – MT/1246
2. Luzia Toledo – ES/2022
3. Romero Jucá – RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos – DF/2341 (PT)
2. Heloisa Helena – AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres – AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra – SE/2391 (PT)
2. Marina Silva – AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino – RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: BELLO PARGA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (3)	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNADES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em 04/04/2000

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (2)	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 04/04/2000

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PEL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO

VICE-PRESIDENTE:

**LUIZ ESTEVÃO
MARLUCE PINTO**

**DF-4064/65
RR-1301/4062**

**JUVÊNCIO DA FONSECA
DJALMA BESSA**

**MS-1128/1228
BA-2211/17**

ANTERO PAES DE BARROS

MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA

AP-2241/47

LEOMAR QUINTANILHA

TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608

FAX: 311-3652

E-MAIL: jracc@senado.gov.br

REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**Presidente: JOSÉ AGRIPINO****Vice-Presidente: RAMEZ TEBET****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLEY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em :27/03/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (4)	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*) ..

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regimental: Quinzas-feiras às 14.00 horas

Atualizada em: 04/04/2000.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB	
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PEL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
BLOCO OPOSICÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTEs)

TITULARES

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em: 27/03/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 27/03/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em 27/03/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5825
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 288	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e_mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31.00
Porte de Correio	RS 95.60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127.60
Valor do número avulso	RS 0.30
Porte avulso	RS 0.80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62.00
Porte de Correio	RS 193.20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255.20
Valor do número avulso	RS 0.30
Porte avulso	RS 0.80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS